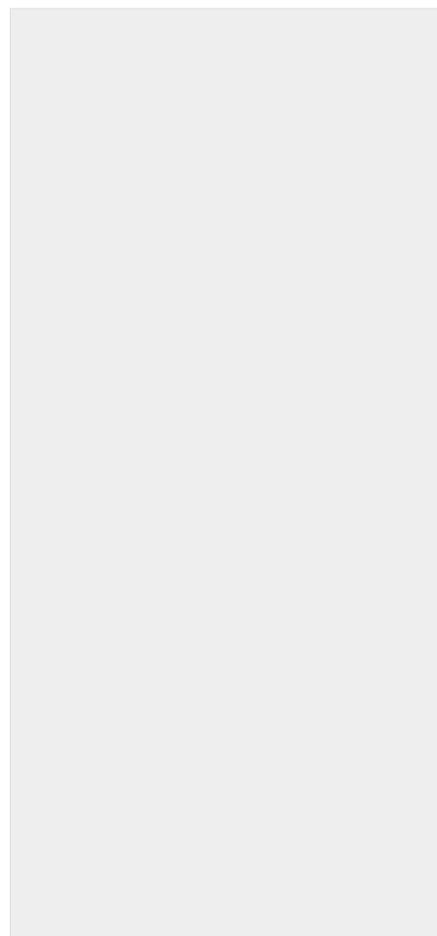




CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA



PLANO ESTRATÉGICO DE COIMBRA

DOCUMENTO COMPLEMENTAR



PLANO ESTRATÉGICO DE COIMBRA

DOCUMENTO COMPLEMENTAR

2 de Setembro de 2009

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. ABORDAGEM METODOLÓGICA	4
3. FICHAS INDIVIDUAIS DE ACÇÃO	10
3.A REDE DE SERVIÇOS DE ACESSIBILIDADES	10
3.B REDE DE TRANSPORTES	16
3.C ECOPOLÍTICA DE MOBILIDADE.....	24
3.D POLÍTICA DE PROMOÇÃO EMPRESARIAL	31
3.E PÓLO DE ENSINO SUPERIOR.....	38
3.F INOVAÇÃO E TECNOLOGIA	45
3.G CLUSTER DA SAÚDE.....	51
3.H FRENTE RIBEIRINHA	58
3.I CENTRO HISTÓRICO.....	66
3.J POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE.....	71
3.K POLÍTICAS DE PLANEAMENTO	75

3.L	<i>POLÍTICA DE MARCA</i>	82
3.M	<i>EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS ESTRUTURANTES</i>	88
3.N	<i>ACTIVOS PATRIMONIAIS</i>	94
3.O	<i>DESPORTO, EVENTOS E PRODUÇÃO CULTURAL</i>	100
4.	SISTEMAS DE INCENTIVOS PÚBLICOS / COMUNITÁRIOS	105
5.	STEERING COMMITTEE	109
6.	NOTA FINAL	113

1. INTRODUÇÃO

O Plano Estratégico de Coimbra é um processo que arrancou em Janeiro de 2005, com o Concurso Público para o mesmo lançado pela Câmara Municipal de Coimbra. A equipa vencedora, o consórcio formado pela equipa Vasco da Cunha, Deloitte e Parque Expo, iniciou o projecto em Março de 2006, assumindo este a dimensão inovadora de contemplar simultaneamente o desenvolvimento de um Plano Estratégico e de um Plano de Urbanização.

O presente documento (Documento Complementar) é o resultado da terceira e última fase de produção documental do Plano Estratégico de Coimbra.



Diagrama 1: Lógica sequencial do processo de elaboração do Plano Estratégico

Desta forma este documento deverá sempre ser analisado conjuntamente com o Documento Base e tendo como estrutura geral de suporte o Diagnóstico Estratégico.

A existência desta última fase do Plano Estratégico decorreu da necessidade de consubstanciar de forma mais detalhada um conjunto de propostas de intervenções estratégicas definidas no âmbito do Plano. Este maior detalhe das Macro Acções Estratégicas é acompanhado por um quadro geral de relacionamentos, hierarquias e períodos de implementação, processo que naturalmente sofrerá sucessivas reformulações e revisões aquando da implementação efectiva das propostas de intervenção.

Finalmente de referir que o conjunto de documentos já aprovados pela Câmara Municipal de Coimbra (Diagnóstico Estratégico e Documento Base) está acessível no site da Câmara:

<http://www.cm-coimbra.pt/>

2. ABORDAGEM METODOLÓGICA

A primeira fase do Plano Estratégico de Coimbra (o Diagnóstico Estratégico) iniciou-se com um quadro de caracterização do Município e da Região com base em 9 áreas de análise (Alavancas Estratégicas). Deste processo resultou a definição de um quadro de análise da tipologia SWOT, do qual os principais aspectos são apresentados no diagrama abaixo:

	Base Econ. - Social	Empreend. & Inovação	Transporte, Mob. e Acessibilidades	Ambiente	Património Edificado	Cultura e Entretenimento	Turismo	Marca Coimbra	Dinâmicas Urbanas
Dinâmicas a Intervencionar	Sector Secundário - especialmente âncoras com forte componente tecnológica	Integração do I&D gerado pelo Pólo de Ensino Superior no tecido empresarial	Ligações aos pólos urbanos do Centro Interior e a Espanha Modelo de mobilidade sustentável no Município	Agenda XXI Rede Parques Urbanos	Requalificação patrimonial do Centro Histórico	Calendário cultural com projecção nacional	Unidades hoteleiras e de restauração <i>premium</i> Centro de Convenções Espaço para Feiras e Congressos	Política de gestão de Imagem	Centro Histórico Desequilíbrio entre margens Ligação Cidade-Rio Vazios Urbanos
	Potenciação das zonas industriais constituídas	Retenção do capital humano formado							
Dinâmicas de Excelência	Activos na Saúde								
	Qualificação e rendimento médio da população Capacidade de atracção na Região (movimentos pendulares)	Unidades laboratoriais de topo	Centralidade geográfica de Coimbra	Rio Mondego Activos Naturais da Região Centro	Quantidade e concentração de museus e imóveis classificados	Fado de Coimbra Lusofonia Tradições Académicas	Conjunto de activos patrimoniais, culturais e ambientais com potencial de atracção turística	Notoriedade da Marca Coimbra	Miscigenação territorial do espaço universitário no tecido urbano
Condiçõentes Externos									
	Exclusão da Rede de Plataformas Logísticas QREN 2007/2013	Relação Pólo do Ensino Superior – tecido empresarial da Região	Rede do Metro Ligeiro de Superfície Estação Intermodal / Traçado TGV	Mediatismo de Souselas	Candidatura de Coimbra a Património Mundial	Inexistência de pólo cultural complementar na Região Centro	Incapacidade de potenciar a Região Centro como destino turístico alternativo a Lisboa, Porto e Algarve	Proliferação das marcas associadas a Coimbra	Custo da habitação – especialmente para os jovens Polarização urbana pelas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto

Diagrama 2: Principais outputs no quadro de análise SWOT, levada a cabo na fase de Diagnóstico Estratégico

A segunda fase do Plano Estratégico consistiu na definição de uma estrutura conceptual de análise e construção de uma Estratégia (optou-se uma estrutura hierárquico-relacional da tipologia Visão/Missão – Objectivos Estratégicos – Vectores de Intervenção – Macro Acções) sobre a qual foram “trabalhados” o conjunto de aspectos levantados aquando do Diagnóstico Estratégico. Desta abordagem resultou a criação do Quadro Geral do Plano Estratégico, o qual é apresentado de seguida:

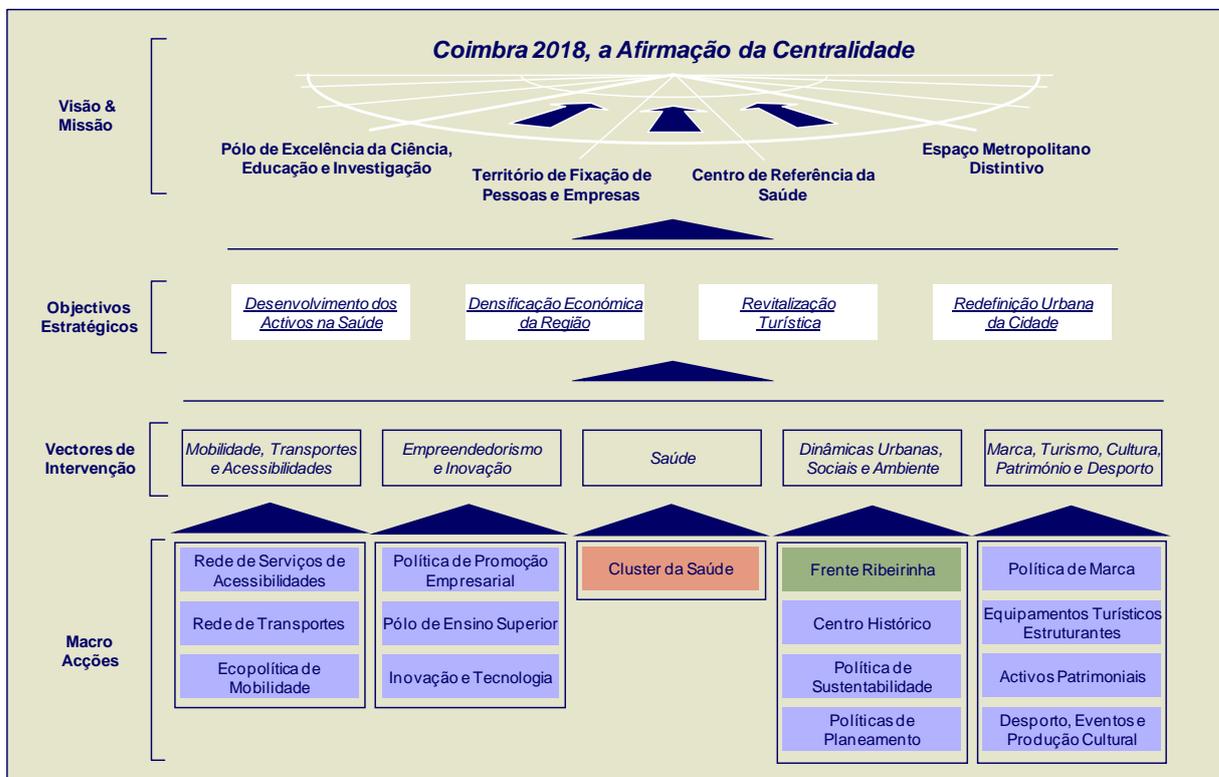


Diagrama 3: Quadro Geral do Plano Estratégico, integrado no Documento Base

Com a definição desta estrutura ficaram definidas as grandes linhas orientadoras do Plano Estratégico. No entanto, se por uma lado a simplicidade e pouco peso da estrutura assumem-se como uma mais valia em termos de clarificar as grandes linhas de força da intervenção estratégica preconizada, por outro implicam um reduzido detalhe a nível do conjunto de Acções propostas para efectivar a Estratégia.

Assim resultou a necessidade de suportar o Documento Base com um Documento Complementar onde fosse espelhado um maior detalhe das Macro Acções definidas e do conjunto de Acções que as compõem.

Nesse sentido e com o objectivo de dar uma maior coesão ao corpo de Macro Acções definidas, a primeira etapa na construção do presente documento consistiu em criar um quadro hierárquico-relacional. O objectivo deste processo foi criar um instrumento conceptual de apoio ao decisor político no que se refere à priorização das linhas de intervenção e uma análise de sinergias que as diferentes Macro Acções potencialmente criam entre si (procurando-se desta forma alertar a geração

de potenciais “impactes colaterais” sobre outras Macro Acções quando uma está a ser individualmente intervencionada)¹.

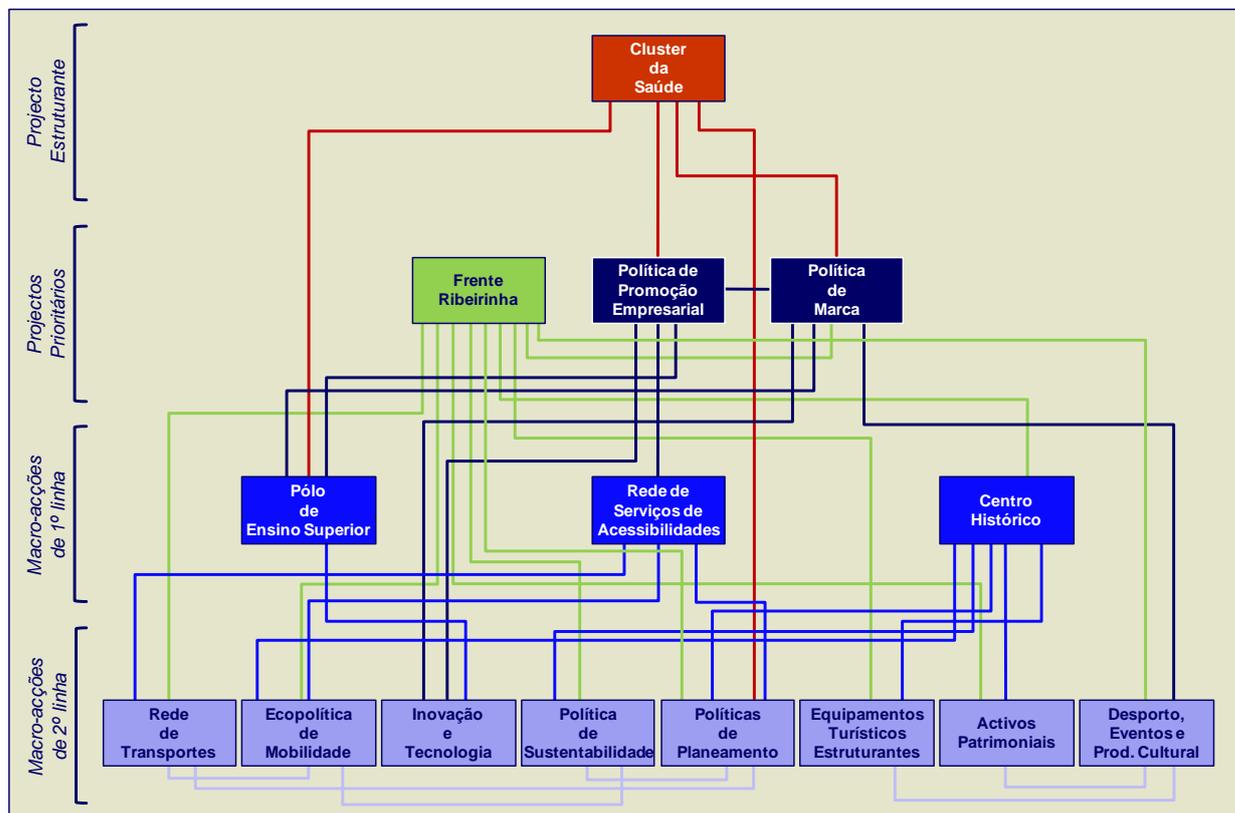


Diagrama 4: Quadro Hierárquico – Relacional das Macro Acções

A hierarquização seguida relativamente ao conjunto de Macro Acções do Plano Estratégico obedeceu às seguintes linhas de interpretação:

- Em linha com o definido no Quadro Geral do Plano Estratégico, a Macro Acção Estruturante é aquela que efeitos mais impactantes e mais transversais irá gerar no longo prazo sobre a Região. É aquela também que mais vantagens competitivas poderá gerar para Coimbra. Assim, naturalmente, o Cluster da Saúde assume o topo da hierarquia das Macro Acções;
- Em seguida foram identificadas como Macro Acções prioritárias aquelas que de uma forma mais directa impactavam os Objectivos Estratégicos definidos. Do conjunto de quatro Objectivos definidos no Quadro é possível estabelecer relações directas entre:
 - Desenvolvimento dos Activos da Saúde – Cluster da Saúde (tendo este já sido identificado como estruturante)
 - Densificação Económica da Região – Política de Promoção Empresarial

¹ O Quadro Hierárquico-Relacional adiante apresentado será individualizado e interpretado a nível de cada Macro Acção, sendo aí salientadas as Macro Acções em relação directa com a especificamente em análise.

- Revitalização Turística – Política de Marca
- Redefinição Urbana da Cidade – Frente Ribeirinha (merecendo esta particular destaque entre as Macro Acções Prioritárias por ser aquela com um impacto promocional e de mobilização dos cidadãos mais visível, tendo no Quadro Geral sido identificada como o Projecto Bandeira)
- Abaixo foram apontadas as Macro Acções de 1º linha, resultante do binómio de análise “relevância das Acções incorporadas na Macro Acção” e “impactos sinérgicos da Macro Acção sobre as restantes”. Neste contexto foram identificadas as Macro Acções “Pólo do Ensino Superior”; “Rede de Serviços de Acessibilidades” e “Centro Histórico”;
- Todas as restantes Macro Acções foram consideradas Macro Acções de 2º linha.

O processo que se seguiu consistiu no refinamento da análise para o nível da Macro Acção. Assim foram elencadas para cada Macro Acção o conjunto de Acções chave que a compõem. Cada Acção foi analisada numa óptica dupla:

- Hierarquia – atribuição de um grau de importância a cada Acção, mensurada pela dimensão do impacto que a sua implementação gera sobre os Objectivos Estratégicos, quer directamente quer indirectamente (por via do impacto sobre outras Acções):
 - Estruturantes – Acções cuja implementação é imprescindível para o sucesso do Plano Estratégico;
 - Prioritárias – Acções com um impacto muito significativo sobre a consecução dos Objectivos Estratégicos;
 - Estratégicas – Acções que contribuem para o sucesso do Plano Estratégico mas cuja implementação não assume a dimensão crítica das Acções Estruturantes ou Prioritárias.
- Prazo de Implementação – definição do período temporal para o qual é exequível conceber a implementação de cada Acção:
 - Curto Prazo – de 1 a 2 anos;
 - Médio Prazo – até 5 anos;
 - Longo Prazo – até 10 anos (período após o qual deverá ser feita uma revisão do actual Plano Estratégico)

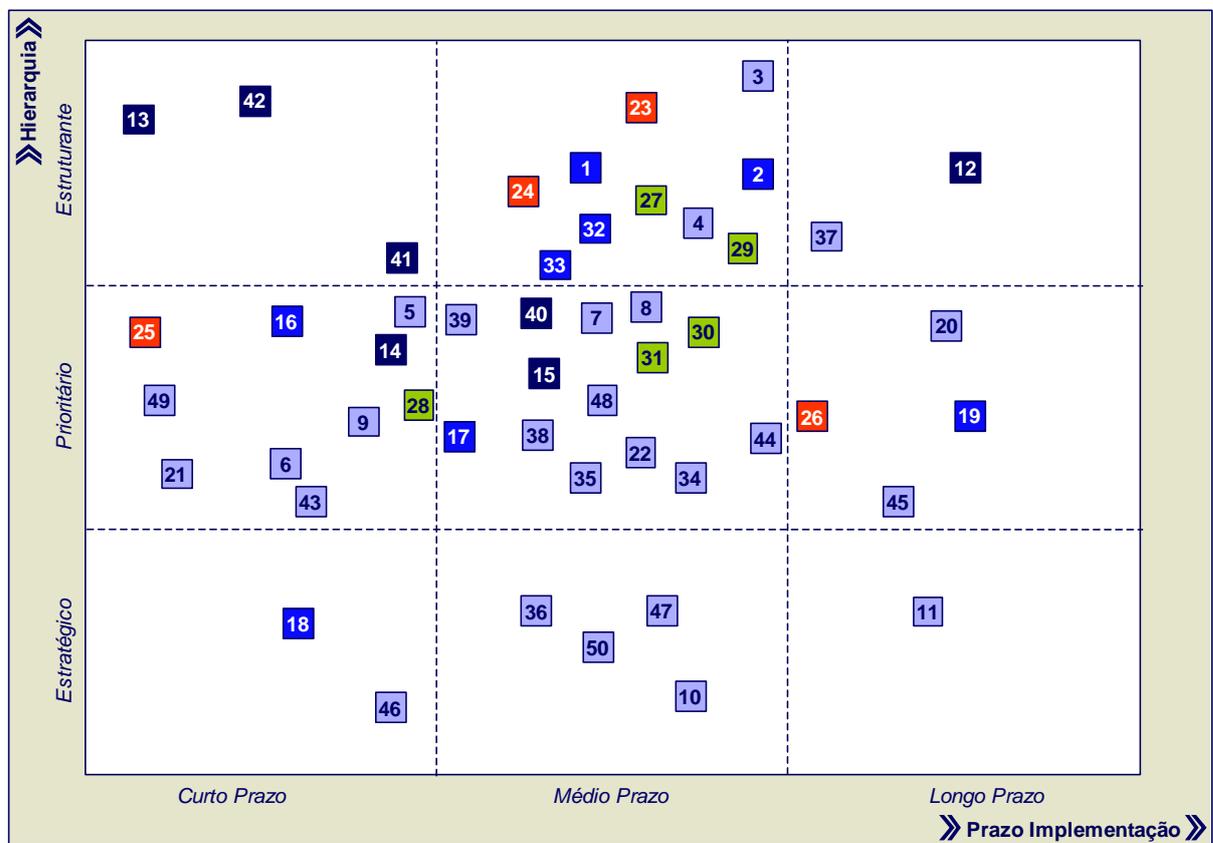


Diagrama 5: Mapa de Posicionamento das Acções

Legenda:

Rede de Serviços de Acessibilidades	13 Estabelecimento de uma Agência de Promoção de Investimento	25 Reforço do apoio dado às unidades e equipas de investigação líderes da Região na Área da Saúde	38 Planeamento e reconfiguração urbanística dos vazios urbanos
1 Conclusão da Circular Externa de Coimbra	14 Promoção do IPN como foco de incubação empresarial e centro de excelência	26 Constituição de um Centro de Conhecimento da Saúde	39 Execução dos instrumentos de Planeamento
Rede de Transportes	15 Implementação e dinamização dos parques empresariais / tecnológicos da Região	Frente Ribeirinha	Política de Marca
3 Implementação do Metro Leigoiro de Superfície	Pólo de Ensino Superior	27 Implementação das intervenções não concluídas do Projecto POLIS	40 Desenvolvimento de uma política de promoção turística da Região
4 Implementação de uma Gare Intermodal integrando a linha de Alta Velocidade (TGV)	16 Reforço do relacionamento do Pólo de Ensino Superior com o tecido empresarial da Região	28 Recuperação do Convento de São Francisco	41 Desenvolvimento de uma Marca de Coimbra
5 Constituição de uma Autoridade Metropolitana de Transportes	17 Projecção do perfil da Universidade de Coimbra	29 Libertação da Estação A e da linha férrea do seu actual uso e subsequente intervenção de requalificação	42 Apoio à candidatura do Conjunto Monumental da Universidade de Coimbra a Património Mundial
6 Implementação de um Plano de Destocações Urbanas	18 Parceria Pólo de Ensino Superior / CMC na formação das classes mais desfavorecidas da população	30 Intervenção de requalificação do conjunto Estádio Universitário - Guarda Inglesa	Equipamentos Turísticos Estruturantes
7 Promoção da Interoperabilidade através de uma rede estruturada de transportes públicos	19 Constituição da Faculdade de Belas Artes	31 Revitalização e alargamento do Portugal dos Pequenitos	43 Captação do investimento privado no sector do Turismo
Ecopolítica de Mobilidade	Inovação e Tecnologia	Centro Histórico	44 Constituição do Espaço para realização de Feiras Empresariais
8 Constituição de uma rede alargada de parques de estacionamento	20 Constituição da Cidade Wireless	32 Intervenção na Alta da Cidade	45 Construção e promoção do Mondegário
9 Definição de um Programa Geral de Condicionamento do Tráfego no tecido urbano	21 Implementação de uma cultura de inovação tecnológica	33 Intervenção na Baixa da Cidade	Activos Patrimoniais
10 Implementação de uma rede de cicloviás e circuitos pedonais	22 Implementação do projecto Coimbra Digital	Política de Sustentabilidade	46 Valorização do Conjunto Monumental de Coimbra
11 Substituição gradual da rede de autocarros por unidades eléctricas / híbridas	Cluster da Saúde	34 Requalificação e revitalização dos espaços verdes de Coimbra	47 Exploração Comercial de espaços históricos
Política de Promoção Empresarial	23 Desenvolvimento de uma Indústria da Saúde em Coimbra	35 Desenvolvimento de uma política de Ecoeficiência no licenciamento urbano	48 Implementação do Coimbra Card
12 Desenvolvimento da Plataforma Intermodal de Coimbra / Mealhada	24 Captação de investimentos estruturantes na área da Saúde	Políticas de Planeamento	Desporto, Eventos e Produção Cultural
		36 Desenvolvimento de políticas de coesão social e reforço das redes sociais	49 Potenciação dos equipamentos desportivos
		37 Constituição de marcas territoriais	50 Desenvolvimento de uma Agenda Cultural sólida e com projecção ibérica

Perante este quadro de análise do conjunto de Acções, procedeu-se à criação de fichas caracterizadoras das mesmas. Para além da indicação da Macro Acção onde estão enquadradas e do respectivo nível hierárquico e prazo de implementação, cada Ficha Individual apresenta os seguintes campos:

- Descrição – onde é feita uma descrição dos objectivos que a Acção procura atingir, a sua inter-relação com um conjunto de Macro Acções e Acções e uma descrição sumária dos processos operacionais que a Acção envolve e se decompõe;
- Implicação da não realização – onde são indicados os constrangimentos sobre o Plano Estratégico que a não execução da Acção implica;
- Entidades Envolvidas – conjunto de entidades (institucionais e privadas) que directa ou indirectamente se verão envolvidas na implementação da Acção.

Finalmente de referir que uma Acção pode ser enquadrável simultaneamente em várias Macro Acções (exemplo: Metro Ligeiro de Superfície). De forma a agilizar a leitura e interpretação do documento optou-se por enquadrar a Acção na Macro Acção mais directamente relacionada, sendo, no entanto, a Acção referenciada nos Mapas de Posicionamento das Acções individuais das restantes Macro Acções.

3. FICHAS INDIVIDUAIS DE ACÇÃO

Em seguida são apresentadas as Fichas Individuais de Acção. As Acções são agregadas por Macro Acção, sendo as Macro Acções apresentadas segundo a ordem adoptada no Documento Base.

A. REDE DE SERVIÇOS DE ACESSIBILIDADES

A) I – Descrição

No âmbito desta Macro Acção pretende-se promover a potenciação da centralidade geográfica de Coimbra através de um conjunto de vias rodoviárias que reduzam efectivamente a distância temporal a um conjunto de pólos urbanos do Centro Interior e indirectamente a Espanha (em particular ao mercado de Madrid), permitindo o desenvolvimento do potencial turístico e da capacidade de atracção de unidades empresariais. Adicionalmente, pretende-se reforçar a mobilidade interna no tecido urbano de Coimbra pelo incremento da qualidade das vias de acesso existentes.

A materialização deste objectivo será feita por intermédio do lançamento de vias de comunicação chave, quer a nível externo (desenvolvendo as ligações de Coimbra aos municípios envolventes e aos principais pólos urbanos do Centro Interior) quer a nível interno (desenvolvendo eixos estruturantes de circulação dentro do tecido urbano).

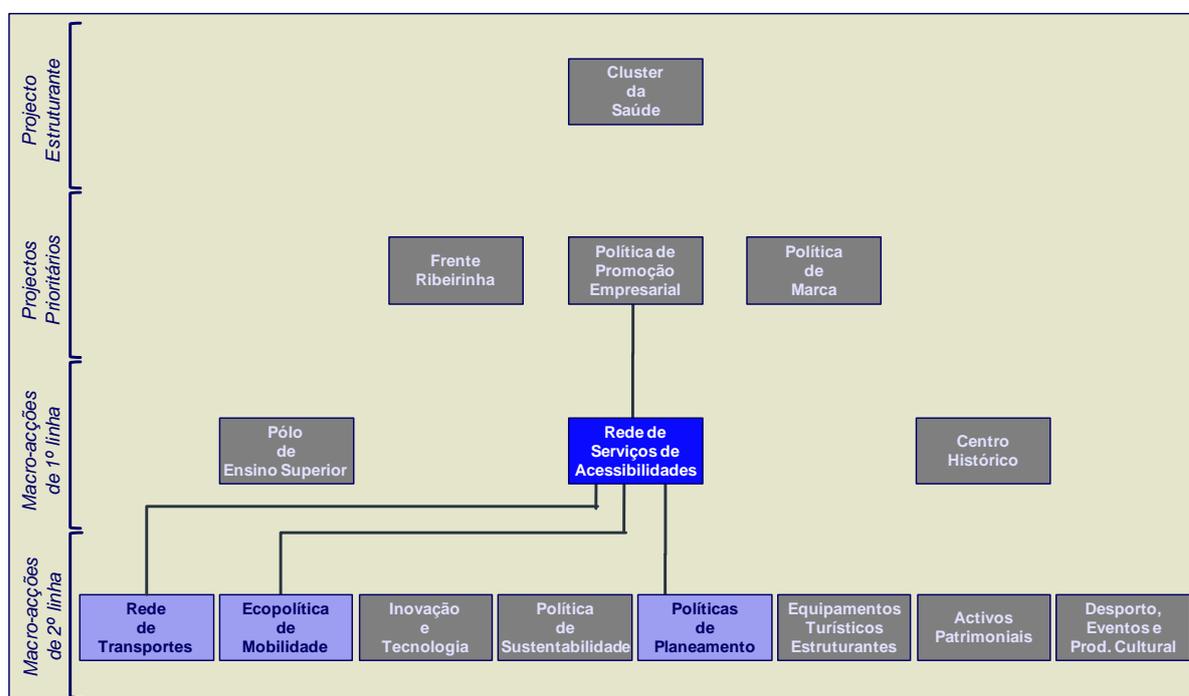
A) II - Posicionamento da Macro Acção

O planejar de uma cidade e de uma região passa essencialmente pelo reordenamento contínuo da malha urbana existente e pelo planeamento das linhas de expansão / contenção / reordenamento futuras. Nesta óptica a definição das acessibilidades estruturantes estabelecerá o ritmo e direcção de crescimento de Coimbra.

Passando a um perímetro de abordagem maior, a alavancagem da posição central de Coimbra na geografia do País e em relação a Espanha é fundamental, no âmbito das políticas de promoção empresarial, para a captação de novas unidades empresariais para a Região, devendo ser efectuada através da consolidação da Rede de Serviços de Acessibilidades a Coimbra. Nesse sentido são de destacar a importância, no contexto do investimento na Plataforma Intermodal Coimbra / Mealhada, a conclusão da Circular Externa de Coimbra e a constituição de vias de acesso rápidas e directas aos pólos urbanos do Interior Centro (Viseu, Guarda, Castelo Branco). Adicionalmente, o desenho das

acessibilidades a Coimbra deve conter a visão estratégica de privilegiar o meio de transporte colectivo; assumindo aqui particular destaque a relação que será estabelecida entre o Metro Ligeiro de Superfície e as principais vias de acesso à cidade. Para este efeito, é necessário apostar numa rede de acessibilidades onde os grandes influxos de tráfego não passem das “portas” da cidade, permitindo a progressiva pedonalização do centro histórico da cidade, fulcral para a instituição de uma genuína Ecopolítica de Mobilidade.

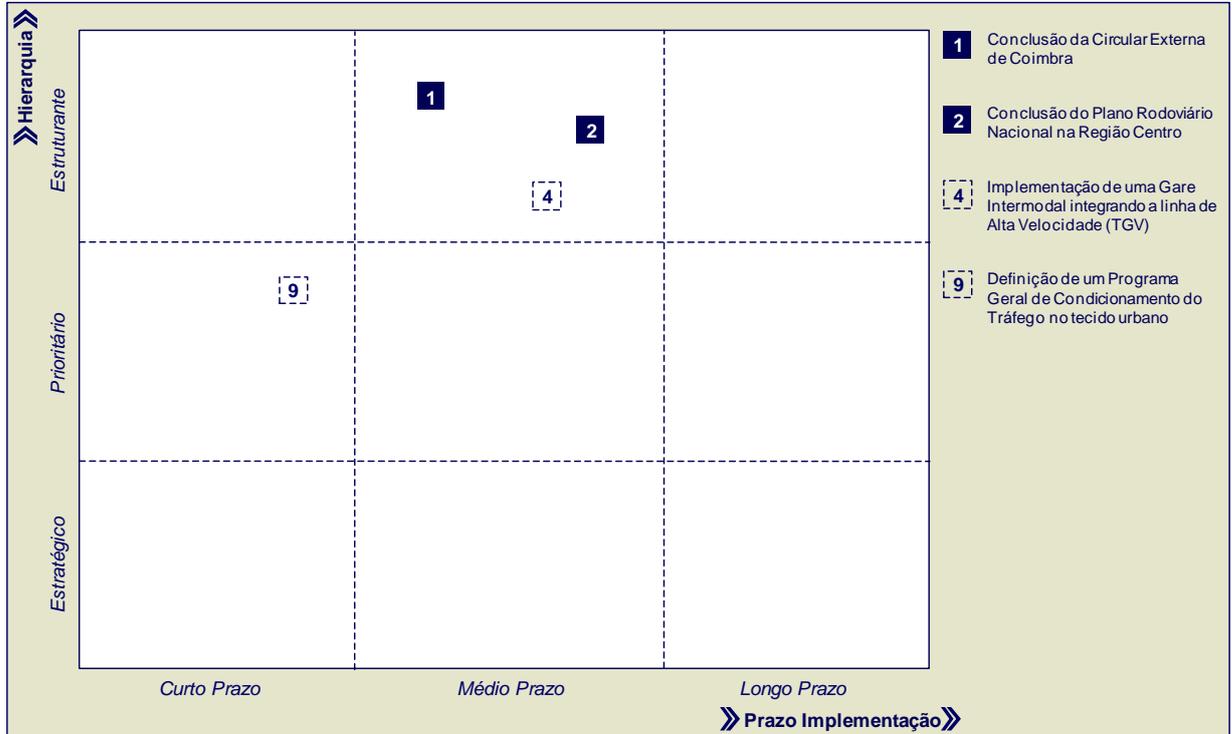
Face ao exposto, são possíveis de identificar relações directas entre a Macro Acção em análise e quatro outras Macro Acções:



A) III - Posicionamento das Acções integradas na Macro Acção

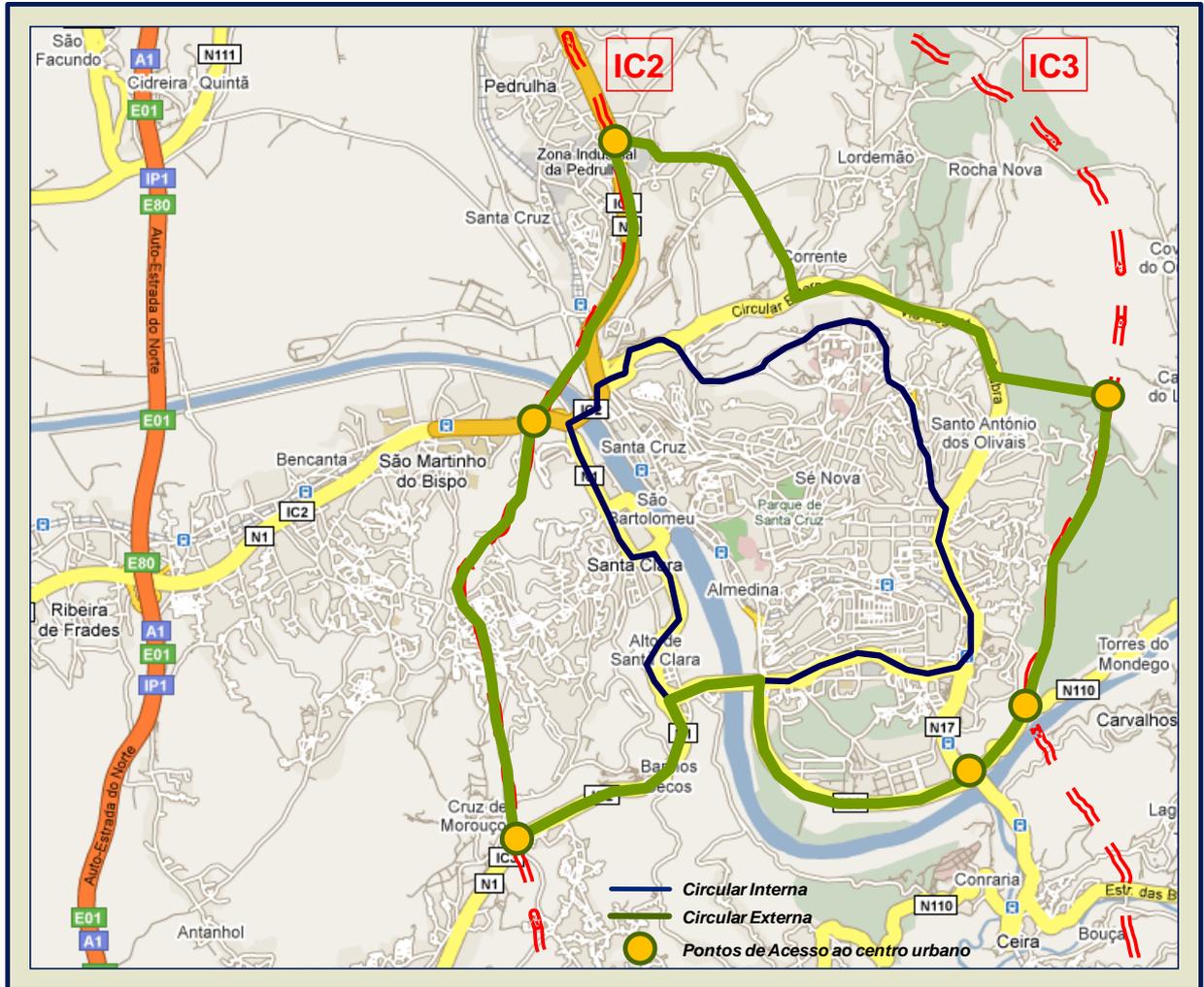
A Macro Acção Rede de Serviços de Acessibilidades irá dotar Coimbra do conjunto de estruturas viárias necessárias para a potenciação, quer na Região Centro, quer no eixo entre Lisboa e Porto, quer na ligação a Madrid.

Sendo assim, e sendo a dotação de uma boa rede de acessibilidades uma Macro Acção basilar e de suporte à maioria dos vectores traçados no âmbito do projecto estratégico para Coimbra, as acções que a compõem são fundamentais, sendo aquelas com carácter mais operativo, consideradas estruturantes, e de carácter de planificação considerada prioritária.



A) IV - Fichas Individuais

ACÇÃO 1 - Conclusão da Circular Externa de Coimbra	
GRAU DE PRIORIDADE	ESTRUTURANTE
	PRAZO IMPLEMENTAÇÃO
	MÉDIO PRAZO
<u>Descrição</u>	
<p>A actual configuração do fluxo rodoviário no tecido urbano de Coimbra regista a necessidade de uma intervenção das vias estruturantes, patente no congestionamento actual das principais vias de acesso ao Centro Urbano. Assim revela-se crucial concluir no médio prazo um conjunto de vias que no seu conjunto formarão aquilo que neste documento toma a designação de Circular Externa de Coimbra.</p> <p>A actual circular que pode ser traçada no conjunto de vias de Coimbra forma uma Circular Interna que deverá assumir funções de serviço ao trânsito existente dentro do tecido urbano e não ao registado entre a Cidade e a sua envolvente. Em particular, os principais pontos de acesso a Coimbra deverão ser "desconectados" desta Circular.</p> <p>Por outro lado o percurso viário que pode ser traçado entre a Avenida Elísio de Moura e a foz do Rio Ceira não deverá ser equacionada como componente da Circular Externa na medida em que se encontra já inserido num tecido de elevada densidade populacional. Adicionalmente e numa óptica de optimização dos recursos já adjudicados à Região deverá enquadrar-se o investimento nos traçados do IC2 e do IC3, paralelos à Cidade como componentes da Circular Externa.</p> <p>Desta forma propõe-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Intervenção rodoviária na zona da Pedrulha, deslocando para Norte o ponto de acesso à cintura urbana da Cidade; • Prolongamento para Leste do eixo que liga a Casa do Sal à Avenida Elísio de Moura, até à sua intersecção com o futuro traçado do IC3; • Aproveitamento do traçado do IC3 entre a intersecção atrás referida e a intersecção com a N110 na zona da foz do Ceira; • Componente a Sul da Circular Externa constituída pelo eixo compreendido entre a foz do Ceira e a Cruz de Morouços, integrando a N17 ao longo da Margem Direita e a ligação por via da Ponte Rainha Santa Isabel; • Aproveitamento do traçado do IC2 a partir da intersecção da Cruz de Morouços até à zona a Norte da Casa do Sal, integrando a nova travessia sobre o Mondego a Norte da Ponte Açude. <p>Esta Circular Externa proposta apresenta as vantagens de exercer um movimento excêntrico relativamente aos pontos de acesso a o Centro Urbano, afastando-os para zonas populacionalmente menos densas, e ter como ponto de sobreposição com a Circular Interna somente a Ponte da Rainha Santa Isabel, permitindo desta forma uma clara divisão da tipologia de tráfego.</p> <p>O intuito da execução deste projecto é o de promover, através da separação de tráfegos regionais e urbanos na cidade e envolvente, uma rede de acessibilidades que favoreça a centralidade de Coimbra permitindo a mobilidade da população, nomeadamente nas deslocacões pendulares entre o centro e a periferia.</p> <p>Esta é uma acção fundamental em todo o projecto no sentido em que serve de base à ligação entre muito dos vectores que estruturam o projecto estratégico para Coimbra como sejam a atractividade empresarial e do turismo, reabilitação do centro histórico com condicionamento do trânsito no centro da cidades, e a criação de novos centro de expansão urbanística. Dada a complexidade logística das acções estipuladas, a sua conclusão deve ser considerada no longo prazo, no entanto está já concluída uma fase fundamental na consecução daquilo que é o objectivo desta intervenção, sendo de esperar que nomeadamente a conclusão da circular urbana este já completa no curto prazo.</p>	
<u>Implicação de não realização</u>	
<p>A não implementação das acessibilidades regionais a Coimbra terá um impacto negativo muito significativo na capacidade de implementação de toda a política para a Rede de Transportes e para a sustentabilidade do tecido urbano, com os consequentes reflexos na qualidade de vida dos cidadãos e no desenvolvimento económico e turístico da Região.</p>	
<u>Entidades Envolvidas</u>	
<p>CMC; Estradas de Portugal, SA; empresas de construção civil</p>	



Mapa 1: Circulares Interna e Externa de Coimbra

ACÇÃO 2 - Conclusão do Plano Rodoviário Nacional na Região Centro

GRAU DE PRIORIDADE

ESTRUTURANTE

PRAZO IMPLEMENTAÇÃO

MÉDIO PRAZO

Descrição

No âmbito desta acção pretende-se a implementação de um conjunto de vias comunicantes entre Coimbra e os pólos urbanos envolventes, assumindo particular importância o reforço da ligação às cidades da Centro Interior. O desenvolvimento das acessibilidades da Região permitirá a potenciação da sua centralidade geográfica, funcionando como estrutura de suporte fundamental à implementação das políticas de densificação económica e de promoção turística consideradas no Plano Estratégico.

Deste modo deverão ser concretizadas o conjunto de vias previstas no Plano Rodoviário Nacional, em concreto:

- Concessão do Pinhal Interior – destacando em particular a construção / consolidação do IC3 (melhorando a mobilidade transversal do Distrito e do IC8 (reduzindo os tempos de acesso à Beira Baixa e a Espanha);
- Auto-Estrada do Centro – destacando a intervenção sobre a IP3 (permitindo-se desta forma a ligação por auto-estrada entre Coimbra e Viseu), a IC2 (melhorando a ligação ao Distrito de Aveiro) e a IC6 e IC12 (incrementando a rapidez de acesso ao Interior Centro).

Adicionalmente a este investimento deverá ser considerado no futuro a condução do IC31 e a bifurcação da IC8 numa ligação directa a Castelo Branco com vista a uma redução significativa dos tempos de acesso a uma zona significativa do Interior Centro.

Este conjunto de investimentos permitirão o reforço de Coimbra como eixo central de ligação Litoral – Interior na zona centro do país e como pólo centralizador alternativo ao Porto e Lisboa, criando o dinamismo necessário para a localização em Coimbra de uma Plataforma Logística / Intermodal.

A redução dos tempos de acesso de Coimbra ao mercado de Madrid assume-se como aspecto crucial para a capacidade de atracção de unidades económicas espanholas aos clusters da Tecnológico e da Saúde que se pretendem ver desenvolvidos na Região.

Dada a importância, transversal para o projecto, desta acção e os prazos necessários para a sua execução e tendo em conta a complexidade de implementação, esta é uma acção estruturante e cuja realização deverá estar concluída a Médio Prazo

Implicação de não realização

A não implementação no Médio Prazo da rede de Acessibilidades inter-regional no contexto da Região Centro vai reduzir de forma muito significativa a capacidade de atractividade turística e económica do Concelho de Coimbra.

Entidades Envolvidas

CMC; Estradas de Portugal, SA; empresas de construção civil

B. REDE DE TRANSPORTES

B) I – Descrição

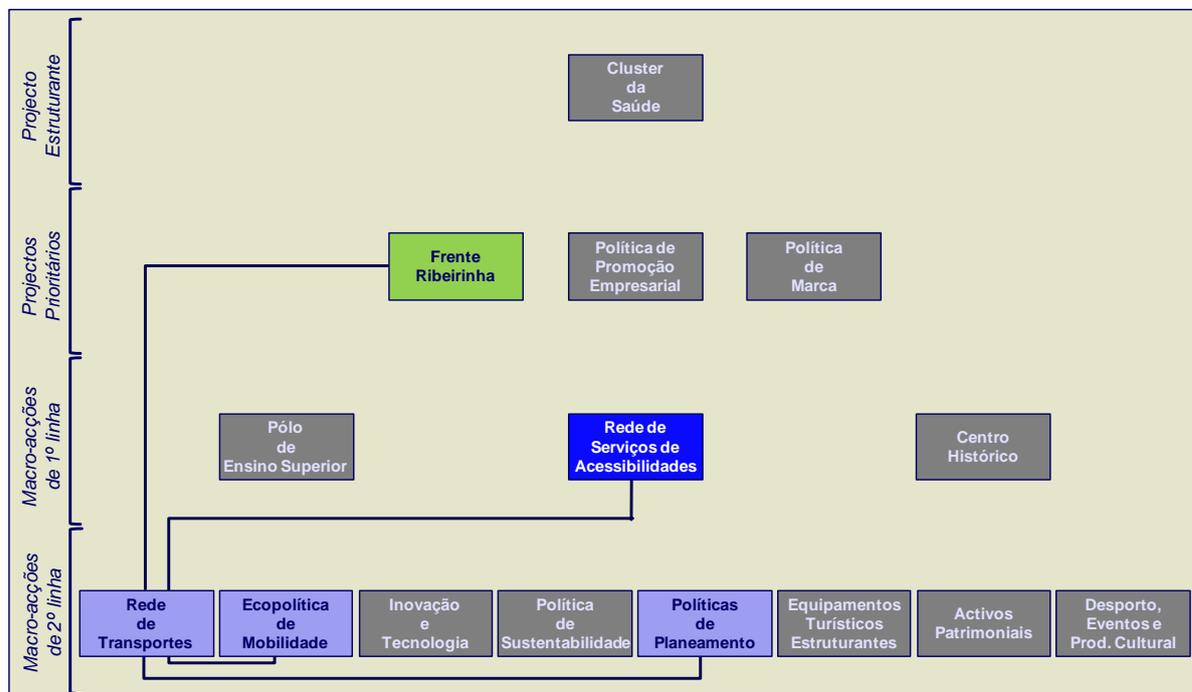
Na Macro Acção que se refere à Política de Transportes, o Metro Ligeiro do Mondego surge como estrutura central no âmbito da reformulação da rede de transportes. A sua implementação tem um papel fundamental na redefinição da malha urbana e funcionará como suporte aos movimentos pendulares que diariamente se registam na cidade.

A execução de uma infra-estrutura da dimensão do Metro Ligeiro de Superfície requer a constituição de uma rede integrada de transportes colectivos que se deverá centrar na interoperabilidade de diferentes tipologias de transporte. A sua organização partirá de uma *hub* rodo-ferroviário a ser constituído através da implementação de uma Gare Intermodal conectada à futura linha de TGV. A presença do TGV em Coimbra é fundamental para a redução efectiva das distâncias a Lisboa, ao Porto e aos respectivos aeroportos internacionais, auxiliando desta forma a Política de Turismo.

À rede integrada de transportes colectivos acresce a necessidade de adicionar uma estrutura gestora com carácter supra-municipal que suporte a política de transportes inter-municipal integrada, promovendo o Metro Ligeiro do Mondego como estrutura chave para o incremento da mobilidade a nível intra e inter municipal.

B) II - Posicionamento da Macro Acção

A Macro Acção Rede de Transportes apresenta um impacto transversal a múltiplos níveis: a nível de mobilidade, a nível económico, a nível social e a nível urbano. Assim, é natural que esta Macro Acção apresenta um nível significativo de relacionamentos directos com outras Macro Acções.



A Rede de Transportes surge em estreita ligação com a Macro Acção Rede de Serviços de Acessibilidades. Efectivamente, o desenho das acessibilidades a Coimbra deve conter a visão estratégica de ser privilegiado o meio de transporte colectivo; assumindo aqui particular destaque, a introdução do TGV e a relação que será estabelecida entre o Metro Ligeiro de Superfície e as principais vias de acesso à Cidade.

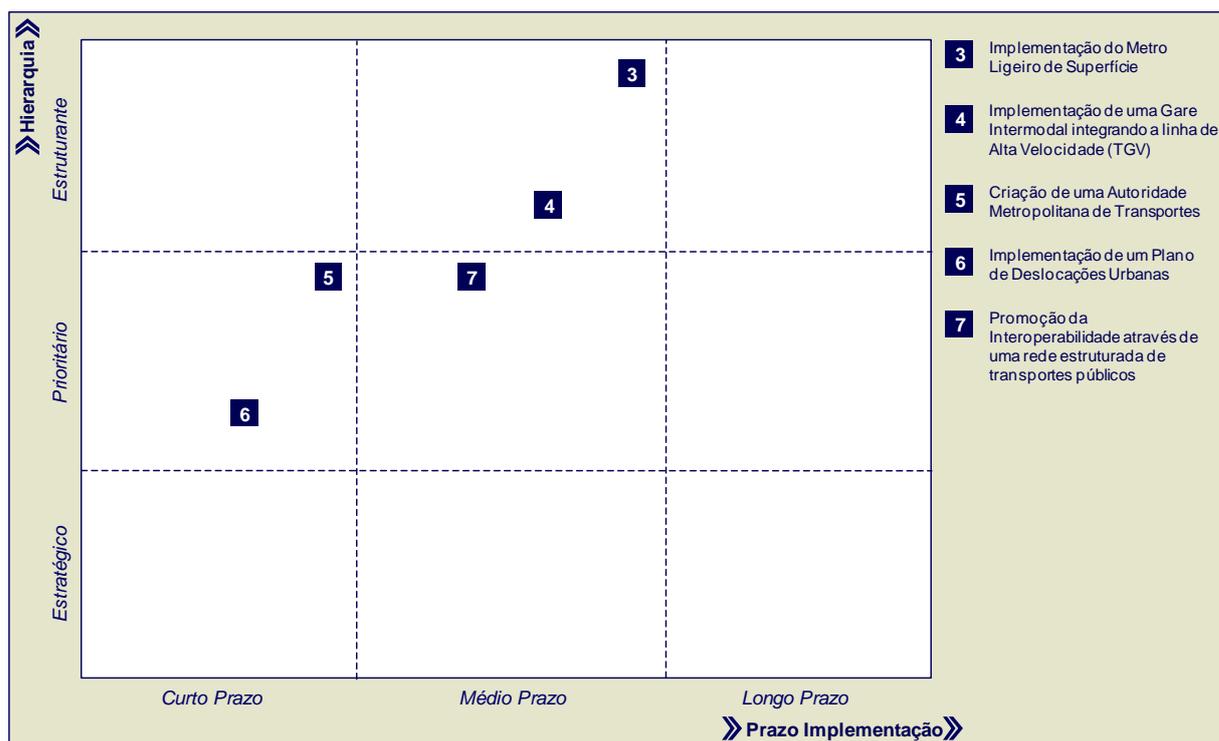
A criação do Metro Ligeiro de Superfície é elemento central do conjunto de acções preconizado no Documento “Organização dos Sistemas de Transporte de Coimbra”. A sua operação na Cidade permitirá, ao nível da Frente Ribeirinha e no âmbito da Ecológica de Mobilidade, a libertação de uma parcela significativa da Margem Direita da linha ferroviária. Por outro lado, no seguimento da implementação de um Programa Geral de Condicionamento de Tráfego Rodoviário, o Metro Ligeiro de Superfície surge como mecanismo de substituição do transporte individual pelo colectivo.

Adicionalmente, a envolvente à linha de Metro Ligeiro de Superfície serão linhas de consolidação e requalificação do tecido urbano de Coimbra, permitindo criar novas centralidades em zonas mais periféricas da cidade, um dos vértices da Política de Planeamento com a sua futura expansão para a Margem Esquerda e (extensão para Cernache e Taveiro) e para Norte (extensão à Pedrulha).

B) III - Posicionamento das Acções integradas na Macro Acção

O conjunto de Acções integradas nesta Macro Acção tem um carácter impactante num conjunto significativo de outras Macro Acções, implicando assim a criação de uma precedência implícita na execução operacional da Rede de Transportes. Desta forma, o prazo de implementação temporal desta Macro Acção não poderá obrigatoriamente ultrapassar o carácter de médio prazo. No entanto pela elevada complexidade e dimensão das Acções aqui incluídas apenas a criação de uma Autoridade Metropolitana de Transportes e a Implementação de um Plano de Deslocações Urbanas são exequíveis no curto prazo.

Pela dimensão do impacto da sua implementação em Coimbra, o Metro Ligeiro de Superfície e a Gare Intermodal são consideradas Acções Estruturantes, enquanto que as restantes, pelos impactos transversais sobre as restantes Macro Acções assumem uma natureza prioritária.



B) IV - Fichas Individuais das Acções

ACÇÃO 3 - Implementação do Metro Ligeiro de Superfície			
GRAU DE PRIORIDADE	ESTRUTURANTE		
<table border="1" style="float: right;"> <tr> <td style="text-align: center;">PRAZO IMPLEMENTAÇÃO</td> <td style="text-align: center; background-color: #90c000; color: white;">MÉDIO PRAZO</td> </tr> </table>		PRAZO IMPLEMENTAÇÃO	MÉDIO PRAZO
PRAZO IMPLEMENTAÇÃO	MÉDIO PRAZO		
<p><i>Descrição</i></p> <p>Esta Acção produz uma multiplicidade de impactos na Região de Coimbra:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Redução do tráfego automóvel no tecido urbano central, mediante a colocação de parques de estacionamento nas imediações das estações do Metropolitano na periferia do Centro Urbano; • Incremento da mobilidade dos cidadãos dentro da Cidade, através da implementação da linha urbana do Metro; • Apoio aos movimentos pendulares diários da Região, aproximando a periferia da malha urbana da Cidade • Criação de novos pólos de urbanização alinhados com a implementação da linha de metro, constituindo -se como um instrumento privilegiado para a Política de Planeamento e Ordenamento Urbano numa óptica da expansão demográfica da Cidade no longo prazo ; • Aposta definitiva na interoperabilidade da rede de transportes públicos, criando -se uma conectividade efectiva entre o Metro, a rede de autocarros e <i>trolley-buse</i> as linhas ferroviárias actuais e futuras; • Reconfiguração significativa de zonas urbanas do Centro Histórico da Cidade, nomeadamente com a reconfiguração urbana em curso na Baixa levada a cabo pela SRU e com a libertação de uma faixa significativa da Margem Direita da linha ferroviária; • Suporte à implementação de uma Política Ecológica na Região, com o investimento no transporte colectivo e a limitação ao uso do transporte privado; <p>A implementação desta Acção será levada a cabo pela empresa pública Metro Mondego. O processo de implementação foi iniciado já com a intervenção sobre a linha ferroviária suburbana ligando Coimbra a Serpins.</p> <p>Face à actual configuração da linha urbana ligando a estação da Aeminium à estação do Hospital Pediátrico no futuro deverá ser considerada a expansão da linha ligando o Hospital Pediátrico a Coimbra B, completando desta forma uma circular na linha de Metro o que incrementará significativamente a adesão a este meio de transporte colectivo por parte dos cidadãos através da optimização da rede. Igualmente crítico será conceber no longo prazo a extensão do Metro Ligeiro de Superfície à envolvente regional de Coimbra, nomeadamente ligando numa primeira fase zonas habitacionais e de serviços emergentes no Município (Taveiro, Cernache e Pedrulha) e posteriormente ligando a Figueira da Foz , Condeixa e a Melhada. Esta expansão da linha do Metro permitirá consolidar os movimentos pendulares registados em Coimbra, num movimento natural em zonas de características metropolitanas.</p> <p>A execução desta acção deve ser realizada em conjunto com a criação de uma Autoridade Metropolitana de Transportes, e o desenvolvimento de uma rede estruturada de transportes públicos de diferentes tipologias complementada com a criação de uma rede de parques de estacionamento nas principais zonas de acesso à cidade, no âmbito da estratégia de Ecomobilidade que visa o condicionamento do Tráfego Rodoviário no tecido urbano</p> <p><i>Implicação de não realização</i></p> <p>A não implementação desta Acção terá um impacto adverso significativo sobre o desenvolvimento de uma nova abordagem sobre a Rede de Transportes de Coimbra e sobre a actual reformulação urbana em curso no tecido central da Cidade. Será crítico igualmente que não existam deslizamentos significativos relativamente aos prazos previstos (conclusão no final de 2012) de implementação do projecto dado o impacto crítico que o mesmo tem sobre as restantes Macro Acções do Plano Estratégico.</p> <p><i>Entidades Envolvidas</i></p> <p>CMC; Metro Mondego, SA; MOPTC</p>			

ACÇÃO 4 - Implementação de uma Gare Intermodal integrando a linha de Alta Velocidade (TGV)

GRAU DE PRIORIDADE

ESTRUTURANTE

PRAZO IMPLEMENTAÇÃO

MÉDIO PRAZO

Descrição

A Gare Intermodal deverá tomar lugar ligeiramente a Norte do local onde hoje se localiza a Estação B. Servirá de *hub* do sistema de transportes públicos inter e intra urbanos de Coimbra integrados numa rede centrada na interoperabilidade de diferentes tipologias de transporte.

Em concreto nela estarão integradas a rede de Metro Ligeiro de Superfície, a rede ferroviária nacional, a rede dos SMTUC e a linha do TGV.

A presença do TGV em Coimbra é condição essencial para o desenvolvimento da Política de Turismo Patrimonial e MICE mas também na densificação económica da região, na medida em que vem posicionar-se como veículo chave de ligação aos Aeroportos Internacionais das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto.

Adicionalmente a constituição da Gare Intermodal permitirá libertar os terrenos hoje ocupados pela Estação B para um processo de revitalização urbana.

Esta acção deve ser realizada tendo e conta a conclusão da Circular Externa e conjunto de acessibilidades regionais como canais de distribuição dos do trânsito gerado pela mobilidade de e para a gare intermodal com o centro e periferia da Cidade. A implementação deve ainda ser complementada com todas as outras acções que visam melhorar as condições de acessibilidade e mobilidade em Coimbra.

Implicação de não realização

Esta é uma acção estruturante para o Projecto Estratégico de Coimbra na medida em que a sua não concretização e/ou a sua não interligação de forma sólida com as estruturas de transporte de Coimbra dificultará o posicionamento estratégico da Cidade de Coimbra no eixo Lisboa – Porto, na medida em que esta infra-estrutura irá encurtar a distância temporal de Coimbra em relação a outros centro urbanos, o que é um requisito para o desenvolvimento de Coimbra como pólo de atracção empresarial bem como do Turismo MICE e Patrimonial.

Entidades Envolvidas

CMC; SMTUC; Metro Mondego, SA; REFER; RAVE; CP; MOPTC; Operadores privados de transportes

ACÇÃO 5 – Constituição de uma Autoridade Metropolitana de Transportes

GRAU DE PRIORIDADE

PRIORITÁRIO

PRAZO IMPLEMENTAÇÃO

CURTO PRAZO

Descrição

A Autoridade Metropolitana de Transportes deverá ter um poder de intervenção supra -municipal e com um papel interventivo na captação de financiamento junto dos órgãos centrais do Estado e da Comunidade Europeia. Deverá ter a autonomia que lhe permita coordenar as políticas de intervenção no sector para a Cidade, em articulação com as directrizes definidas em matéria de ordenamento do território, dispondo de meios adequados e de capacidade de decisão relativamente aos diversos tipos de problemas que o sistema de transportes comporta.

Esta entidade será criada no contexto da orientação específica da própria Lei de Bases dos Transportes Terrestres (Lei n.º 10/90, de 17 de Março), que aponta para a criação de Comissões Metropolitanas de Transportes e estará em linha com as entidades projectadas para as áreas metropolitanas do Porto e Lisboa, seguindo exemplos de sucesso como Barcelona, Amesterdão ou Lyon.

Só uma entidade dotada de um modelo de auto-governo, com uma estrutura organizacional e operativa própria, poderá responder às expectativas de utentes e operadores, quando estão em causa relações directas entre áreas tão importantes como a mobilidade, as acessibilidades, o ordenamento do território e a qualidade ambiental, que alteram as condições em que se processam os movimentos pendulares diários da população entre o local de residência e o local de trabalho ou estudo, bem como os modos de transporte utilizados e os tempos médios gastos nessas deslocações.

Assim a projectada implementação da Rede de Transportes reconfigurada a sua coordenação com a Rede de Serviços de Acessibilidades e o desenvolvimento de uma Ecológica de Transportes deverá ser feita por este organismo.

A importância desta acção confere-lhe um carácter prioritário na medida em que, ele será responsável pela definição e controlo das políticas de transporte da cidade de Coimbra. A sua implementação deverá ser concretizada no mais curto espaço de tempo possível antecedendo as acções que visam as alterações estruturais que vão se fazer sentir ao nível da introdução das novas tipologias de transportes públicos.

Implicação de não realização

A ausência de um quadro institucional adequado ao planeamento e gestão do sistema de transportes metropolitanos é normalmente referido como o factor decisivo de muitos bloqueios e disfunções do sistema de transportes.

Entidades Envolvidas

Autarquias Locais, SMTUC; Metro Mondego; CP; Operadores privados de transportes

ACÇÃO 6 - Implementação de um Plano de Deslocações Urbanas (PDU).

GRAU DE PRIORIDADE

PRIORITÁRIO

PRAZO IMPLEMENTAÇÃO

CURTOPRAZO

Descrição

A mobilidade urbana é compreendida como um factor de coesão social e de desenvolvimento de um concelho ou região através de acções implementadas ao nível da urbanidade e acessibilidade. O Plano de Deslocações Urbanas tem como objectivo a melhoria das condições de urbanidade, acessibilidades, mobilidade e ambiente urbano. Será um plano de carácter macro e interdisciplinar, articulando várias áreas, designadamente urbanismo e ordenamento do território, acessibilidades, mobilidade e ambiente. É assim um instrumento estratégico e tático que define um conjunto de orientações a ser implementadas. Pretende-se desta forma que o Plano de Deslocações Urbanas venha a constituir o principal instrumento de orientação estratégica para prosseguir uma política de mobilidade sustentável. Estes aspectos têm sido normalmente associados às características do funcionamento desses espaços geográficos mas, condicionantes como a morfologia, a forma e estrutura urbana também têm uma elevada incidência nesse modo de funcionamento, logo, nas actividades e no modo de vida urbana das populações.

No PDU ficará consagrada a conta do sistema de deslocações a que corresponderá um Orçamento de Investimentos e um de Exploração que servirá para se controlarem os custos de funcionamento das diferentes redes de transporte. O PDU terá adicionalmente um dossier institucional (regulamentos) e outro dossier de acompanhamento de todas as acções (monitorização) com os indicadores respectivos. No PDU estarão ainda as cartas de ordenamento e os regulamentos institucionais que farão parte do PDM. Desta forma o PDU pretende ser uma evolução para um campo mais operacional e interventivo do Plano de Mobilidade já existente, incidindo sobre o território urbano em planificação e sobre os movimentos pendulares que este estabelece com as zonas envolventes.

A consolidação do território urbano é feita de modo desigual pelo que a geografia das deslocações deverá ser servida por redes de transporte colectivo que passem também elas a servir como meio de construção desse espaço, da cidade e da região. A estruturação desta rede deverá ser definida no plano de deslocações urbanas que deverá portanto estar associada aos planos de reordenamento do território considerando o desenvolvimento de uma rede estruturada de transportes públicos de diferentes tipologias e a política de ecomobilidade proposta para Coimbra.

Esta é uma acção importante na medida em que, através da definição da dinâmica da mobilidade urbana, pode servir como guia para o estabelecimento da localização de novas zonas de expansão da cidade. Assim o PDU deverá ser efectuado num contexto multidisciplinar que tenha em conta as acções que digam respeito a questões ligadas ao Território, Mobilidade e Transportes, pelo que a sua implementação deverá ser feita a curto prazo e com carácter prioritário.

Implicação de não realização

A não implementação do PDU levará inevitavelmente que uma evolução urbana ordenada seja substituída por expansões da malha urbana da tipologia "mancha de óleo".

Entidades Envolvidas

CMC; Autoridade Metropolitana de Transportes; Metro Mondego; Operadores privados de transportes

ACÇÃO 7 – Promoção da Interoperabilidade através de uma rede estruturada de transportes públicos

GRAU DE PRIORIDADE

PRIORITÁRIO

PRAZO IMPLEMENTAÇÃO

MÉDIO PRAZO

Descrição

Esta é uma acção que visa a estruturação integrada em rede das diferentes modalidades de transporte colectivo. Efectivamente a valência que advém da existência de diferentes tipologias de transportes na cidade como o Metro Ligeiro de Superfície, comboio, autocarros e *trolley-bus* faz sentido se assentar numa rede intermodal estruturada e eficiente que se assuma como um alternativa competitiva (em termos do binómio custo financeiro / tempo dispendido em deslocações).

Nesse sentido o desenvolvimento desta acção surge como mecanismo de combate ao recurso a transporte individual, promovendo -se desta forma uma política de eco mobilidade que contribui para o desenvolvimento sustentável da Cidade.

Deve ser considerada com a implementação e desenvolvimento das novas tipologias de transporte previstas, com a construção da gare intermodal, bem como com a organização do sistema das vias de transporte propostas no âmbito da revisão do PDM e da implementação das políticas que visam condicionar o trânsito no centro da cidade.

Esta Acção assume a natureza do natural desenvolvimento operacional no tempo da aplicação do Plano de Deslocações Urbanas e a sua gestão pela Autoridade Metropolitana dos Transportes.

Esta é uma acção de execução prioritária na medida em que dela dependem a eficiência e organização do sistema de transportes colectivos públicos e consequentemente a consecução do objectivo de promover o desenvolvimento sustentável da cidade de Coimbra. Dada a complexidade da intervenção devido à multiplicidade de processos e entidades envolvidas, é uma Acção cujo horizonte temporal de desenvolvimento é o médio prazo.

Implicação de não realização

A não implementação desta Acção condicionará significativamente a capacidade de se aplicar uma Política de Condicionamento de Trânsito no Centro da Cidade, impossibilitando na prática a efectivação de uma Ecológica de Mobilidade.

Entidades Envolvidas

CMC; SMTUC; CP; REFER; Autoridade Metropolitana de Transportes; Metro Mondego

C. ECOPOLÍTICA DE MOBILIDADE

C) I – Descrição

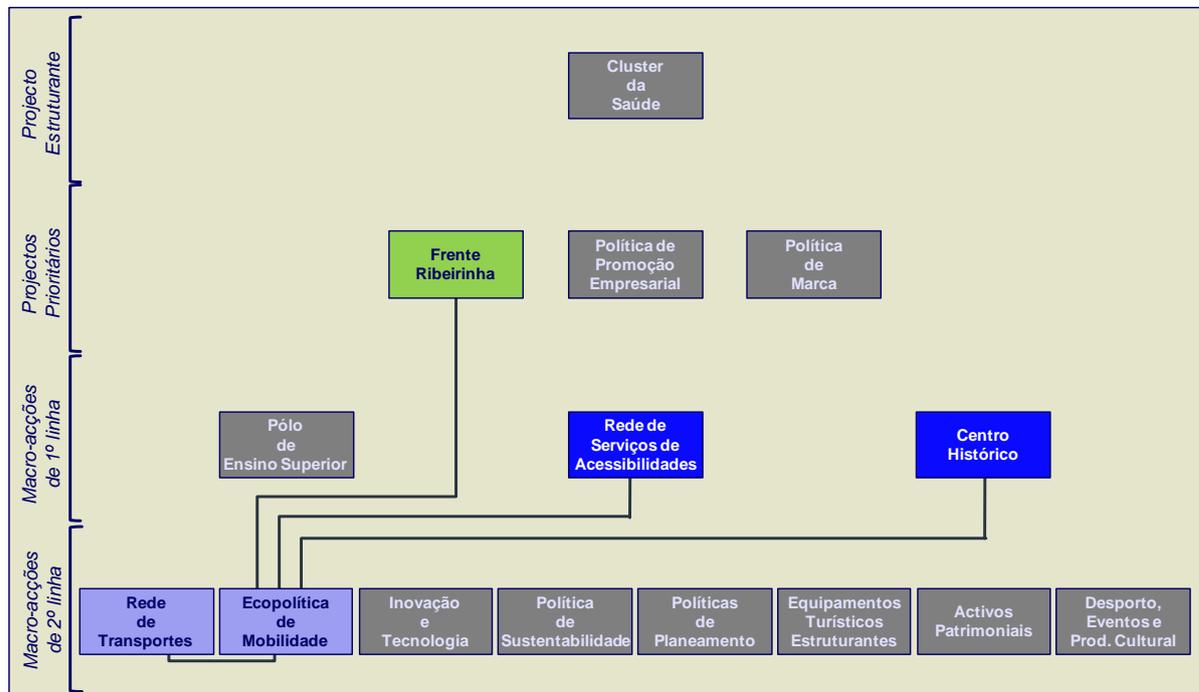
A abordagem a este tipo de políticas, que visam promover a ecomobilidade partindo de uma linha de acção que tem por base o crescimento sustentável da cidade de Coimbra, materializando-se através da implementação de uma série de acções como o condicionamento do tráfego rodoviário no tecido urbano central da Cidade que, numa lógica de complementaridade, deve ainda ser conjugada com a oferta de um número de estruturas de apoio aos movimentos pendulares e de uma rede de transportes colectivos ecoeficientes, que se assumam como verdadeiras alternativas ao uso de veículo individual.

Adicionalmente, será aplicado um reforço da rede de circuitos pedonais e de ciclovias fomentando a prática de exercício em zonas de lazer criadas em pólos de centralidade da cidade, o que é consistente com toda a estratégia delineada no âmbito do projecto desenvolvido para Coimbra.

C) II - Posicionamento da Macro Acção

A Macro Acção Ecopolítica de Mobilidade atribuiu às Acções referentes às Macro Acções Rede de Serviços de Acessibilidades e Rede de Transportes um conjunto de directrizes e orientações que permitem a estruturação de uma abordagem sustentável através da aposta numa Política de Mobilidade, Transportes e Acessibilidades ecoeficiente, que se pretende transversal a todo o Planeamento Urbano em particular mas também, de forma mais geral a toda a estratégia definia.

Nesse sentido é possível estabelecer ligações directas da Macro Acção Ecopolítica de Mobilidade com outras cinco Macro Acções:



A implementação de uma Política Ecológica para a região poderá ser decomposta em termos estratégicos em duas linhas de actuação complementares: uma Ecopolítica de Mobilidade e uma Política de Sustentabilidade.

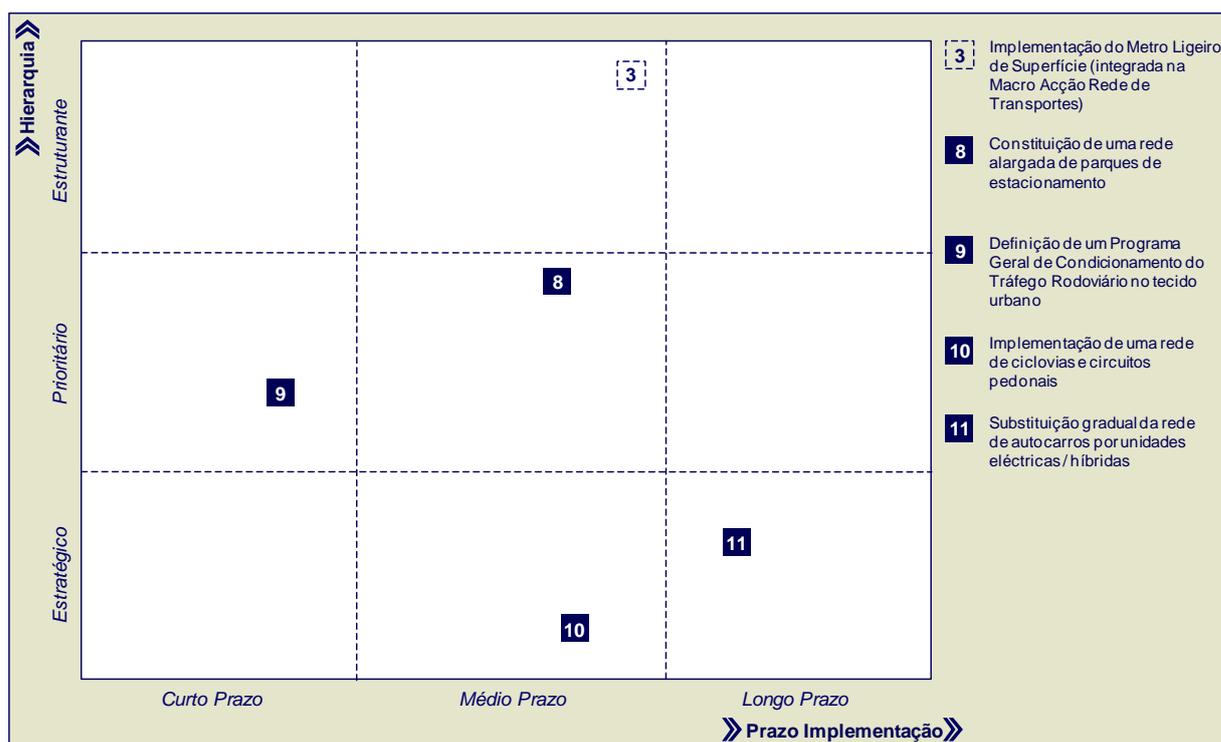
A implementação da Rede de Serviços de Acessibilidades, nomeadamente o redesenho viário da cidade, com a progressiva pedonalização e criação de ciclovias do seu Centro Histórico e Frente Ribeirinha, permitirá a instituição de uma genuína Ecopolítica de Mobilidade tornando desta forma um espaço privilegiado para o turista e o usufruto do cidadão.

Para este efeito, é necessário apostar numa Rede de Serviços de Acessibilidades onde os grandes fluxos de tráfego não confluem no núcleo urbano central. Nesse sentido, também a estruturação da Rede de Transportes está intimamente ligada à implementação de um Programa Geral de Condicionamento de Tráfego Rodoviário, nomeadamente através da introdução do Metro Ligeiro de Superfície como mecanismo de substituição do transporte individual.

C) III - Posicionamento das Acções integradas na Macro Acção.

Esta Macro Acção tem em vista a promoção do desenvolvimento sustentável da Cidade de Coimbra promovendo a qualidade de vida dos cidadãos, medidas consistentes com a imagem que se pretende para a Marca Coimbra, no âmbito da estratégia de projecção da cidade como um pólo com, de e para a Saúde.

Nesse sentido, as acções que compõem esta Macro Acção têm um carácter maioritariamente prioritário ou Estruturante. Dado o facto de existirem algumas condicionantes à sua execução, sobretudo as referentes à necessidade de implementação prévia de acções importantes, nomeadamente as referentes às Macro Acções Rede de Transportes e Rede de Serviços de Acessibilidades, a execução das acções que compõem esta Macro Acção está prevista essencialmente para o médio prazo.



C) IV - Fichas Individuais das Acções

ACÇÃO 8 - Constituição de uma rede alargada de parques de estacionamento	
GRAU DE PRIORIDADE	ESTRUTURANTE
PRAZO IMPLEMENTAÇÃO	MÉDIO PRAZO
<u>Descrição</u>	
<p>Esta é uma acção fundamental no duplo sentido de por um lado conter o afluxo cada vez maior do transporte individual ao centro de Coimbra e por outro reduzir o estacionamento selvagem no interior do tecido urbano.</p> <p>Seguindo a lógica que norteou a implementação dos parques da Ecovia, outrora localizados em zonas limítrofes que hoje já foram aglutinadas pela expansão urbanística, um conjunto de parques (que assumem neste documento a designação de "Parques de 1º Linhas") deverão estar situados em zonas periféricas da cidade, tendo em conta a evolução da malha urbana prevista e analisando o horizonte temporal de 8 a 10 anos. Complementarmente a esta medida, estes parques deverão ser servidos por um sistema de transportes públicos que promova movimentos pendulares eficientes e frequentes entre a periferia e o centro da cidade. Os Parques de 1ª Linha deverão pois ser criados nas zonas periféricas de acesso à Cidade.</p> <p>Para além dos parques de 1ª Linha deverão ser igualmente considerados um conjunto de parques de 2ª Linha, cuja função será sobretudo servir de apoio ao estacionamento dentro do tecido urbano, reduzindo as situações de "estacionamento selvagem" e facilitando a acessibilidade a um conjunto de serviços estruturantes na Cidade, nomeadamente e em particular ao pólo hospitalar e ao pólo do Ensino Superior.</p> <p>Para além das medidas que visam retirar tráfego do centro da cidade, esta acção depende da organização do sistema de transportes (desenvolvimento de uma rede estruturada de transportes públicos de diferentes tipologias) e da implantação das vias de transporte propostas no âmbito da revisão do PDM.</p> <p>Esta é uma acção de carácter estruturante para o projecto delineado para Coimbra, na medida em que suporta o descongestionamento pretendido para o Centro da Cidade que é a base para muitas das intervenções urbanas que se pretendem implementar, nomeadamente na zona Ribeirinha e no Centro Histórico. O seu desenvolvimento deverá ter lugar numa óptica de médio prazo, estando estabelecida uma clara precedência da entrada em funcionamento do Metro Ligeiro de Superfície, estrutura fundamental para a eficiência desta estratégia.</p>	
<u>Implicação de não realização</u>	
<p>A não aplicação desta Acção limitará a capacidade de um efectivo desenvolvimento da Ecopolítica de Mobilidade, na medida em que não são criadas infra-estruturas de suporte aos automobilistas dos movimentos pendulares que pretendam não entrar no perímetro urbano da Cidade.</p>	
<u>Entidades Envolvidas</u>	
<p>CMC; SMTUC; Mero Mondego, SA; REFER; CP, Promotores Privados</p>	

ACÇÃO 9 - Definição de um Programa Geral de Condicionamento do Tráfego Rodoviário no tecido urbano.

GRAU DE PRIORIDADE

PRIORITÁRIO

PRAZO IMPLEMENTAÇÃO

CURTO PRAZO

Descrição

A sua execução faz sentido quando integrada no processo mais geral da Política de Deslocações Urbanas e em estreita interligação com a constituição de parques de estacionamento nos acessos ao Centro Urbano e no desenvolvimento efectivo de uma rede interoperável de transportes colectivos.

A sua execução permitirá a redução do nível de tráfego no Centro da Cidade, criando-se assim zonas de emissão reduzida o que permitirá a melhoria significativa da qualidade de vida nesta zona da Cidade, tornando-a mais atractiva não só para o cidadão mas também para o turista.

Em termos operacionais este Programa deverá incluir, entre outras, as seguintes intervenções:

- Pedonalização e condicionamento do tráfego de um conjunto de vias (destacando-se as Rua da Sofia, Avenida Emídio Navarro, Avenida da Cidade Aemíunium, Avenida de Conímbriga, Rua Luís António Verney, Avenida João das Regras e Avenida Inês de Castro);
- Tolerância zero do estacionamento em segunda fila;
- Condicionamento do acesso exclusivamente a moradores com um sistema da tipologia Via Verde e com a colocação de pilaretes retrácteis no traçado histórico da Alta e da Baixa;
- Fixação de câmaras de videovigilância;
- Introdução de dias sem trânsito automóvel;
- Reforço dos efectivos da Polícia Municipal.

A função deste programa que visa a compatibilização de uma Ecopolítica de Mobilidade com a Rede de Serviços de Acessibilidades e com a Rede de Transportes definida para a Cidade, criando esquemas de mobilidade simultaneamente ecológicos e eficientes para a população.

Nesse sentido a execução desta acção deverá ter em conta e congregar as acções que visam, organização do sistema de transportes das vias propostas no âmbito da revisão do PDM, bem como todas as outras medidas subjacentes à restrição do acesso ao tráfego ao interior das cidades, já enunciadas neste documento.

Esta acção é importante também na medida em permite a transformação dos espaços a vedar ao trânsito em áreas de lazer com ciclovias e percursos pedonais, a serem utilizados no âmbito da exploração turística prevista para o Centro Histórico e Zona Ribeirinha, nomeadamente na zona adjacente ao Rio e no eixo que inclui o Convento de Santa Clara e o futuro Centro de Congressos no Convento de São Francisco.

Esta é uma acção prioritária na medida em norteia a execução e materialização de alguns dos elementos integrantes da Ecopolítica de Mobilidade. Este Programa deverá ser desenhado e aprovado no curto prazo, sendo expectável que a sua plena execução operacional se estenda num cenário de longo prazo dada a estreita relação que estabelece com um conjunto de outras Acções.

Implicação de não realização

O não desenvolvimento desta Acção implicará a falta de um Planeamento Estratégico para as dinâmicas de mobilidade interna na Cidade de Coimbra.

Entidades Envolvidas

CMC, Autoridade Metropolitana de Transportes; Polícia Municipal; Juntas de Freguesia

ACÇÃO 10 - Implementação de uma rede de circuitos pedonais e de ciclovias.

GRAU DE PRIORIDADE

ESTRATÉGICO

PRAZO IMPLEMENTAÇÃO

MÉDIO PRAZO

Descrição

Esta acção parte da Política de Ecomobilidade e do conjunto de Acções que introduzirão o condicionamento do trânsito no Centro da Cidade o que permitirá libertar as áreas centrais, nomeadamente alguma artérias da zona Ribeirinha e do Centro Histórico, par a zonas de lazer do cidadão e constituição de percurso turísticos.

Este processo poderá ser levado através da introdução de três dispositivos:

- **Ciclovias** – quer fazendo parte do processo actualmente em curso de intervenção na Frente Ribeirinha, estabelecendo-se uma série de percursos em torno do espelho de água do Mondego, quer por via de uma via ligando Coimbra à Figueira da Foz ao longo do percurso do rio;
- **Circuitos Pedonais** – quer condicionando o tráfego rodoviário no Centro Urbano, libertando esse espaço para o usufruto do cidadão e criando toda uma área em torno do rio em ambas as margens com uma natureza iminentemente lúdica; quer estabelecendo percursos de cariz marcadamente turística pelas zonas monumentais da Cidade. No âmbito do Projecto do Programa POLIS está projectada a construção de 3.800m² de percursos pedonais.
- **Nova ponte pedonal** - Estando já em funcionamento a ponte pedonal do Parque Verde, entre as pontes de Santa Clara e Rainha Santa, deverá também ser construída uma ponte pedonal entre a ponte de Santa Clara e a Ponte do Açude.

Esta acção permite ainda a promoção da prática desportiva contínua, saudável e em harmonia com o meio ambiente, uma das vertentes propostas para estratégia de Coimbra como cidade de e com Saúde. Nesse sentido, para além do aproveitamento do Parque Verde, surge a necessidade de revitalizar o Choupal, recuperando-o para este tipo de práticas.

Esta acção depende da consecução de outras acções, nomeadamente o condicionamento ao trânsito de algumas artérias do centro da cidade, nomeadamente a avenida Emídio Navarro, a Avenida de Conímbriga, a Avenida Cidade Aeminum e a Avenida João das Regras. Na medida em que é um elemento para a implementação de uma ecopolítica de mobilidade e depende da implementação prévia de outras acções, esta acção deve ser realizada a médio prazo e com carácter estratégico.

Implicação de não realização

A não implementação desta Acção bloqueia a alavancagem da envolvente do Rio como o espaço lúdico de excelência da Cidade.

Entidades Envolvidas

CMC; Delegação de Turismo, Associações de Cicloturismo

ACÇÃO 11 - Substituição gradual da rede de autocarros por unidades eléctricas / híbridas.

GRAU DE PRIORIDADE

ESTRATÉGICO

PRAZO IMPLEMENTAÇÃO

LONGO PRAZO

Descrição

A Ecopolítica de Transportes é a chave para materializar um desenvolvimento sustentável suportado na qualidade ambiental. Assim, alguns dos elementos integradores desta estratégia de sustentabilidade ecológica para a cidade de Coimbra são os que visam a redução global da emissão de gases, contexto no qual se insere a substituição progressiva de autocarros por unidades *environmentally friendly* (eléctricas ou híbridas).

Esta alteração da fonte energética dos transportes colectivos rodoviários de Coimbra pode ser decomposto em duas tipologias:

- Substituição dos autocarros movidos a fontes não renováveis por unidades eléctricas e híbridas – medida importante no contexto de não só implicar uma efectiva redução da emissão de gases mas também de transmitir uma mensagem de preocupação ambiental a nível camarário, mensagem difundida por uma realidade presente no quotidiano dos cidadãos;
- Reintrodução de algumas linhas de Trolleys (convenientemente recuperados e requalificados para o efeito) em percursos de interesse turístico. Efectivamente, Coimbra foi pioneira, em 1947, na introdução desta tipologia de transporte público em Portugal. Esta situação, aliada às características particulares deste tipo de veículos poderá ser aproveitada para fins turísticos, através da exploração de algumas linhas cujo percurso inclua as zonas históricas e com interesse patrimonial da Cidade (saliente-se relativamente a este ponto, a título de exemplo, o valor dos trolleys para a criação de uma dinâmica turística na cidade de São Francisco – Califórnia)

Esta acção deverá ser implementada tendo em conta a aposta consistente em medidas que fomentem uma mobilidade ecológica e sustentável como aquelas que constituem esta macro acção bem como com acções associadas à promoção da Marca Coimbra.

Dado o facto de ser um investimento relativamente avultado e de a introdução de novos autocarros estar dependente do término de actividade dos actualmente em uso, esta acção terá uma implementação faseada pelo que está temporalmente projectada para o longo prazo.

Não assumindo um carácter estrutural para a consecução do projecto esta contribui para a redução das emissões de gases, para a criação de uma mensagem institucional clara à população acerca da importância da vertente ecológica na estratégia camarária para a Cidade e para o enriquecimento dos percursos turísticos de Coimbra.

Implicação de não realização

A sua não aplicação poderá ser vista como uma oportunidade perdida em termos de alavancagem da Cidade nos aspectos acima referidos.

Entidades Envolvidas

CMC; SMTUC.;

D. POLÍTICA DE PROMOÇÃO EMPRESARIAL

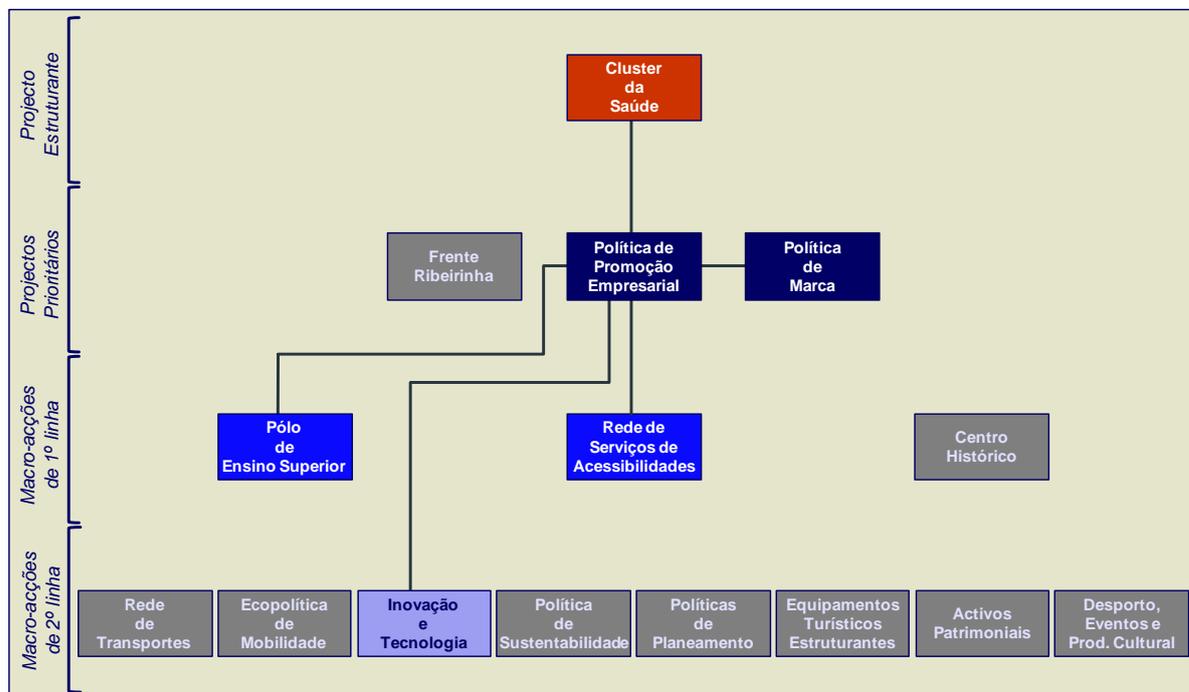
D) I – Descrição

O âmbito desta Macro Acção passa pela criação de um conjunto de mecanismos para a captação de novas unidades empresariais e facilitação da actividade económica desenvolvida pelas unidades já presentes. Este processo implica a fixação de unidades âncora com a dupla função de servirem de apoio ao desenvolvimento de um cluster económico forte na Região e construir uma imagem de Coimbra enquanto espaço dinâmico, tecnologicamente avançado e com uma actividade empresarial promotora da fixação de pessoas no Município.

Tal situação exige que sejam activados uma série de mecanismos que passam pela desburocratização de procedimentos, criação de incentivos económicos, alargamento da oferta de espaço industrial / empresarial, suporte à incubação de novas unidades de forte componente tecnológica e promoção de Coimbra enquanto espaço com condições atractivas para a fixação de unidades empresariais. O objectivo será recuperar Coimbra enquanto Região com um tecido industrial e empresarial sólido e dinâmico (privilegiando a incorporação de um elevado nível de I&D no seu processo produtivo), recuperando desta forma do declínio registado durante as décadas de '80 e '90, altura em que unidades âncora da região (como a Triunfo e a Cerâmica Estaco) cessaram a sua actividade.

D) II - Posicionamento da Macro Acção

A Macro Acção Política de Promoção Empresarial surge integrada num contexto de densificação económica do Município de Coimbra, a partir da constituição de um conjunto de mecanismos que incentivem a fixação de novas unidades empresariais e facilitem o desenvolvimento das já localizadas na Região. Tendo em contas as outras Macro Acções definidas no Documento Base é assim possível estabelecer as seguintes relações directas:



A projecção de Coimbra enquanto espaço tecnologicamente dinâmico e inovador é uma das componentes do conceito Marca Coimbra a desenvolver. É igualmente resultado do posicionamento de Coimbra enquanto espaço de eleição para a localização de unidades empresariais com uma forte componente tecnológica.

É no contexto da criação de um conjunto de apoios e incentivos à localização de unidades empresariais que o projecto da Cidade Wireless se pode posicionar como ligado à Política de Promoção Empresarial.

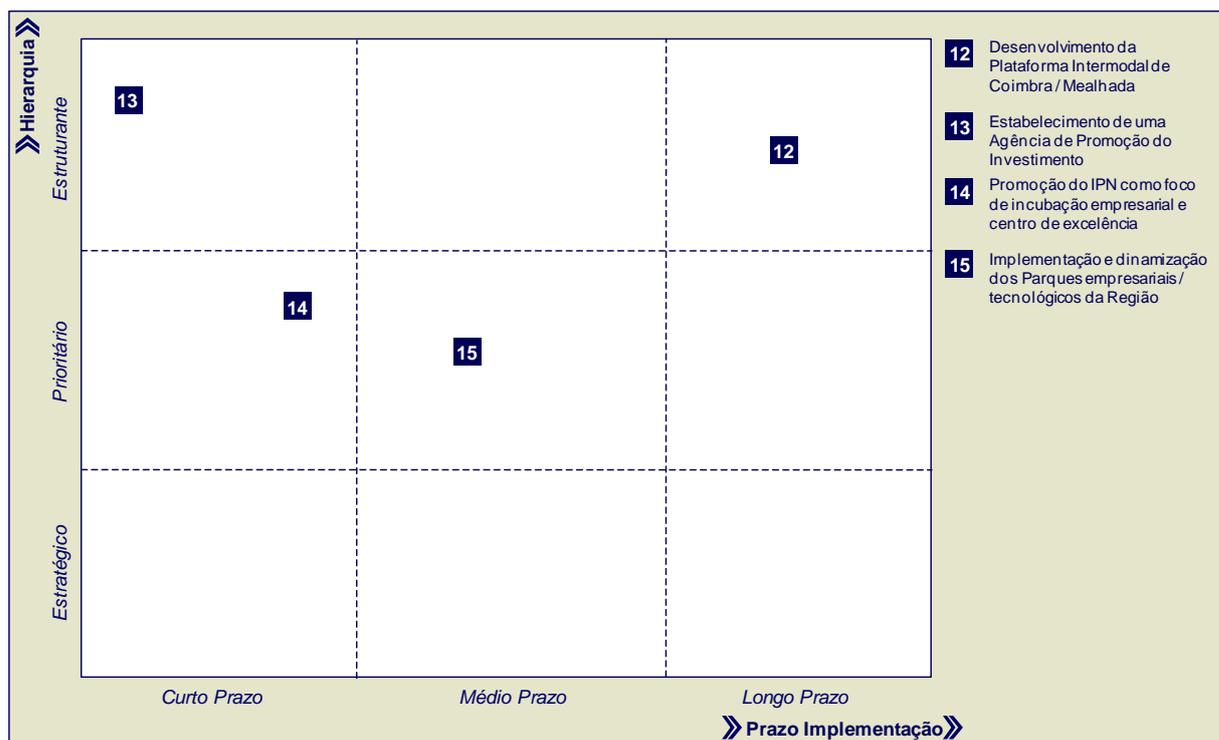
Outro factor crucial para posicionar uma Região como atractiva para a implantação de unidades económicas é a dotação desse espaço de boas acessibilidades, do que deriva uma relação óbvia entre a Política de Promoção Empresarial e a Rede de Serviços de Acessibilidades

Um dos sectores onde Coimbra poderá desenvolver um tecido industrial mais dinâmico é no Sector da Saúde, tirando partido do significativo parque de activos nesta área que já existe em Coimbra. Desta forma, uma Indústria da Saúde em Coimbra será componente essencial para o Cluster da Saúde que se pretende desenvolver.

Finalmente, o Pólo de Ensino Superior deverá estabelecer uma relação de parceiro privilegiado do tecido empresarial da região quer como fonte de capital humano com elevados níveis de qualificações quer numa óptica de prestação de serviços especializados às empresas da Região.

D) - III - Posicionamento das Acções integradas na Macro Acção

As Acções integradas nesta Macro Acção assumem uma hierarquia essencialmente estruturante / prioritária e um prazo de implementação de curto / médio prazo.



A importância atribuída às Acções que constituem esta Macro Acção deriva do facto da Promoção Empresarial ser um vector de intervenção com influência directa num dos aspectos percebidos durante o Diagnóstico Estratégico como sendo actualmente uma menos valia da Região face à sua envolvente: a densidade de unidades empresariais.

Do conjunto de Acções acima identificado, a criação de uma Agência de Promoção do Investimento é aquela que mais premência apresenta em ser implementada na medida que, por si próprio, irá ter efeitos sinérgicos sobre as restantes Acções.

D) IV- Fichas Individuais das Acções

ACÇÃO 12 - Desenvolvimento da Plataforma Intermodal de Coimbra / Mealhada.			
GRAU DE PRIORIDADE	ESTRUTURANTE		
<table border="1" style="float: right;"> <tr> <td style="text-align: center;">PRAZO IMPLEMENTAÇÃO</td> <td style="text-align: center; background-color: #0070c0; color: white;">LONGO PRAZO</td> </tr> </table>		PRAZO IMPLEMENTAÇÃO	LONGO PRAZO
PRAZO IMPLEMENTAÇÃO	LONGO PRAZO		
<p><u>Descrição</u></p> <p>Trata-se de uma área de articulação de cadeias de transporte e logísticas , onde deverão estar concentradas actividades económicas e funções técnicas e de valor acrescentado. A realização desta infra-estrutura é fundamental na medida em que irá potenciar os benefícios inerentes à centralidade geográfica de Coimbra na Região Centro e no eixo Lisboa-Porto. Promove a integração entre o tecido empresarial de toda a Região Centro, bem como um investimento em infra-estruturas chave de ligação rodo e ferroviária entre os principais pólos empresariais, centros urbanos e industriais da Região Centro. A sua execução deverá ser enquadrada na Rede Nacional de Plataformas Logísticas (é portanto crucial iniciar esta Acção por um <i>lobbying</i> junto do Governo Central de forma a integrar esta estrutura na Rede).</p> <p>Este elemento é importante na medida em que encurta as distâncias entre o tecido empresarial de Coimbra e os restantes pólos da Região Centro e, obviamente, do resto do país, contribuindo para a afirmação de Coimbra como o eixo da centralidade também a nível empresarial e industrial.</p> <p>A sua localização entre Souselas e a Pampilhosa irá tirar partido de ser uma zona de confluência da A1, da IP3 e do IC2, sendo igualmente servida pelo transporte ferroviário. A sua integração numa rede polinucleada de Plataformas Logísticas permitirá gerar sinergias com outras estruturas da Região, particularmente com a futura Plataforma Logística da Figueira da Foz.</p> <p>Na medida em que potencia a localização geográfica de Coimbra como elemento promotor do desenvolvimento e fixação de empresas na Cidade, este é um projecto de carácter estruturante, tendo em conta os objectivos definidos no Plano Estratégico. Contudo, a complexidade e envergadura de uma infra-estrutura deste género e a sua actual não inclusão na Rede Nacional de Plataformas Logística), projectam a sua execução no longo prazo.</p> <p><u>Implicação de não realização</u></p> <p>O não desenvolvimento da Plataforma Empresarial e Logística do Centro (PELC) irá implicar a não alavancagem da centralidade geográfica de Coimbra no contexto da Região Centro, do eixo Litoral Interior e do eixo Lisboa-Porto.</p> <p><u>Entidades Envolvidas</u></p> <p>CMC; Promotores privados; MOPTC; promotores privados (em particular em empresas de logística)</p>			

ACÇÃO 13 – Estabelecimento de uma Agência de Promoção do Investimento

GRAU DE PRIORIDADE

ESTRUTURANTE

PRAZO IMPLEMENTAÇÃO

CURTO PRAZO

Descrição

Esta acção visa a criação de um organismo com um âmbito de actuação mais alargado do que o actual Gabinete de Desenvolvimento Económico e Política Empresarial. Esta entidade deverá assumir uma natureza público-privada, actuando e sendo remunerado por objectivos e por métricas claramente definidas (nº de empresas e volume de negócio captado para o Concelho).

Entre os processos que estarão na esfera de actividade desta entidade incluem -se:

- Implementação de um Simplex processual relativamente à implementação de novas unidades económicas, relançando a Via Verde para o Investimento actualmente em vigor;
- Atribuição de benefícios económicos na fixação de novas unidades produtivas (nomeadamente por via da eliminação do Imposto da Derrama);
- Realização de um *road show* internacional junto de unidades empresariais seleccionadas (nomeadamente na área da Saúde e / ou integrando um elevado nível de I&D), de gestoras de capital de risco / de *start ups* e de *business angels*;
- Actuação como facilitador no estabelecimento de parcerias entre entidades institucionais (com particular destaque para o Pólo de Ensino Superior e para o Pólo da Saúde) e agentes privados;
- Assessoria aos agentes privados da Região na candidatura aos sistemas de incentivos ao investimento do Estado e Comunitários;
- Captação de investimentos públicos do Estado central por via de uma actividade de *lobbying* de elevado perfil;

A constituição desta entidade assume-se como pedra basilar na lógica de promoção de Coimbra como Pólo empresarial e incubadora de novos negócios com uma elevada componente de I&D. É fundamental na atracção e fixação de novos investimentos empresariais para Coimbra.

Esta é uma acção estruturante na medida em que estabelece a capacidade da Câmara Municipal, por via de um organismo operacional com actuação autónoma e com um claro alinhamento de incentivos, atrair investimento público e privado para a região e por essa via levar a cabo uma efectiva densificação da região com unidades produtivas. Nesse sentido deve ser implementada a curto prazo pois dela depende o grau de execução de um vasto conjunto das acções aqui definidas.

Implicação de não realização

A não criação de uma entidade nestes moldes limitará significativamente a capacidade da região atrair novos investidores e unidades produtivas e conseqüentemente, a solidez das fundações do plano estratégico delineado.

Entidades Envolvidas

CMC; Investidores privados; *Private Equities*; *Business Angels*; Administração Pública Central; Coimbra iParque

ACÇÃO 14 – Promoção do IPN como foco de incubação empresarial e centro de excelência

GRAU DE PRIORIDADE

PRIORITÁRIO

PRAZO IMPLEMENTAÇÃO

CURTO PRAZO

Descrição

O IPN (Instituto Pedro Nunes - Associação para a Inovação e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia) foi criado com o objectivo de promover a incubação de *start ups*, particularmente no seio do Pólo de Ensino Superior. Este processo baseia-se no seguinte conjunto de capacidades disponibilizadas pelo IPN:

- Espaço físico e meios técnicos para *start ups* nos primeiros três anos da sua actividade (nomeadamente por via do mini parque empresarial especializado Tecnopólo – actualmente com cerca de 2 ha de área de implementação);
- Assessoria e consultoria tecnológica no desenvolvimento dos negócios;
- Formação especializada de agentes privados em processos tecnológicos;
- *Bridge* entre o Pólo Superior e as unidades económicas de elevado teor de I&D no seu arranque.

Este organismo surge como elemento integrador da macro acção promoção empresarial e alguns dos vectores preconizados no âmbito do processo estratégico como a inovação; pólo universitário; ciência; tecnologia e desenvolvimento empresarial, na medida em que apoia ideias inovadoras de matriz tecnológica vindas dos seus próprios laboratórios, de instituições de ensino superior (particularmente a UC), do sector privado e de projectos de I&D em consórcio com a indústria.

Dado o seu enorme prestígio a nível nacional e o facto de constituir um *role model* daquilo que se pretende na lógica de promoção empresarial, deverá ser incrementado o apoio àquela organização. Este apoio poderá ser consubstanciado de diversas formas, em tre as quais se destacam:

- Disponibilização de terrenos adicionais para expansão do parque de escritórios para *start ups* (expansão da área do Tecnopólo);
- Apoio à captação de fundos comunitários e estatais pelo IPN no suporte e expansão da sua actividade;
- Promoção internacional, pela futura Agência de Promoção do Investimento, do IPN e dos níveis de performance por este atingido.

A execução desta acção deverá ser efectuada no curto prazo, e com carácter prioritário, com o intuito de se poder aproveitar a capacidade já instalada e o *know how* acumulado por esta instituição na densificação económica da região.

Implicação de não realização

O IPN é um dos melhores exemplos como em Coimbra a aliança entre o Pólo Universitário e o mundo empresarial podem resultar casos de sucesso, gerando novas unidades económicas, criando postos de trabalho e criando uma dinâmica de geração contínua de I&D. O não apoio a uma instituição que historicamente tem apresentado elevados índices de sucesso num área em que a região se encontra debilitada e que pretende que se torne uma das pedras basilares do seu desenvolvimento constituirá sempre um erro estratégico claro.

Entidades Envolvidas

CMC; UC; IPN

ACÇÃO 15 - Implementação e dinamização dos Parques Empresariais / Tecnológicos da Região

GRAU DE PRIORIDADE

PRIORITÁRIO

PRAZO IMPLEMENTAÇÃO

MÉDIO PRAZO

Descrição

A densificação de Coimbra com unidades empresariais é um dos objectivos centrais do Plano Estratégico. Um dos mecanismos facilitadores deste processo é a disponibilidade de condições físicas atractivas para a localização das novas unidades empresariais. Na região de Coimbra foi detectado, a nível do Diagnóstico Estratégico, uma falta de espaços industriais ordenados e um preço elevado dos terrenos industriais disponíveis.

Desta forma o aproveitamento e potenciação dos parques empresariais e industriais da Região assume-se como condição crítica para o sucesso de uma política de atracção à região de novas unidades económicas. Estes espaços industriais e empresariais pode ser decomposto em duas tipologias distintas:

- Parques Empresariais e Industriais – as unidades de Eiras, Taveiro e os futuros espaços de Lamarosa / Andorinha e de Assafarge / Palheira. São espaços destinados essencialmente a estruturas grossistas, de distribuição e unidades industriais;
- Parques Tecnológicos – Coimbra iParque, o Tecnopólo e o Biocant (Cantanhede). São estruturas especializadas no suporte a empresas especializadas em novas tecnologias e com a incorporação de uma elevada componente técnica. Estão frequentemente associadas a Pólos de Ensino e a Incubadoras de apoio ao desenvolvimento a start ups.

Estes parques são veículos essenciais para a criação de novos postos de emprego e incremento do PIB regional, assim como para a alavancagem de estruturas e activos localizados em Coimbra (como sejam o Pólo da Saúde e o Pólo de Ensino Superior).

A implementação operacional desta Acção passará pelo desenvolvimento destes espaços pela CMC, quer a título individual quer em parceria com promotores imobiliários e com unidades institucionais (especialmente ligadas à Saúde, Tecnologia e Ensino), à se melhança do processo levado a cabo no Coimbra iParque.

Implicação de não realização

O não desenvolvimento e promoção dos parques existentes e projectados limitará significativamente a capacidade da região para atrair unidades económicas. Adicionalmente não serão alavancados os investimentos actualmente em curso na Rede de Transportes e Acessibilidades e limitar-se-á o próprio processo de desenvolvimento do Pólo do Ensino Superior e o Pólo da Saúde ao não se alavancarem os activos destas estruturas numa óptica empresarial.

Entidades Envolvidas

CMC; Promotores Imobiliários, Entidades Institucionais

E. PÓLO DE ENSINO SUPERIOR

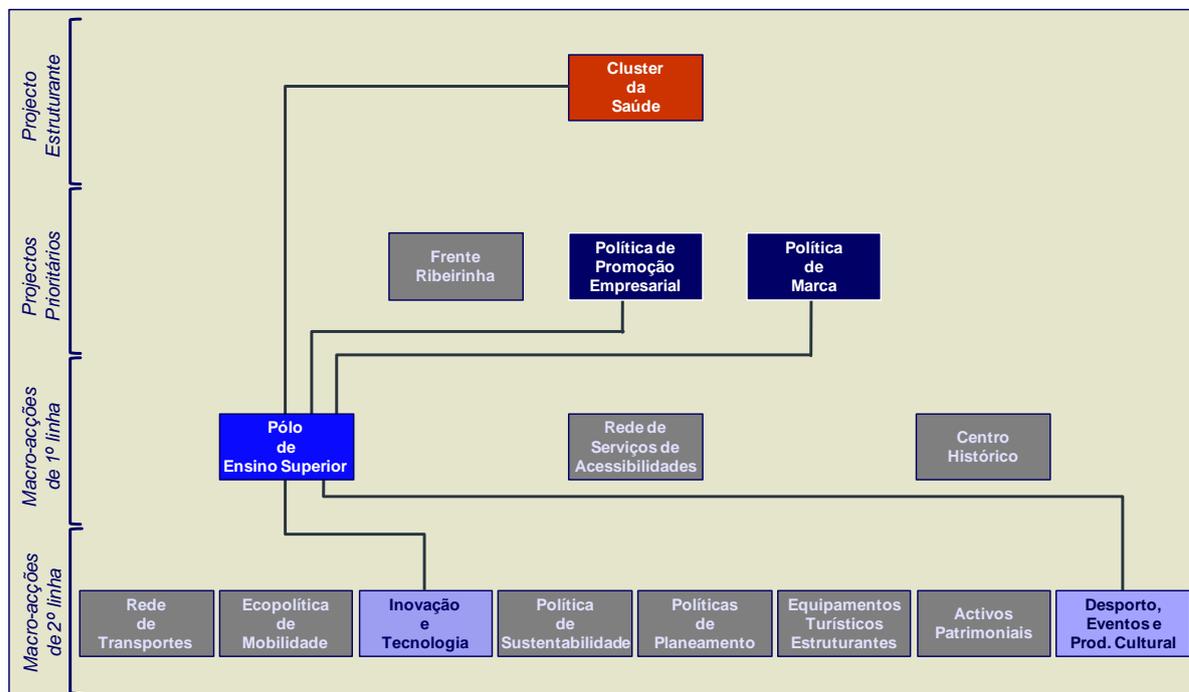
E) I – Descrição

Esta Macro Acção visa a potenciação do Pólo de Ensino Superior (em que assume natural destaque a Universidade de Coimbra) como elemento dinamizador da actividade económica de Coimbra. Nesta óptica deverão ser criados um conjunto de mecanismos que permitam posicionar este Pólo como parceiro privilegiado das unidades empresariais da Região, quer a nível da formação de recursos humanos com elevado nível de especialização, quer a nível de prestação de serviços, contribuindo para o posicionamento da Cidade como *cluster* científico-tecnológico de referência no panorama nacional e internacional.

Estes mecanismos deverão passar pelo incremento da relação entre as unidades de Ensino Superior e as unidades empresariais da Região, desenvolvendo-se uma relação sinérgica, que simultaneamente beneficie o tecido industrial com um conjunto de activos diferenciados, e o Pólo de Ensino Superior, pela integração do corpo académico numa dinâmica empresarial e de investigação aplicada. Adicionalmente, esta relação promove a fixação de uma percentagem significativa dos estudantes do Ensino Superior formados no Município, revitalizando desta forma o tecido social.

E) II - Posicionamento da Macro Acção

A Macro Acção Pólo de Ensino Superior tem um papel central no âmbito da estratégia delineada para Coimbra na medida em que serve de elemento chave para a consecução de outras Macro Acções. Nesse sentido, é possível distinguir as seguintes relações:



O Pólo de Ensino Superior deverá ser visto como um parceiro privilegiado do sector empresarial da Região, não só como “fornecedor” de capital humano com elevado valor acrescentado mas também como suporte para o desenvolvimento de projectos com forte componente técnica e de inovação. Estes dois conceitos e o seu desenvolvimento ao nível do Pólo de Ensino Superior constituirão um importante componente de integração do conceito de Cidade de Inovação no conceito mais abrangente da Marca Coimbra.

Efectivamente, o Pólo de Ensino Superior está associado ao processo de Inovação Tecnológica, quer por via da colaboração que actualmente estabelece (e que se pretende que se fortaleça no futuro) com as unidades produtivas da região, introduzindo nestas mais-valias técnicas; quer por via de uma futura política de formação profissional das classes mais desfavorecidas (em associação com a Câmara Municipal) permitindo desta forma a valorização do capital humano deste sector da população.

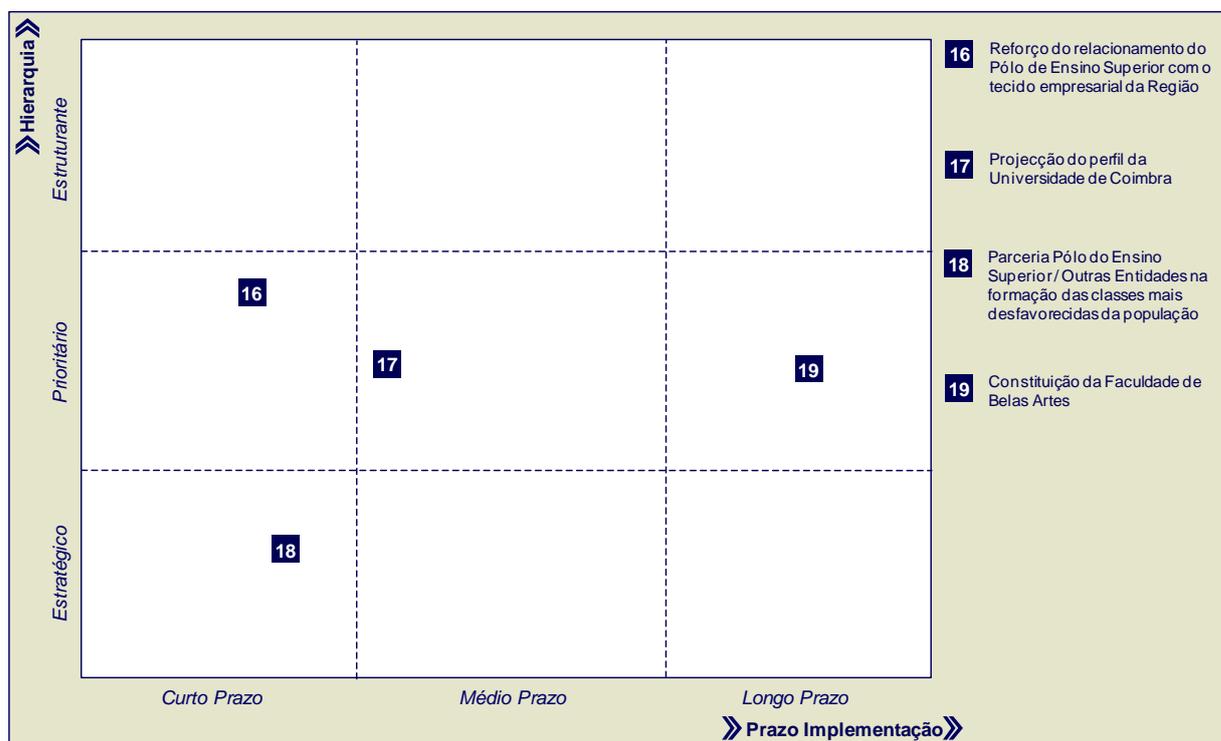
Também o desenvolvimento do Cluster da Saúde em Coimbra deverá basear-se no conjunto de mais-valias fornecidas pela presença de um Pólo de Ensino Superior forte e com tradições de “role model” no panorama nacional, aproveitando o know how e a I&D produzidos para se colocar como ponto de referência ao nível da inovação e tecnologia na área da Saúde.

Finalmente a constituição de uma Faculdade de Belas Artes permitirá a constituição de um fluxo contínuo de criação cultural que poderá ser potenciado em termos turísticos e de realização de eventos.

E) III - Posicionamento das Acções integradas na Macro Acção

A Macro Acção Pólo de Ensino Superior é importante na medida em que interfere com diversas Macro Acções previstas no âmbito do projecto, e na medida em que diz respeito a um símbolo muito forte na criação de uma imagem de Marca para Coimbra.

Assim, apesar de nenhuma das acções assumir um carácter estruturante por si só, a consecução de todo o projecto depende em larga escala desta Macro Acção, quando analisado como um todo.



E) IV- Fichas Individuais das Acções

ACÇÃO 16 – Reforço do relacionamento do Pólo de Ensino Superior com o tecido empresarial da Região			
GRAU DE PRIORIDADE	PRIORITÁRIO		
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="text-align: center;">PRAZO IMPLEMENTAÇÃO</td> <td style="text-align: center; background-color: #c00000; color: white;">CURTO PRAZO</td> </tr> </table>		PRAZO IMPLEMENTAÇÃO	CURTO PRAZO
PRAZO IMPLEMENTAÇÃO	CURTO PRAZO		
<u>Descrição</u>			
<p>Esta linha de actuação favorece a criação de sinergias pelo facto de na região se poder conjugar a existência de um Pólo de Ensino Superior de excelência que consiga alimentar as necessidades de um tecido empresarial que se pretende dinâmico e inovador. Es te relacionamento pode operacionalmente estabelecer-se a dois níveis:</p> <p><u>Constituição de uma Bolsa de Recursos:</u> Esta medida traz amplas vantagens para estes dois vértices da estratégia para Coimbra na medida em que permite atrair e dotar as PME's, particularmente as empresas <i>startup</i>, de capital humano qualificado e com formação consolidada e de excelência como a que é ministrada nas unidades de ensino do Pólo de Coimbra. A dotação, para Coimbra, de um tecido empresarial dinâmico, tecnologicamente avançado e inovador, pode assim ser catalisada através do aproveitamento do <i>know how</i> científico e tecnológico gerado naquele Pólo de Ensino.</p> <p>Também o Pólo de Ensino Superior, como entidade empregadora retira dividendos positivos desta acção na medida em que consegue e colocar os seus licenciados no mercado, tornando-a mais atractiva para os candidatos ao Ensino Superior, valorizando desta forma o Pólo face aos seus pares nacionais e ibéricos.</p> <p>A cidade ganha porque valoriza e promove o desenvolvimento destes duas dimensões estratégicas para Coimbra (tecido empresarial e pólo de ensino superior) e consegue amenizar o <i>brain drain</i> decorrente da saída para outros espaços dos activos formados no Pólo de Ensino Superior, retirando benefícios directos e a longo prazo da excelência do conhecimento ministrado internamente.</p> <p><u>Criação de uma entidade central que faça o vending da prestação de serviços especializados:</u> Importante no âmbito da política de alavancagem da capacidade empreendedora contida no Pólo de Ensino Superior, esta medida promove a aproximação da Universidade e Institutos de Ensino Superior ao mercado de trabalho, nomeadamente através da oferta de um output (nomeadamente o conhecimento gerado pelos seus membros – professores e alunos) que se adapte e vá ao encontro das necessidades do mercado.</p> <p>Esta acção passará pela constituição, que poderá contar com o apoio do GATS – Gabinete de Apoio à Transferência do Saber, de um organismo central da Universidade cujo <i>core business</i> será a prestação de serviços de consultoria nas diversas áreas para as quais a UC tem idoneidade formativa, com especial ênfase para aquelas em que for possível acrescentar valor ao nível do triângulo Saúde; Ciência e Tecnologia, o que é consistente com a estratégia definida.</p> <p>Este organismo ou empresa universitária, cuja actividade deverá estar integrada na JADE – Confederação Europeia de Empresas Juniores, ao mesmo tempo que dá ao Pólo de Ensino Superior um papel activo e uma dimensão interventiva ao nível do mercado de trabalho, deverá promover ainda a consolidação de competências ao nível das <i>soft skills</i> bem como a formatação de uma consciencialização para a responsabilidade social corporativa, elemento chave para a criação de um impacte positivo ao nível do desenvolvimento sustentável das cidades.</p> <p>Mais do que financiamento, o factor crítico para implementação desta acção será o estabelecimento de canais comunicacionais sólidos e agilizados entre o Pólo de Ensino Superior e o tecido empresarial da região, havendo a necessidade de ambas as partes terem percebido o potencial sinérgico resultante da colaboração proposta. A servir de ponte entre as partes poderá estar potencialmente a Agência para a Promoção do Investimento (cuja criação é proposta neste plano).</p>			
<u>Implicação de não realização</u>			
O não desenvolvimento desta acção implica a não alavancagem estratégica no plano empresarial de um dos mais importantes activos da Região (e claramente uma vantagem estratégica face a muitas); o Pólo de Ensino Superior.			
<u>Entidades Envolvidas</u>			
CMC; Pólo Universitário ; Agência para a Captação de Investimento; Pólos Empresariais, unidades empresariais individuais			

ACÇÃO 17 – Projecção do perfil da Universidade de Coimbra

GRAU DE PRIORIDADE

PRIORITÁRIO

PRAZO IMPLEMENTAÇÃO

MÉDIO PRAZO

Descrição

Esta acção tem o intuito de promover a projecção internacional da Universidade de Coimbra como centro de prestígio na produção e disseminação de conhecimento. Esta intervenção poderá igualmente processar-se a dois níveis:

Projecção da Universidade de Coimbra como berço histórico da Lusofonia:

Partindo do facto de ser a mais antiga universidade do mundo da língua portuguesa, a Universidade de Coimbra deverá alavancar o acervo cultural e histórico que detém no âmbito do conjunto de universidades PALOP. Para isso deverá relançar e reforçar as relações que hoje tem as universidades brasileiras e tornar-se pioneira no relacionamento com as universidades dos restantes PALOPS, particularmente Angola e Moçambique (países em relançamento profundo após períodos prolongados de guerra civil). Para isso deverá promover um programa de intercâmbio de estudantes e docentes em linha com o actualmente estabelecido no Programa ERASMUS.

Diversificação da oferta lectiva da Universidade de Coimbra:

Este alargamento da oferta da Universidade de Coimbra deverá privilegiar particularmente os cursos de pós licenciatura (como mestrados, doutoramentos, pós graduações ou MBA's), actualmente uma fonte de receitas significativa para as Universidades no actual quadro regulamentar do funcionamento do Ensino Superior Público. Estas pós graduações deverão apresentar uma abordagem inovadora face à actual oferta nacional, em particular:

- Apostando num regime de cooperação com universidades internacionais, repartindo a frequência do curso em períodos na UC e períodos nas universidades parceiras (em linha com a oferta que, por exemplo, o INSEAD oferece no seu MBA – 50% do tempo lectivo decorre em Paris e 50% em Singapura);
- Apostando em cursos com uma forte componente prática, tirando partido da constituição dos Parques Tecnológicos na Região e da presença em Coimbra de um importante Cluster da Saúde. Assim nestes cursos a componente prática teria lugar nas instalações das unidades empresariais aderentes à parceria, com óbvios benefícios para os leccionandos e para as próprias empresas.

Finalmente a Universidade de Coimbra poderá tirar partido da reduzida oferta de programas de Summer School no panorama para lançar um com uma vertente assumidamente internacional (tirando partido do clima atractivo do nosso país durante o Verão), alavancando desta forma o uso das instalações da Universidade num período do ano em que as mesmas apresentam uma utilização reduzida.

Esta Acção, embora constitua uma medida importante, não tem um impacte estrutural no projecto Coimbra. A sua implementação deve assumir um carácter estratégico e dada a necessidade de sedimentação de parcerias, deverá ser efectuada a médio prazo.

Implicação de não realização

A não implementação desta Acção implica a não alavancagem de um conjunto de activos estratégicos apresentados pela Universidade de Coimbra.

Entidades Envolvidas

CMC; UC; Coimbra; *Coimbra Group*; Rede *Utrecht*; Grupo de Tordesilhas e Comunidade de Universidades do Mediterrânico; universidades do universo PALOP

ACÇÃO 18 – Parceria Pólo do Ensino Superior / Outras entidades na formação das classes mais desfavorecidas da população

GRAU DE PRIORIDADE

ESTRATÉGICO

PRAZO IMPLEMENTAÇÃO

MÉDIO PRAZO

Descrição

Esta é uma acção importante no seguimento da filosofia seguida pela Câmara Municipal de Coimbra de implementação de políticas da acção social e de promoção da coesão social.

Efectivamente, o Pólo de Ensino Superior e um conjunto de outras entidades institucionais da Região (onde se destaca a CMC) têm uma função de responsabilidade social a cumprir na medida em que devem zelar pela promoção de igualdade de oportunidades nomeadamente uma oferta formativa universal que contemple todas as franjas da sociedade.

Nesse sentido, e em parceria, poderão ser ministrados cursos de formação por membros da Universidade e dos institutos que constituem o Pólo, inclusive alunos, dependendo do grau de especialização e exigência do cursos em questão. Esses cursos deverão ser ministrados a indivíduos que estejam devidamente sinalizados pelos profissionais ligados ao apoio e acção social da câmara com o tendo falta de meios e possibilidades, podendo haver ainda parcerias entre as instituições de ensino superior e e as restantes entidades para a realização de estágios no âmbito do curso.

Ao nível do ensino Superior, existem já apoios ao nível da acção social da UC contudo, a CMC poderá envolver-se de outro modo para fomentar a frequência no ensino superior de pessoas oriundas de meios sociais mais desfavorecidos, onde é maior o grau de absentismo. Embora constitua uma medida importante, consistente com a filosofia de apoio à coesão social, aos seus cidadãos, não tem um impacte estrutural no projecto Coimbra. A sua implementação deve assumir um carácter estratégico e dada a necessidade de sedimentação de parcerias, deverá efectuada a médio prazo.

Implicação de não realização

A não adopção desta acção representa uma oportunidade perdida de utilizar o Pólo de Ensino Superior como o veículo de promoção de coesão social e infoinclusão.

Entidades Envolvidas

UC; CMC; instituições de solidariedade social

ACÇÃO 19 - Constituição da Faculdade de Belas Artes

GRAU DE PRIORIDADE

PRIORITÁRIO

PRAZO IMPLEMENTAÇÃO

LONGO PRAZO

Descrição

Esta acção visa elevar o perfil de urbanidade e modernidade da Cidade de Coimbra ao mesmo tempo que diversifica a oferta de cursos da Universidade, reforçando a sua capacidade competitiva e ecletismo.

A operacionalização desta acção passa pela transformação da Escola de artes de Coimbra (ARC), uma escola técnica, para mais uma unidade na Universidade de Coimbra.

Esta medida ganha mais sentido se tivermos em conta a dimensão cultural e criativa inerentes à dinâmica do ambiente universitário, que a cidade proporciona, a qual deve ser aproveitada como activo estratégico.

Esta acção terá como reflexo:

- **Alargar a oferta académica da Universidade de Coimbra.**
- **Projectar a imagem do Pólo de Ensino Superior de Coimbra como estrutura em**
- **Incrementar a cidade de Coimbra como pólo de referência de cultura em Portugal.**
- **Sustentar e valorizar a criação cultural que hoje a cidade tem.**
- **Criação de um elemento de quebra da imagem de cidade de cultura do passado para cidade de cultura do presente e do futuro.**

O urbanismo e modernidade de Coimbra poderá medir-se pela capacidade que a cidade tem em produzir arte e cultura, nesse sentido esta é uma medida prioritária que deverá tornar-se realidade no longo prazo

Implicação de não realização

A não realização desta acção, embora não ajude o desenvolvimento cultural e artístico de Coimbra, não tem um impacto estruturante na consolidação de uma imagem de Coimbra como o pólo cultural de excelência

Entidades Envolvidas

CMC; UC; ARCA

F. INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

F) I – Descrição

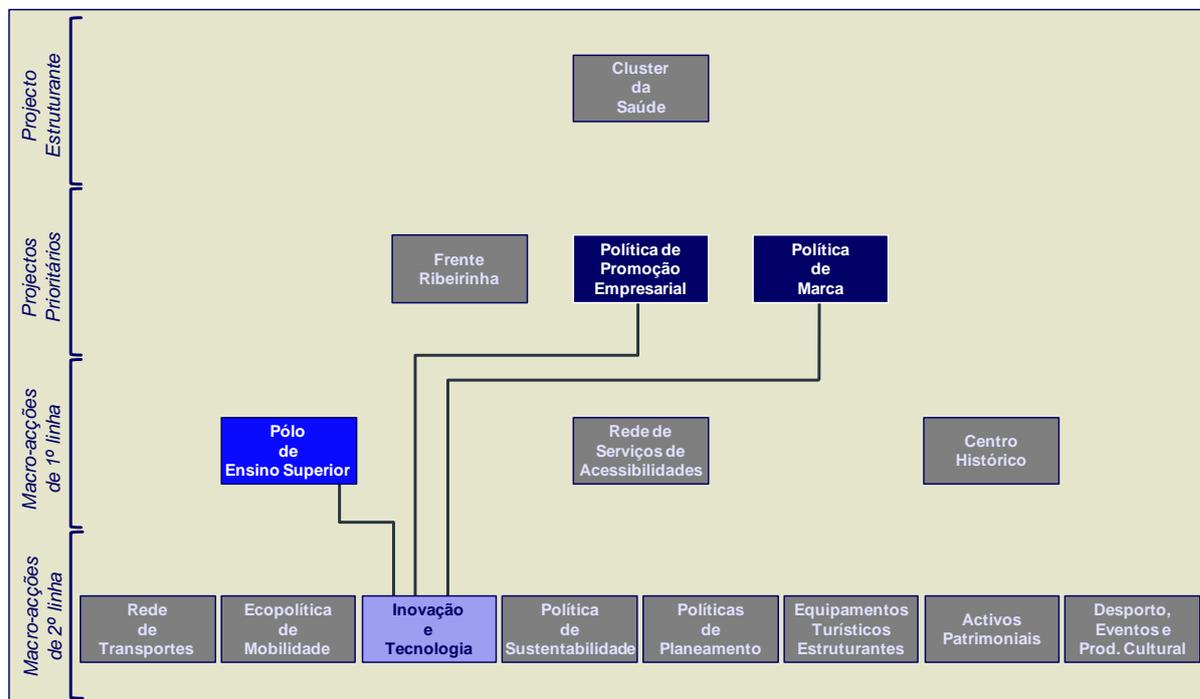
A Inovação e Tecnologia constitui um pilar central no âmbito do desenvolvimento estratégico proposto para Coimbra no sentido em que para se desenvolver nos vectores propostos, a cidade deve incluir a sua população, organismos e tecido empresarial no processo de acesso, utilização e formação das novas tecnologias.

Esta Macro acção visa dotar Coimbra de um conjunto de activos no campo tecnológico inovadores no panorama nacional e mesmo europeu, associando à Marca Coimbra uma imagem de espaço tecnológico dinâmico e inovador, para além de promover o desenvolvimento e modernização do tecido empresarial da cidade.

Adicionalmente, a disseminação das novas tecnologias e a sua utilização ao nível dos organismos da Administração Pública local permitem aproximar a população à sua cidade através de práticas de *e-government*.

F) II - Posicionamento da Macro Acção

A Inovação e Tecnologia tem um papel bastante alargado no desenvolvimento da Estratégia de Coimbra na medida em que gera um impacte efectivo ao nível da imagem e da eficiência dos processos produzidos pela cidade como sistema enquadrado num entorno global de desenvolvimento tecnológico. Ao nível da estrutura hierárquica do projecto é possível definir 3 relações directas e dinâmicas entre macro acções:



O investimento numa rede de banda larga em Coimbra contribuirá para a atracção à região de unidades empresariais com uma forte componente tecnológica, através não só dos benefícios directos que a mesma oferece mas também na consolidação de uma imagem de espaço tecnologicamente avançado.

Ligado ao processo de Inovação e Tecnologia estará inevitavelmente ligado o Pólo de Ensino Superior, uma fonte por excelência de difusão de tecnologia e práticas inovadoras.

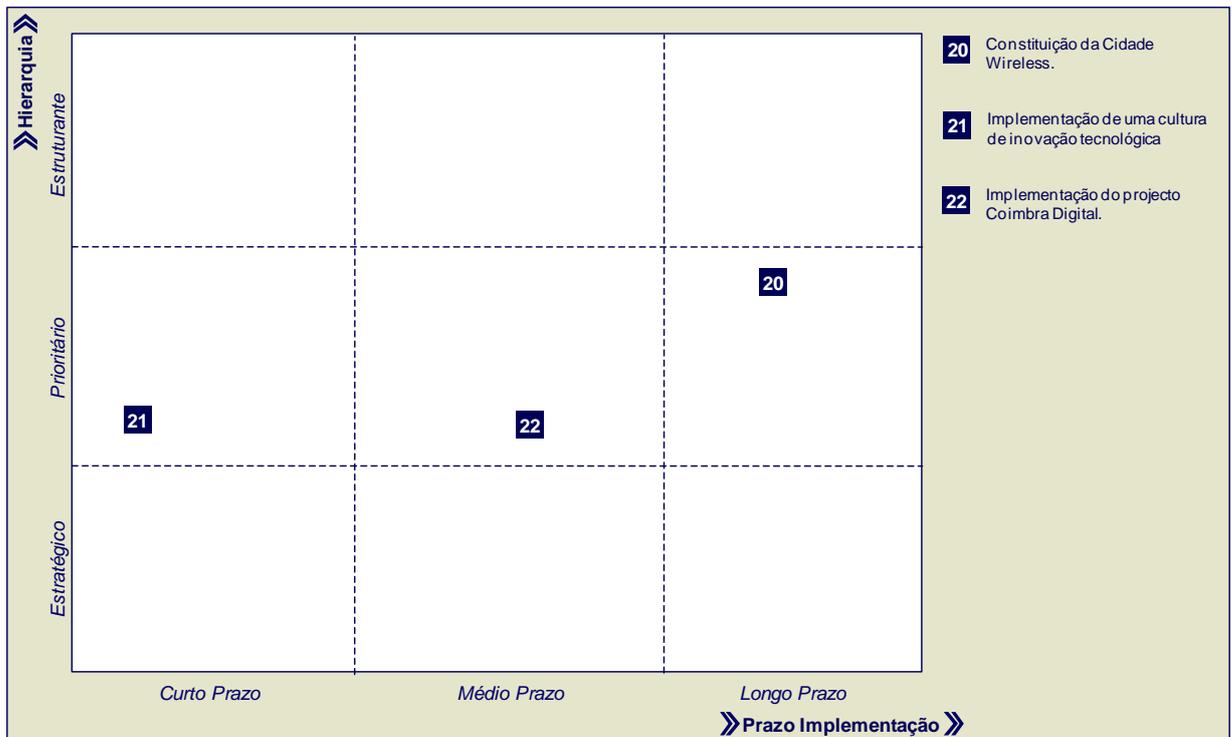
F) III - Posicionamento das Acções integradas na Macro Acção

No caminho que dista entre a situação actual e o espaço que a Visão pretendida para Coimbra ocupa, é notória a existência de um fio condutor estruturante e transversal a toda a estratégia que é a inovação e desenvolvimento tecnológico.

Efectivamente, o desenvolvimento das Acções que compõem esta Macro Acção e de outras, associadas ou dependentes do desenvolvimento tecnológico, assume um carácter prioritário para a consecução dos objectivos e metas delineadas para Coimbra.

A sua disposição hierárquico-temporal está distribuída pelo curto/médio prazo tendo em conta que o desenvolvimento de alguns processos exige a sua execução no curto prazo, por imposições externas, como a restrição temporal da execução do presente QCA. Em sentido inverso, a complexidade de implementação, devido à necessidade do desenvolvimento e adaptação de

tecnologia, bem como a necessidade de efectuar parcerias, exigem uma implementação num prazo mais alargado.



F) IV - Fichas Individuais das Acções

ACÇÃO 20 - Constituição da Cidade Wireless	
GRAU DE PRIORIDADE	PRIORITÁRIO
PRAZO IMPLEMENTAÇÃO	LONGO PRAZO
<p><u>Descrição</u></p> <p>Esta acção consiste na criação de uma rede <i>wireless</i> cuja implementação, aliada a um aproveitamento consistente por parte do tecido empresarial, constituirá uma vantagem comparativa de Coimbra na atracção e coesão do tecido empresarial. Esta estrutura dever á apresentar o seguinte figurino:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Utilizará a tecnologia de banda larga com fornecimento gratuito, através da implementação de uma rede de fibra óptica de alta velocidade em toda a Cidade, o que permitirá o acesso à <i>Web</i> da população em geral fomentando a infoinclusão dos seus habitantes • Facilitará um serviço de excelência ao nível das comunicações, numa lógica de atracção e coesão da actividade empresarial e fomentando a criação de sinergias em pólos de concentração e desenvolvimento empresarial como o Coimbra Parque e o Tecnopólo. • Deverá envolver instituições internacionais o que irá contribuir activamente para projectar a Marca de Coimbra a uma dimensão de espaço dinâmico e tecnologicamente avançado. • Irá estimular a criação de espaços que fomentem a disposição em rede de empresas de inovação tecnológica, que funcionem em ligação privilegiada com instituições com capacidade de investigação, designadamente instituições de ensino/investigação da Região Centro. <p>Deverá assumir uma estrutura e metodologia de implementação análoga a outros projecto do género já existentes dos quais se destacam:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Berlim onde está em curso um projecto-piloto de três meses com características semelhantes, nomeadamente a disponibilização de internet gratuita sem fios no centro da cidade, através de antenas montadas em semáforos. • São Francisco, onde a empresa Meraki está a desenvolver um novo projecto com o qual pretende atingir em breve os 80% de cobertura da rede <i>wireless</i> naquela cidade. • Guimarães, onde existe um projecto, <i>Campubris</i>, na vertente universidade sem muros, para dotar o centro histórico de uma rede <i>Wi-Fi</i> de acesso gratuito. <p>Esta é uma acção prioritária na medida em que constitui uma vantagem comparativa prática na facilitação das comunicações mas também na promoção da imagem de inovação e dinamismo tecnológica, importante para a criação de identidade pretendida para a Marca Coimbra. A complexidade logística inerente à criação de um projecto desta dimensão implicam a sua implementação no médio prazo.</p> <p><u>Implicação de não realização</u></p> <p>As consequências práticas da implementação desta acção ao nível da desburocratização e agilização de processos implicam que a sua não realização, não pondo em causa o plano estratégico, dificulte a sua implementação.</p> <p><u>Entidades Envolvidas</u></p> <p>CMC; Entidades privadas; Agência Promotora do investimento; Operadoras de Telecomunicações.</p>	

ACÇÃO 21 – Implementação de uma cultura de inovação tecnológica

GRAU DE PRIORIDADE

PRIORITÁRIO

PRAZO IMPLEMENTAÇÃO

CURTO PRAZO

Descrição

A implementação de uma cultura de inovação tecnológica entre a população da Região em geral e entre o tecido empresarial e académico em particular é factor crítico para o posicionamento de Coimbra na vanguarda das regiões europeias. O processo de disseminação de uma mentalidade aberta a novas tecnologias e capaz de gerar uma proactividade na implementação das mesmas nos mais diferentes aspectos da vida das populações e das empresas não é linear, decorre sim de um conjunto de *triggers* e da actuação de agentes facilitadores. Nesse sentido a actuação dos organismos públicos, e em particular a CMC, assume uma função crucial de *role models*.

Desta análise decorre a necessidade da CMC implementar um conjunto de iniciativas que promovam a referida cultura de inovação tecnológica. Entre estas iniciativas podem ser enquadrados os seguintes projectos:

- Desenvolvimento de processos de **e-government**, alargando o âmbito do actual portal da CMC (<http://www.cm-coimbra.pt/>) e assumindo este uma dimensão interactiva, permitindo que os cidadãos estabeleçam relações directas com as entidades municipais e realizem por essa via processos padrão, reduzindo dessa forma a necessidade de deslocação física às instalações camarárias;
- Implementação de **sistemas inteligentes de optimização dos transportes colectivos**, em particular os SMTUC, nomeadamente informando os cidadãos do tempo efectivo de espera, e criando mecanismos de alerta de situações de acidente / congestionamento de tráfego que permitam estabelecer rotas alternativas em tempo real;

No apoio ao desenvolvimento destas iniciativas a candidatura aos fundos do programa INTERREG IV (particularmente por via da medida B/2 - melhoria do acesso à sociedade da informação) poderá assumir particular importância de forma a dar sustentabilidade financeira aos projectos propostos. A candidatura ao actual protocolo do INTERREG IV poderá ser feita até ao final de 2009.

Implicação de não realização

A não realização desta acção implica não ter acesso a fundos disponibilizados no âmbito do presente quadro comunitário o que atrasará o ritmo e eficiência da implementação desta macro acção e consequentemente do projecto estratégico para Coimbra.

Entidades Envolvidas

CMC; Direcção Europa e Cooperações (DEC); Agência promotora de investimento.

ACÇÃO 22 - Implementação do projecto Coimbra Digital

GRAU DE PRIORIDADE

PRIORITÁRIO

PRAZO IMPLEMENTAÇÃO

MÉDIO PRAZO

Descrição

Esta acção consiste disponibilização através de novas tecnologias de informação importante referente a Coimbra permitindo ain da execução de algumas tarefas através da internet. A sua realização promove a aproximação dos cidadãos e dos organismos de administração pública agilizando processos burocráticos, mantendo os cidadãos informados e contribuindo para a imagem inovadora e dinâmica da cidade .

A sua implementação deverá apresentar as seguintes características:

- Irá promover Coimbra na *web*, utilizando a Internet como um dos veículos preferenciais de comunicação e promoção de Coimbra;
- Aproveitará a plataforma constituída no âmbito da cidade *wireless* permitindo uma aproximação dos cidadãos ao município e desbloqueando processo burocráticos, o que trará benefícios e e ganhos financeiros para a autarquia;
- Digitalização e disponibilização gratuita na web de todo o acervo documental do Pólo de Ensino Superior, da CMC e restantes entidades de referência da Região, tornando se este um pólo de referência cultural e bibliográfica no contexto da lusofonia e promovendo implicitamente Coimbra como um espaço cultural central no universo da Portugalidade;
- Reforço das práticas de e-government pela CMC;
- Irá contribuir activamente para a projecção da imagem da cidade como um meio que fomenta a infoinclusão e a participação dos munícipes no processo de actuação da autarquia;

Esta uma acção que assume um carácter prioritário implementação deve ser realizada em conjunto com a criação da cidade Wireless, no médio prazo.

Implicação de não realização

Esta acção não assume um carácter fundamental para a consecução da estratégia para Coimbra no entanto, a sua realização é importante na medida em que contribui para fomentar a eficiência ao nível dos organismos municipais da Cidade, transmitindo u ma ideia de dinamismo e inovação.

Entidades Envolvidas

CMC, Pólo de Ensino Superior; Organismos e empresas ligadas à autarquia.

G. CLUSTER DA SAÚDE

G) I – Descrição

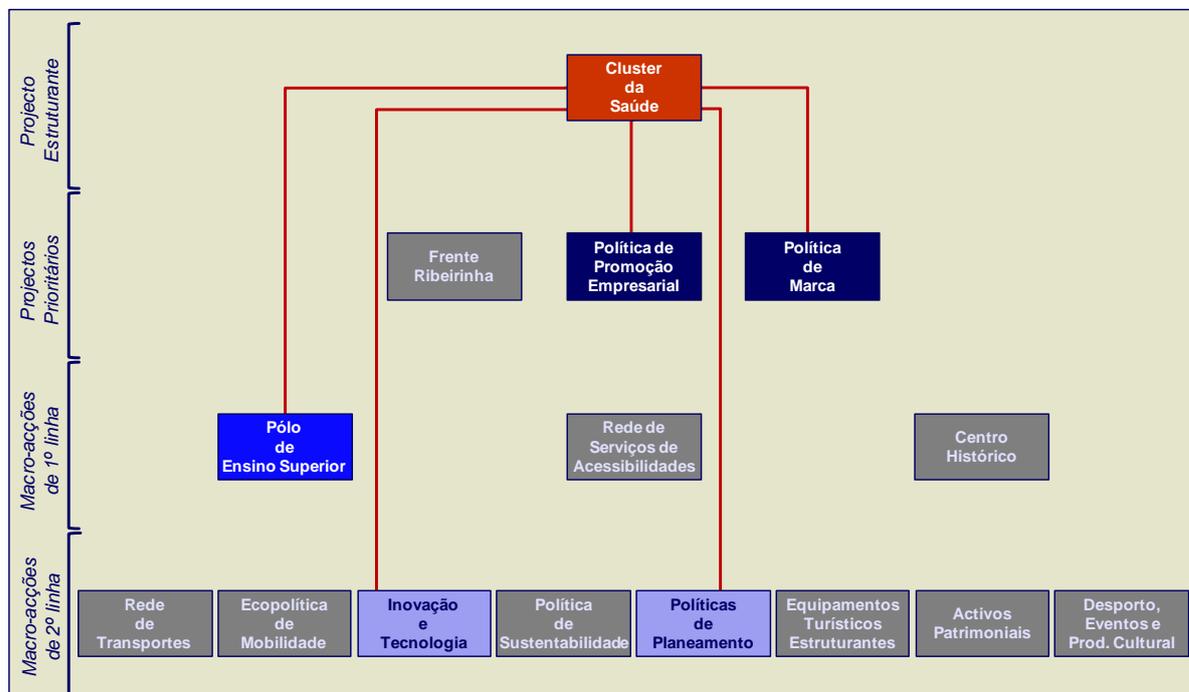
A Macro Acção Cluster da Saúde configura por si só um Vector de Intervenção pelo impacte estruturante que tem sobre o desenvolvimento de Coimbra e da sua estratégia futura. Efectivamente, é o único Vector (e simultaneamente Macro Acção) que consegue influenciar de forma significativa todos os Objectivos Estratégicos configurados. Assim, esta Macro Acção assume de forma quase automática a natureza de Projecto Estruturante do Plano Estratégico.

As acções a tomar no âmbito desta Macro Acção visam a potenciação do conjunto de activos da Área da Saúde actualmente existentes em Coimbra num cluster económico, através do apoio às unidades de excelência já existentes, da captação de novos investimentos públicos estruturantes na área e promoção da fixação de novas unidades do sector privado, que contribuam para a promoção de Coimbra a Cluster da Saúde, suportando a ambição de liderança no mercado Ibérico e referência a nível europeu.

Adicionalmente, irá ser implementada uma política de especialização dos recursos existentes, quer a nível das várias unidades de Saúde presentes na Região, quer a nível da captação de investigadores de prestígio internacional para equipas de ponta autónomas. Tirando partido das condições que a cidade já oferece e daquelas que advirão das estruturas e projectos delineados a cidade deverá também apostar no desenvolvimento de forma lógica, coerente e coordenada no Turismo da Saúde.

G) II - Posicionamento da Macro Acção

Sendo esta uma Macro Acção estruturante em todo o projecto estratégico de Coimbra, é possível estabelecer uma relação directa entre esta e 5 outras Macro Acções propostas. Contudo, dada abrangência, transversal em todo o plano, do impacte estratégico deste vector de intervenção, é possível estabelecer relações com acções de um número ainda maior de macro acções.



O conceito de base da criação do Cluster da Saúde passa pelo contributo de unidades económicas ligadas, directa ou indirectamente à Saúde. Desta forma, tendo em conta as políticas de promoção empresarial, o Cluster da Saúde terá de ser visto como causa e consequência da constituição em Coimbra de um pólo Ibérico, líder na Saúde, na óptica da investigação científica, da prestação de cuidados médicos e da produção industrial. Esta situação deverá ser alcançada através de um investimento contínuo no binómio Ciência – Tecnologia conjugado com o aproveitamento das mais-valias fornecidas pela presença de um Pólo de Ensino Superior forte e com tradições de “role model” no panorama nacional.

Adicionalmente, duas linhas de força chave da Política de Marca e de desenvolvimento para a região são o Turismo e a Saúde, pólos que se intersectam no desenvolvimento de dois segmentos turísticos de nicho:

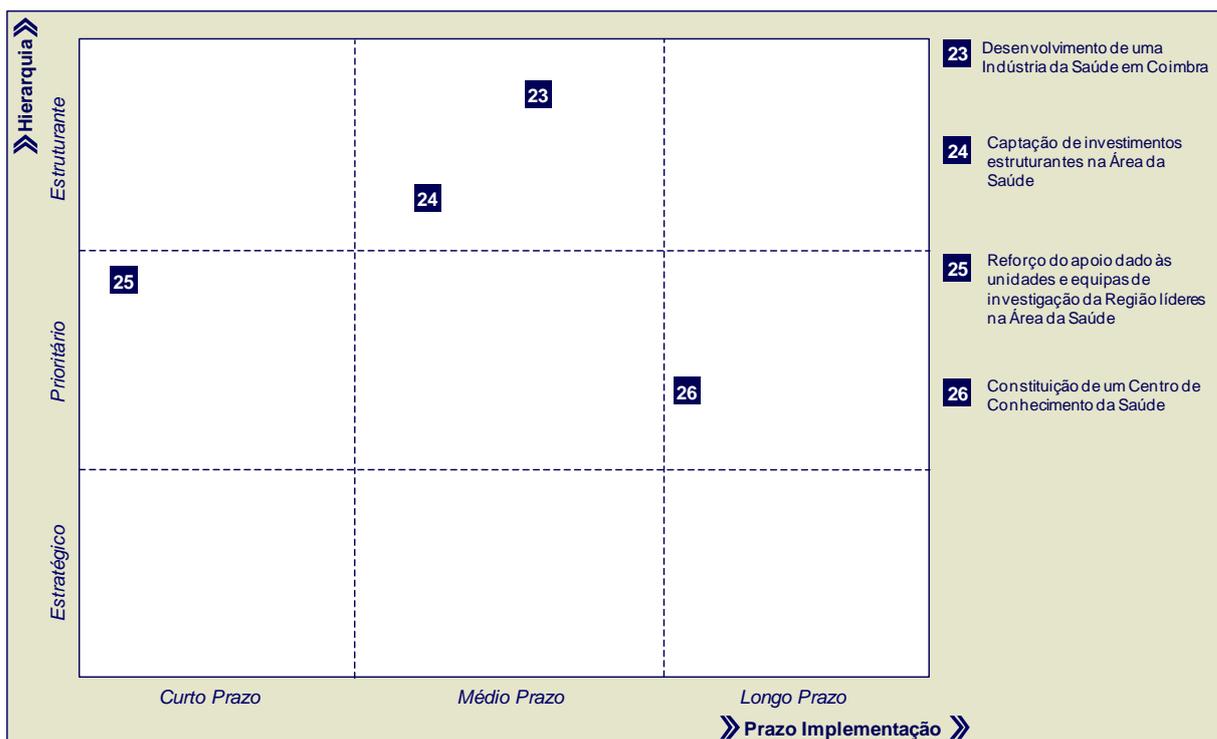
- Turismo “Health & Wellness” – Ligado à prestação de cuidados de saúde pelas unidades especializadas da Região.
- MICE – Ligado à realização de eventos e convenções na área da Saúde.

A prossecução desta Macro Acção requer ainda a definição de um conjunto de políticas de planeamento, nomeadamente de intervenções urbanas estruturantes a partir da implementação de unidades ligadas à Saúde e da unidade lúdica referida no Documento Base, consubstanciando-se como elementos que necessariamente terão de ser tomados em conta aquando de planeamento urbano da Cidade.

G) III - Posicionamento das Acções integradas na Macro Acção

O carácter transversal da Macro Acção Cluster da Saúde confere-lhe a capacidade de interferir com diversos Objectivos Estratégicos configurados. Ao posicionar-se como vector estruturante de todo o projecto estratégico para Coimbra, as suas acções assumem um papel primordial na consecução e delineamento do plano de desenvolvimento traçado para a cidade.

Assim, as acções que compõem esta Macro Acção são estruturantes para o projecto pois são elementos que por estarem encadeados com acções referentes a diferentes vectores de desenvolvimento, assumem um papel fundamental em todo o processo. Ao nível do horizonte temporal as acções que configuram o arranque do Cluster da Saúde localizam-se, sobretudo, no curto/médio prazo.



G) IV- Fichas Individuais das Acções

ACÇÃO 23 – Desenvolvimento de uma Indústria da Saúde em Coimbra			
GRAU DE PRIORIDADE	ESTRUTURANTE	PRAZO IMPLEMENTAÇÃO	MÉDIO PRAZO
<i>Descrição</i>			
<p>Esta acção visa o aproveitamento das infra-estruturas em fase de construção e que a curto prazo terão a capacidade para acolher empresas e projectos a desenvolver no âmbito da criação do cluster da Saúde (destacando-se o iParque como o Parque Tecnológico vocacionado para receber unidades ligadas à Saúde). Estas infra-estruturas terão um papel chave em todo o projecto de criação do Cluster da Saúde dadas as suas potencialidades ao nível da inovação tecnológica e ligação com o Pólo de Ensino Superior e Hospitais da Universidade de Coimbra (nomeadamente, neste último caso, o Pólo III).</p> <p>A implementação desta acção deve ser feita em simultaneidade com a captação de investimentos estruturantes na área da Saúde e o aumento do apoio dado a unidades já existentes. Devem ser ainda consideradas outras infra-estruturas com o as que dizem respeito às acessibilidades a esses parques, como o a Circular Externa, a Plataforma Logística Empresarial e o Metro Ligeiro de Superfície. Deverão ser tidas em conta acções de promoção empresarial, nomeadamente a promoção e <i>vending</i> de um produto como é a existência em Coimbra de um espaço com unidades tecnológicas ligadas à Saúde e tendo na proximidade uma universidade e uma estrutura hospitalar com um <i>track record</i> de inovação e excelência.</p> <p>Adicionalmente deverá ser reforçado o apoio ao IPN, como unidade incubadora de empresas, mas criando linhas especiais de suporte ao desenvolvimento de projectos na Área da Saúde.</p> <p>O desenvolvimento desta indústria deverá ser feita numa abordagem vertical, devendo para isso considerar-se o apoio à constituição e implementação das seguintes tipologias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Unidades de investigação aplicada (como é o caso do AIBILI); • Indústria farmacêutica (como é o caso da já instalada Bluepharma); • Empresas de desenvolvimento de hardware e software médico; • Instituições privadas de prática de Medicina (destacando-se aqui o Centro Cirúrgico de Coimbra e os investimentos previstos relativamente ao Hospital de Santa Filomena e ao Centro de Diagnóstico Integrado); • Health Tourism, com unidades que aliam práticas terapêuticas e intervenções cirúrgica a uma dinâmica de turismo / wellness <p>Esta é uma acção estruturante na medida em que visa alavancar as práticas do que melhor se produz ao nível da investigação e desenvolvimento na área da Saúde para um contexto de densificação empresarial. Dado o nível de investimentos envolvidos mas simultaneamente a premência da mesma, dado ser pedra basilar de toda a arquitectura deste Plano Estratégico, é uma Acção cuja a execução temporal deverá ser vista como sendo a médio prazo.</p>			
<i>Implicação de não realização</i>			
A incapacidade de desenvolver esta Acção coloca em causa de forma transversal o desenvolvimento de longo prazo de Coimbra.			
<i>Entidades Envolvidas</i>			
CMC; UC; HUC; DRSC; entidades privadas ligadas à Área da Saúde, IPN; Ministério da Saúde; Agência de Promoção de Investimento			

ACÇÃO 24 - Captação de investimentos estruturantes na área da Saúde

GRAU DE PRIORIDADE

ESTRUTURANTE

PRAZO IMPLEMENTAÇÃO

MÉDIO PRAZO

Descrição

Esta acção visa a captação de investimentos para execução de projectos na área da ciência e tecnologia aliados à Saúde, fundamentais para a potenciação a médio prazo da área da Saúde como vector estruturante de toda a estratégia definida para Coimbra. Esta acção pode passar pelo apoio à intervenção de *Business Angels* ou captação de investimento estatal para a aquisição de equipamentos de ponta ligados à Saúde, em particular nas áreas em que Coimbra é líder e ponto de referência Europeu (nomeadamente oftalmologia, Cardiologia, Imagiologia, Biotecnologia Molecular e Informática Médica).

A realização desta acção assume particular importância no âmbito do projecto que visa transformar Coimbra num *cluster* económico, através do apoio às unidades de excelência já existentes, captação de novos investimentos públicos estruturantes na área e promoção de unidades do sector privado.

Deve ser implementada considerando algumas políticas de promoção empresarial, nomeadamente a criação de uma Agência de Promoção e Captação de Investimento, a implementação e dinamização de Projectos como o Coimbra iParque e o Tecnopólo e o incremento do apoio dado ao IPN.

A realização desta acção é estruturante para o projecto estratégico de Coimbra e deve ser executada a curto prazo na medida e em que estipula as fundições do projecto que visa a Promoção de Coimbra como Cluster da Saúde, referência no mercado Europeu, o que deverá ser uma realidade a médio/longo prazo.

Implicação de não realização

A não realização desta Acção limita a capacidade de expansão do Pólo da Saúde, por falta de capacidades e activos técnicos, o que põe em causa a viabilidade da constituição efectiva de um Cluster da Saúde competitivo.

Entidades Envolvidas

CMC; HUC; CHC; Ministério da Saúde; Ministério da Ciência, Tecnologia, SRS Centro; Private Equity; Business Angels; Agência de Promoção do Investimento

ACÇÃO 25 – Reforço do apoio dado às unidades e equipas de investigação líderes da Região na Área da Saúde

GRAU DE PRIORIDADE

PRIORITÁRIO

PRAZO IMPLEMENTAÇÃO

CURTO PRAZO

Descrição

Esta acção visa reforçar o tecido científico de Coimbra ligado à Saúde. Este reforço deverá ser levado a cabo por via de duas dinâmicas: reforçar o apoio financeiro às unidades que actualmente são já líderes nos respectivos campos de investigação e adicionar mais valias incorporando no actual tecido investigadores internacionais que possam marcar a diferença.

O reforço do investimento nas unidades de investigação e laboratoriais já existentes e com maior potencial de alavancagem tem como objectivo aumentar a "capacidade produtiva" dessas unidades replicando as melhores práticas e projectos de modo a potenciar o conjunto de activos da Área da Saúde actualmente existentes em Coimbra, inseridos num cluster económico que se pretende dinâmico e orientado para o mercado.

Esta acção deve ser considerada tendo em conta todas as acções que visem consolidar o estatuto de Coimbra como pólo de excelência de investigação e desenvolvimento na área da Saúde. Assim, devem ser igualmente consideradas a criação de PPP's entre unidades líderes de investigação da UC; a CMC; o Ministério da Ciência e Tecnologia e parceiros privados (neste sentido poderá ser importante uma parceria com um organismo internacional de renome como o MIT).

Em simultâneo, deverá ser levada a cabo a formação de grupos de trabalho multidisciplinares através do aproveitamento de sinergias que advêm da cooperação entre as unidades hospitalares de Coimbra com o Pólo de ensino Superior (aproveitando as redes universitárias internacionais de que a UC faz parte), nomeadamente nas áreas de saúde e biotecnologia. O intuito é o de tirar partido destas duas importantes valências da região para que, através de parcerias com importantes centros internacionais e do intercâmbio de elementos das equipas e consequente importação de know-how, colocar Coimbra e o Cluster da Saúde na vanguarda e na liderança ao nível da investigação na área. Desta forma estão criadas as condições para se promover a incorporação nas unidades de investigação e laboratoriais existentes em Coimbra de investigadores internacionais de elevado perfil, enquanto que elementos ligados às equipas aqui constituídas poderão fazer o caminho inverso, integrando temporariamente unidades de investigação líderes internacionalmente, com as óbvias vantagens de incorporação de know how no longo prazo que ambas as direcções dos fluxos geram para o Pólo de Saúde de Coimbra.

A execução desta Acção requer por um lado um comprometimento da Administração Central no investimento e desenvolvimento de um pólo científico de topo ligado à Saúde em Coimbra, consubstanciando-se esse comprometimento no reforço das verbas financeiras disponíveis, e por outro lado um incremento das relações das unidades do Pólo da Saúde com o tecido de investigação internacional, de forma a promover e a agilizar movimentos de intercâmbio de investigadores.

Implicação de não realização

O não desenvolvimento desta Acção põe em causa de forma inequívoca o sucesso da estratégia adoptada para Coimbra, na medida em implicará no longo prazo a perda da competitividade do Pólo da Saúde enquanto Cluster de Excelência, relativamente a outros pólos como é exemplo o Cluster actualmente em constituição no Minho.

Entidades Envolvidas

UC; Ministério da Ciência e Tecnologia; MIT; HUC; CHC

ACÇÃO 26 - Constituição de um Centro de Conhecimento da Saúde

GRAU DE PRIORIDADE

PRIORITÁRIO

PRAZO DE IMPLEMENTAÇÃO

LONGO PRAZO

Descrição

Infra-estrutura de carácter lúdico e didáctico que através do uso de novas tecnologias contribuirá para reforçar a imagem de Coimbra como Cidade de Conhecimento e Inovação ao nível da Saúde, assumindo-se ainda como um foco de atracção turística e um marco arquitectónico de referência para a cidade. O objectivo é o de replicar a abordagem seguida por outras estruturas temáticas, como o Futuroscope em Poitiers, na medida em que a sua disposição arquitectónica deverá contribuir para um processo de formação de imagem e de reestruturação urbanística na zona onde for implementado, à imagem do que ocorreu, por exemplo, com o Museu Guggenheim em Bilbao. O modelo a seguir neste equipamento deverá ser similar ao implementado na Casa da Música do Porto que, para além de cumprir funções culturais e turísticas, actua como ponto de referência arquitectónica da cidade.

A constituição de um centro de conhecimento da Saúde deverá estar associada, numa lógica de visão estratégica, à promoção da imagem de cidade dinamizadora da actividade empresarial. A sua execução deve ter em conta a realização de outras acções como aquelas que dizem respeito às políticas de planeamento e equipamentos estruturantes. Uma estrutura desta dimensão produzirá diversos impactos sobre a redefinição urbana da Cidade, criando potencialmente uma nova centralidade territorial no tecido urbano pelo que requer a sua integração em sede do Plano de Urbanização, nomeadamente a nível da sua localização geográfica específica no tecido urbano e a nível da área de implantação que vai requerer.

O desenvolvimento das acções que visam a adequação das estruturas e serviços à oferta e procura turística, o apoio a iniciativas privadas nesse sector, ou ainda outras como a criação de uma linha de *merchandising*, deverão também ser equacionados no âmbito de uma abordagem holística do vector estruturante traçado para Coimbra.

Esta é uma acção importante na promoção de Coimbra como Pólo de desenvolvimento de excelência na área da Saúde, bem como na dinamização do turismo da região contudo, a sua execução não se reverte de carácter estruturante, pelo que não é fundamental para a consecução do projecto. Ainda assim a ser tida em conta, a sua realização deverá ocorrer numa lógica de longo prazo pois depende da existência de uma série de pré requisitos a nível de estruturação urbanística e a construção de outro tipo de infra-estruturas de apoio ao Turismo.

Implicação de não realização

A não implementação desta Acção representa a perda de uma oportunidade estratégica para o desenvolvimento de um activo que não tem comparativo em Portugal, impossibilitando-se dessa forma que se faça uma projecção em termos de Marca e de dinâmica turística do Pólo da Saúde.

Entidades Envolvidas

CMC; UC; DRSC; Ministério da Cultura; Ministério da Ciência e Tecnologia; arquitectos de renome.

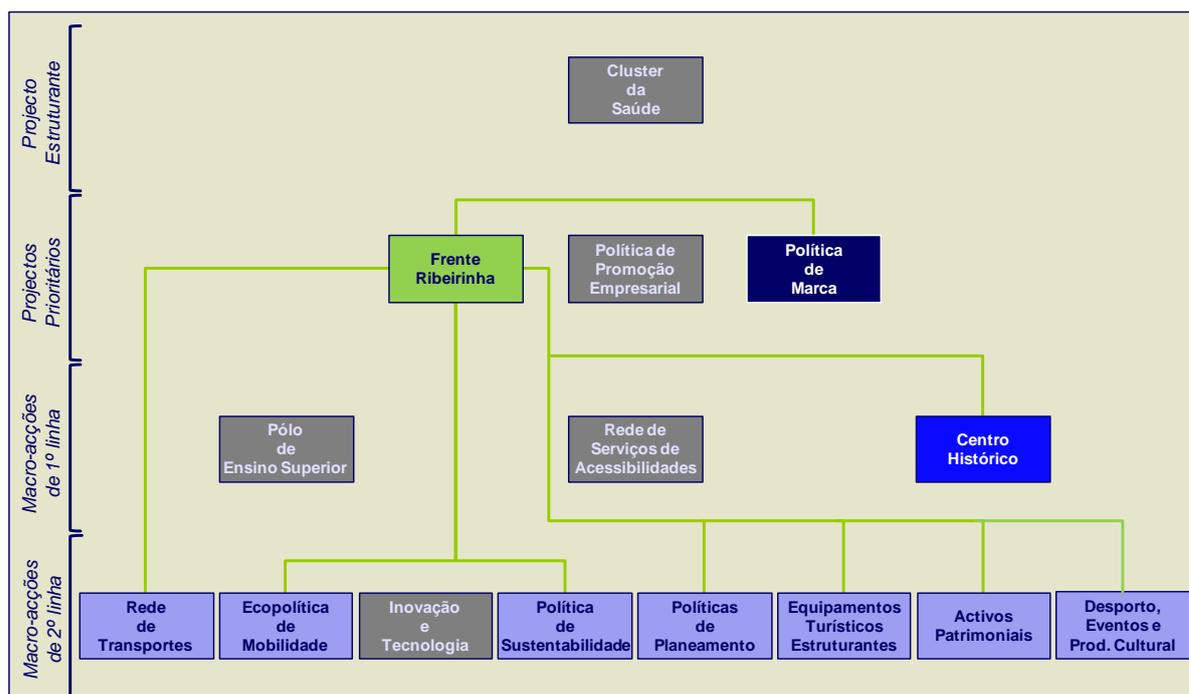
H. FRENTE RIBEIRINHA

H) I – Descrição

Esta macro acção visa recentrar a cidade em torno do Rio a partir da criação de um eixo verde ao longo do espelho de água que irá nortear a intervenção sobre as restantes áreas da zona ribeirinha. O processo passa pela criação de um espaço lúdico de referência, onde serão implementados equipamentos desportivos, áreas de diversão nocturna, unidades de restauração e equipamentos de uso colectivo, que contribuam para a melhoria da qualidade de vida no pólo urbano e para a revitalização de espaços que actualmente são vazios urbanos (como é exemplo a margem esquerda do rio compreendida entre o Estádio Universitário e a Escola Agrária). Este processo encontra-se já em curso através do conjunto de intervenções levadas a cabo ao abrigo do Projecto POLIS.

H) II - Posicionamento global da Macro Acção

A Macro Acção Frente Ribeirinha é um dos vectores com mais relações transversais no âmbito do quadro de actuação do Plano Estratégico, sendo possível definir relação directa com 8 macro acções.



A intervenção na Frente Ribeirinha terá obrigatoriamente de ser um processo levado a cabo interligado com a recuperação urbana do Centro Histórico de Coimbra (decomposta nos subconjuntos Alta, Baixa e Santa Clara Monumental) no sentido de se criar um contínuo urbano ordenado e de se reforçar a relação da Cidade com o Rio. Adicionalmente, e na perspectiva de posicionar a Cidade como destino turístico de referência nos segmentos de Turismo Patrimonial (tirando partido do conjunto de Activos Patrimoniais localizados neste espaço, particularmente o Mosteiro de Santa Clara a Velha e o Portugal dos Pequenitos) e Turismo de Short Break, a revitalização da envolvente urbana ao rio permitirá criar um novo espaço âncora para os roteiros turísticos da Cidade.

Por outro lado a constituição do Metro Ligeiro de Superfície, elemento central do conjunto de acções preconizado no Documento Base para a Rede de Transportes de Coimbra, permitirá, entre outros aspectos, a libertação de uma parcela significativa da linha ferroviária da Margem Direita, dando continuidade à intervenção que arrancou com o Programa POLIS e que se pretende que continue no âmbito do Programa POLIS XXI.

Ainda no contexto da Mobilidade, estão integradas nesta Macro Acção a criação de ciclovias na Cidade e a libertação progressiva do tecido urbano do tráfego automóvel, aspectos constitutivos de uma Ecológica de Mobilidade para a Cidade.

Igualmente, pode-se considerar que a intervenção na Frente Ribeirinha será a face mais visível de uma intervenção planeada de fundo considerada na Macro Acção Política de Sustentabilidade (alavancagem dos activos disponíveis – o Rio e a mancha verde envolvente – para usufruto da população mas tendo em conta uma visão sustentável de longo prazo para esta esta mesma intervenção). Esta ligação entre a população e o meio natural da cidade contribuirá ainda para a formação de uma consciência ecológica dos cidadãos de Coimbra; pedra basilar para qualquer Política de Sustentabilidade.

A Frente Ribeirinha é e será espaço de eleição para a realização de eventos (onde se destaca a realização anual das Noites do Parque da Queima das Fitas no Parque da Canção do Parque Verde) e de actividades desportivas, estabelecendo-se desta forma uma ligação clara entre esta Macro Acção e a Macro Acção Desporto, Eventos e Promoção Cultural.

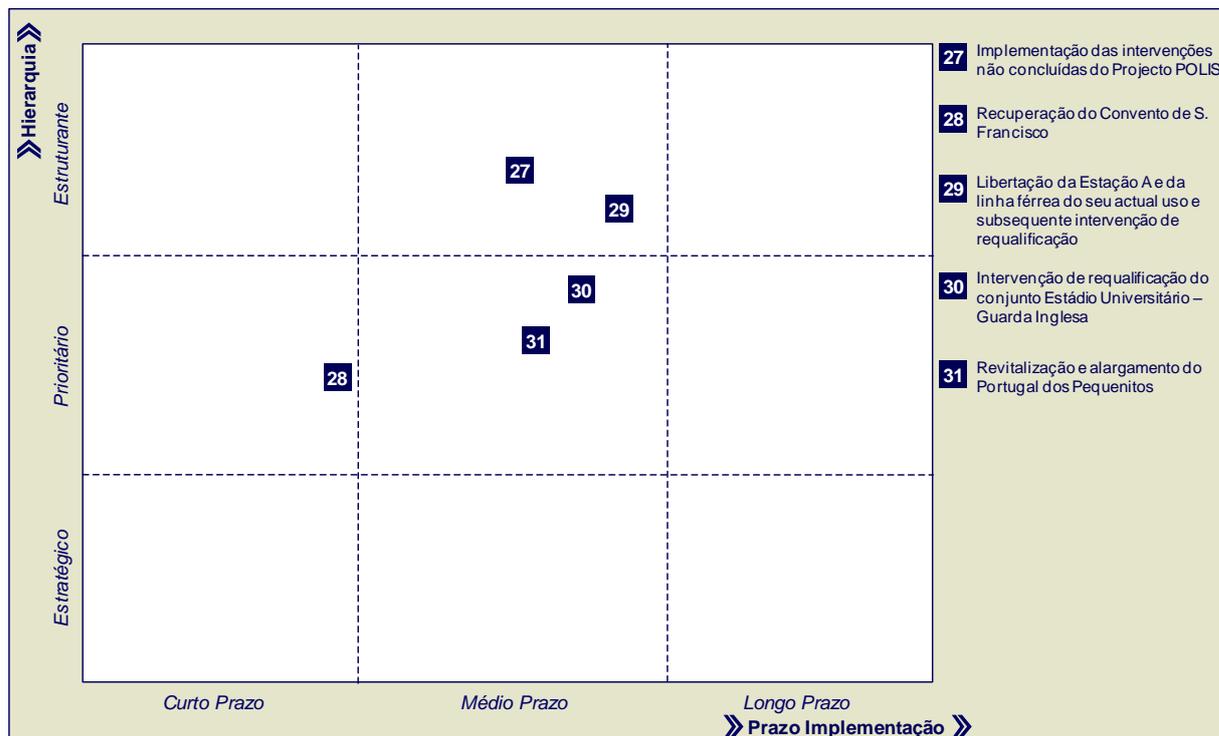
Finalmente, o redesenho de toda a envolvente urbana ao Rio será um elemento fulcral em todo o futuro planeamento urbano da cidade. O processo desenvolvido no âmbito do Programa Polis na Frente Ribeirinha passa, entre outros aspectos, pela introdução na área intervencionada de um conjunto de equipamentos estruturantes, quer a nível do apoio ao turismo quer a nível da melhoria da qualidade de vida da população, nomeadamente:

- a) Eliminação da linha ferroviária entre a Estação A e a Estação B

- b) Constituição de um Centro de Convenções no Convento de São Francisco
- c) Constituição de um espaço de exposições na Estação A (Centro Miguel Torga)
- d) Pedonalização e restrição da circulação automóvel num conjunto de vias

H) III - Posicionamento das Acções integradas na Macro Acção

O conjunto de acções constituintes da Macro Acção Frente Ribeirinha assume um papel fundamental para a consecução do Plano Estratégico definido para Coimbra. Efectivamente esta Macro Acção assume a natureza de Projecto Bandeira do Plano Estratégico, razão pela qual as acções que a compõem são consideradas essencialmente estruturantes ou prioritárias. Em geral, e dada a complexidade em termos de intervenção urbana das acções aqui enquadradas, considera-se que a sua implementação se estenderá por um considerável período de tempo, prazo este atenuado pelo facto de muitas delas estarem já concluídas ou em execução no âmbito da intervenção despoletada pelo Programa POLIS.



H) IV - Fichas Individuais das Acções

ACÇÃO 27 – Implementação das intervenções não concluídas do Projecto POLIS			
GRAU DE PRIORIDADE	ESTRUTURANTE	PRAZO IMPLEMENTAÇÃO	MÉDIO PRAZO
<u>Descrição</u>			
<p>Acção fundamental na consolidação do carácter integrador do rio Mondego no contexto da consolidação e revitalização urbana da zona histórica da Cidade. Trata-se de uma acção com impacto transversal em toda a estratégia definida pelo Plano, na medida em que produz consequências a nível urbanístico, económico, turístico, social e de promoção de imagem.</p> <p>A conclusão do Projecto POLIS passa pela realização das 4ª e 5ª fases do Parques Verde, prolongando este até à Ponte da Rainha Santa Isabel e implementando um conjunto de equipamentos de natureza ludico-cultural.</p> <p>A conclusão do Projecto do Programa POLIS abrange igualmente acções que visam reforçar o carácter central de Santa Clara, com o são as intervenções previstas para os conventos de Santa Clara (já realizada) e São Francisco, que terá influência ao nível da exploração do Turismo MICE. Adicionalmente na zona onde estão inseridos esses dois imóveis está prevista a criação de um desnivelamento no cruzamento entre a avenida Inês de Castro, a Avenida João das Regras e o acesso à Ponte de Santa Clara promovendo a disciplin a rodoviária dando ênfase à plataforma superior, actualmente utilizada para estacionamento, mas desordenado e anárquico, remetendo-a a uma condição mais urbana.</p> <p>Ainda ao nível da requalificação da envolvente à margem esquerda do rio, está prevista a deslocalização das actuais instalações dos SMTUC, a serem transferidas para outra zona da cidade. Esse espaço será reconvertido para funções urbanas mistas, reforçando o cariz de Santa Clara como pólo de expansão de serviços mas também como uma zona nobre de desenvolvimento urbanístico.</p> <p>Na margem direita está prevista a renovação urbana entre o Açude e a Ponte de Santa Clara que passa pelo desmantelamento da linha ferroviária intra-urbana, que liga a estação Nova à estação B actualmente uma linha de separação entre aquela zona da cidade de Coimbra e a margem direita do rio a jusante da ponte de Santa Clara. A ligação da estação B ao centro da cidade será assegurada pelo metro ligeiro de superfície e por uma rede de <i>mini-bus</i>. No âmbito desta intervenção resultará a transformação da Estação Nova no equipamento Fórum Miguel Torga, o que constitui uma importante mais-valia para aquele espaço, dado o interesse arquitectónico do imóvel. Adicionalmente a construção de uma Gare intermodal servirá como hub para várias tipologias de transporte (TGV; Metro Ligeiro de Superfície; autocarros, mini bus) promovendo a melhoria da eficiência dos transportes públicos urbanos e interurbanos.</p> <p>No âmbito do conjunto de intervenções delineadas a partir da intervenção inicial do Projecto POLIS está ainda contemplada a construção de uma ponte pedonal e ciclável entre a ponte de Santa Clara e a ponte do Açude, permitindo uma melhor articulação entre as duas margens da cidade, reforçando o carácter integrador do rio.</p> <p>Este processo de recuperação e revitalização urbana da Frente Ribeirinha de Coimbra deverá ser apoiado e subvencionado pelo conjuntos de instrumentos financeiros contemplados na Política de Cidades POLIS XXI.</p> <p>Esta intervenção terá sempre de ser considerada em conexão com a intervenção no centro histórico bem como com a candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da Unesco.</p>			
<u>Implicação de não realização</u>			
Tendo esta acção um carácter estruturante para o plano estratégico de Coimbra, a sua não realização implicaria um impacto negativo ao nível do grau de execução pretendido. Dado o prazo de execução previsto para as fases seguintes do programa, é de esperar que esta acção se estenda num contínuo temporal de curto a médio prazo			
<u>Entidades Envolvidas</u>			
CMC; Metro Mondego, SA, SMTUC; UC; REFER			

ACÇÃO 28 - Recuperação do Convento de S. Francisco

GRAU DE PRIORIDADE

PRIORITÁRIO

PRAZO IMPLEMENTAÇÃO

CURTO PRAZO

Descrição

A intervenção prevista para o Convento de São Francisco visa a conversão do imóvel em centro cultural e de congressos que contará com um auditório com capacidade para 1200 pessoas. Adicionalmente surgirá um novo edifício com capacidade para acolher espectáculos de teatro, opera, orquestra, entre outros. As obras no convento de São Francisco, para as quais foram já aprovados apoios de 17 milhões de euros no âmbito do QREN, inserem-se no processo de revalorização de todo o eixo pedonal que atravessa o rio desde a Praça 8 de Maio até à rotunda localizada no espaço onde se encontram o Portugal dos Pequenitos e o Centro de Congressos. A intervenção sobre este imóvel não pode no entanto resumir-se a uma recuperação patrimonial procurando sobretudo promover-se uma nova abordagem ao acervo patrimonial de Coimbra e a alavancagem deste, para um conjunto de actividades lúdico-culturais, promovendo-se desta forma uma relação mais estreita entre os cidadãos e turistas e o acervo histórico da cidade. Para 2010, em estreita colaboração com promotores privados, será promovida uma agenda cultural e de eventos para estas duas estruturas. A constituição deste equipamento assume igualmente um carácter chave em termos de consolidação urbana da zona histórica de Santa Clara, descortinando o seu posicionamento a meia encosta a possibilidade de ser promovido um eixo turístico que partindo do Mosteiro de Santa Clara a Nova desça até ao Portugal dos Pequenitos e desemboque no Parque Verde do Mondego. Cria-se assim um eixo de intervenção urbana em cruz, onde coexistem a revitalização das margens do Mondego com um processo de recuperação urbana do núcleo histórico da Cidade num contínuo que envolve a Alta, a Baixa e Santa Clara. A execução desta acção insere-se no âmbito das políticas de promoção do Turismo MICE, como com a reconversão prevista para a Estação A e deve também ser considerada no em conjunto com as acções que visam a revalorização do centro de Santa Clara, estando enquadrada no Plano geral de requalificação dos elementos patrimoniais e da sua envolvente.

Implicação de não realização

Dado o exposto, a intervenção subjacente a esta acção tem um carácter estruturante para a consolidação urbana de Santa Clara. Adicionalmente, dado o facto de a sua execução estar prevista no âmbito do QREN, espera-se que a intervenção proposta esteja finalizada a médio prazo.

Entidades Envolvidas

CMC; promotores culturais privados.

ACÇÃO 29 - Libertação da Estação A e da linha férrea do seu actual uso e subsequente intervenção de requalificação

GRAU DE PRIORIDADE

ESTRUTURANTE

PRAZO IMPLEMENTAÇÃO

MÉDIO PRAZO

Descrição

Esta acção visa a requalificação urbana da zona entre a Estação Nova (ou estação A) e Coimbra B. O projecto visa a transformação da linha ferroviária entre estações, que actualmente funciona como uma barreira entre a zona ribeirinha a jusante da ponte de Santa Clara e o centro da cidade, numa zona verde e pedonal de lazer com usufruto do rio. Adicionalmente será criada uma nova zona habitacional de qualidade nos terrenos que actualmente pertencem à Invesfer, conjugada com a dotação de mobiliário urbano moderno, aproximando aquela zona da margem direita à população da cidade.

No edifício onde actualmente se encontra a estação A, nascerá um espaço sociocultural - o Fórum Municipal Miguel Torga. Será uma importante valência na medida em que constitui um elemento de suporte ao Turismo de *Short Break*, dando à Cidade um espaço de excelência ligado ao comércio com valências culturais, como livrarias, discotecas, galerias de arte, entre outros e contribuindo para a disseminação de uma imagem de dinamismo cultural e intelectual que não se resume à presença da Universidade.

A sua execução, nomeadamente a libertação da linha férrea pressupõe outro tipo de acções tais como a entrada em funcionamento do Metro Ligeiro de Superfície, a construção da gare intermodal no local onde se encontra actualmente a estação B, complementada com entrada em funcionamento de uma rede estruturada de transportes públicos de diferentes tipologias e a construção de um ponte pedonal que ligará aquela zona margem esquerda de Coimbra.

Implicação de não realização

É uma das bandeiras da intervenção na zona Ribeirinha pelo que a sua execução tem um carácter estruturante para o projecto. A sua execução deverá estar cronologicamente alinhada com a entrada em operação da linha do Metro Ligeiro de Superfície pelo que se espera que a médio prazo se encontre já em funcionamento.

Entidades Envolvidas

CMC; REFER; Metro Mondego, SA.; promotores imobiliários privados.

ACÇÃO 30 - Definição da tipologia de equipamentos a implementar no espaço Estádio Universitário – Guarda Inglesa e consequente intervenção de requalificação

GRAU DE PRIORIDADE

PRIORITÁRIO

PRAZO IMPLEMENTAÇÃO

MÉDIO PRAZO

Descrição

Valorização do espaço do Estádio Universitário com a materialização dos estudos realizados pela Universidade de Coimbra que prevêem a modernização e integração urbana. Esta acção deve ser considerada tendo em conta o Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo 2007-2013, na medida em que em complementaridade com o estádio Municipal, permite tirar partido das infra-estruturas ali existentes para a prática do desporto e da promoção da imagem de Coimbra como cidade saudável. Este espaço poderá ainda ter uma importante função na promoção de actividades desportivas, permitindo apostar em actividades “nicho” como o Radiomodelismo. Aproveitando a diminuição do volume de tráfego esperada com a intervenção na Avenida Inês de Castro e para evitar o esvaziamento daquela zona da cidade, deverão ser criadas novas centralidades e zonas de expansão urbanística, complementadas com a instalação de equipamentos e mobiliário urbano adequado. Em zona contígua a este espaço, na Guarda Inglesa, nomeadamente nos terrenos onde se encontram as instalações do SMTUC deverão ser implementados um conjunto de equipamentos de natureza mista (habitacional e de prestação de serviços). Aquela zona será ainda valorizada e integrada no eixo formado pelo rio Mondego com a construção da ponte pedonal e ciclável, ligeiramente a montante do ponto da margem do rio onde se encontra o Estádio, na medida em que facilitará a mobilidade dos cidadãos desde a Baixa de Coimbra para aquela zona.

Implicação de não realização

A não execução desta acção teria um impacto negativo importante na medida em que, sendo uma acção prioritária, adularia o processo de revalorização da margem esquerda do rio.

Entidades Envolvidas

CMC; UC

ACÇÃO 31 - Revitalização e alargamento do Portugal dos Pequenitos

GRAU DE PRIORIDADE

PRIORITÁRIO

PRAZO IMPLEMENTAÇÃO

MÉDIO PRAZO

Descrição

O Portugal dos Pequenitos representa um dos símbolos que as pessoas associam directamente à imagem de Coimbra (aspecto patente em ser o elemento patrimonial da Cidade que mais visitas anuais regista) pelo que, deve ser implementada a sua revitalização e alargamento. Esta acção visa também o reforço das valências suporte à actividade turística que se pretende atrair para a região, inserindo-se também nas medidas de revitalização da zona de Santa Clara, no coração da cidade de Coimbra.

A intervenção no Portugal dos Pequenitos deverá permitir tornar este activo atractivo a todos os segmentos etários, e não somente como destino privilegiando quase em exclusivo os mais novos. Isto poderá ser feito por (entre outras) três tipologias de intervenção:

- Introdução de novas tecnologias nos vários espaços, permitindo um "diálogo" mais activo com o visitante, privilegiando a interacção em detrimento da simples exposição;
- Criação de um espaço para mostras temporárias culturais no âmbito da Lusofonia (por exemplo: exposição das tradições folclóricas dos vários territórios lusófonos);
- Criação de um novo espaço dedicado à arquitectura portuguesa nos séculos XX e XXI.

Este alargamento, quer conceptual quer em dimensão, do Portugal dos Pequenitos visa tornar mais "substanciais" os roteiros turísticos na Cidade, "obrigando" o visitante a alargar o seu período médio de permanência e tornando quase inevitável o pernoitar pelo menos uma noite na estrutura hoteleira de Coimbra.

Esta acção deve ser executada no âmbito da revitalização da margem esquerda do rio e no "aproximar" de Santa Clara do centro da cidade. Assim, a sua implementação está integrada no Plano geral de requalificação dos elementos patrimoniais e da sua envolvente inserindo-se num conjunto alargado de medidas como a intervenção de novas vias pedonais, recuperação do Convento de Santa Clara, Construção do Parque Verde – Mondego (cuja primeira fase se encontra já concluída) e todas as medidas de incentivo à construção de infra-estruturas de apoio ao turismo na zona Ribeirinha.

Implicação de não realização

A implementação desta acção é prioritária na medida em que o Portugal dos Pequenitos será um equipamento âncora como ao turismo que se pretende atrair para a região (nomeadamente para os segmentos de *Short Break* e Monumental). Apesar de ter um grau de prioridade de execução elevado, esta acção não assume carácter de urgência sendo de esperar que seja implementada a médio prazo na medida em que o parque se encontra em funcionamento e em condições bastante razoáveis de utilização.

Entidades Envolvidas

CMC; Fundação Bissaya Barreto

I. CENTRO HISTÓRICO

I) I – Descrição

A Macro Acção Centro Histórico visa essencialmente promover uma redefinição do Centro Urbano de Coimbra, por via de um conjunto de intervenções de recuperação urbana e de valorização dos espaços, quer numa óptica de usufruto pelo cidadão, quer numa óptica de actividade turística.

Dois veículos de intervenção destacam-se em particular neste processo de intervenção urbana: a introdução do Metro Ligeiro de Superfície e a Candidatura da Universidade a Património Mundial. A implementação do Metro Ligeiro de Superfície está desde já a produzir efeitos ao nível urbano, tendo despoletado a actividade da SRU na Baixa de Coimbra. Por seu lado, a Candidatura da Universidade insere-se num contexto de recuperação e valorização do património Monumental desta instituição, esperando-se obviamente efeitos significativos no médio prazo a nível da promoção turística da Cidade.

Ambas as intervenções acima referidas assumem-se como aspectos essenciais para combater a progressiva desertificação demográfica e degradação urbana que o Centro Histórico de Coimbra tem vindo a sofrer, num processo que tem réplicas em outras cidades nacionais. Uma das causas apontadas frequentemente como justificação para este fenómeno é o elevado preço dos imóveis nesta área da cidade, o que tem “empurrado” as populações mais jovens para áreas periféricas do tecido urbano. Assim a Câmara deverá ter aqui um papel central no que toca à recuperação de imóveis devolutos e na criação de incentivos à recuperação do imobiliário urbano, no sentido de promover o acréscimo da oferta habitacional nesta zona da Cidade.

I) II - Posicionamento global da Macro Acção

A intervenção desenhada para o Centro Histórico encontra-se no centro de um conjunto de intervenções de cariz urbano projectadas no âmbito deste Plano Estratégico. Assim, é natural que sendo zonas geográficas contínuas, ambas alvo de um processo de recuperação urbana e valorização de espaços, a Frente Ribeirinha e o Centro Histórico sejam Macro Acções inter-relacionadas.

Adicionalmente importa salientar que o Centro Histórico de Coimbra é composto por três unidades geográficas (Alta, Baixa e Santa Clara Monumental). O conjunto de intervenções preconizadas para Santa Clara Monumental está essencialmente abrangido na Macro Acção Frente Ribeirinha.

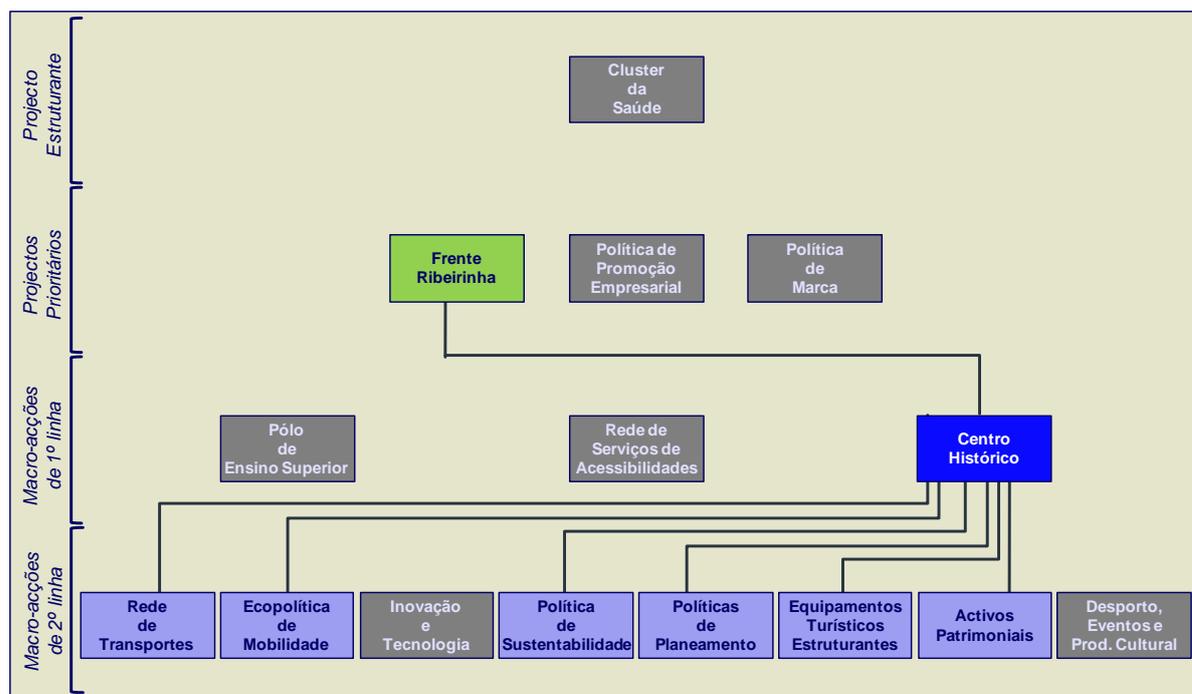
Sendo o Metro Ligeiro de Superfície uma das Acções centrais da Rede de Transportes, é directa a relação entre essa Macro Acção e o Centro Histórico.

Numa óptica de valorização de espaços ocupam igualmente lugar intervenções que pretendam reduzir o fluxo de tráfego e a pedonalização das ruas, motivo da relação estabelecida entre esta Macro Acção e a Ecopolítica de Mobilidade.

O licenciamento urbano definido pela Política de Sustentabilidade é factor crítico definidor da tipologia de recuperação do Centro Histórico que se pretende.

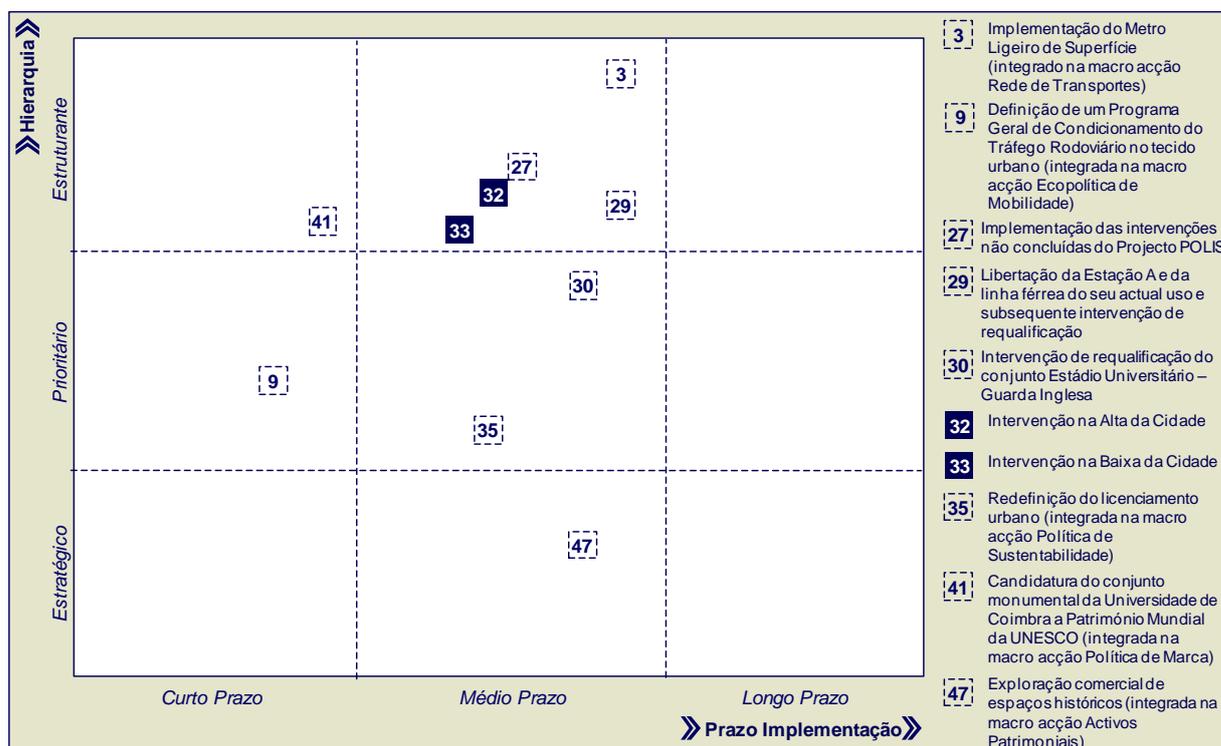
A Baixa e a Alta como zonas urbanas em que o envelhecimento da população e a degradação das condições urbanas do seu quotidiano são realidades notórias, são espaços onde, mais do que nunca, as políticas de solidariedade e de reforço da coesão social tomam lugar, razão para a relação directa estabelecida com a Macro Acção Políticas de Planeamento.

Finalmente, o Centro Histórico é um espaço com uma densidade de arquitectura monumental e museológica muito significativa, aspecto que dita a relação apresentada entre o Centro Histórico e os Activos Patrimoniais.



I) III - Posicionamento das Acções integradas na Macro Acção

A intervenção no Centro Histórico assume-se genericamente o carácter de estruturante, dado o impacte urbano e turístico que tem. Um conjunto de Acções acessórias assume um grau hierárquico menos elevado, sendo no entanto essenciais para o sucesso desta Macro Acção em concreto. Dada a complexidade e dimensão da intervenção projectada mas simultaneamente dada a premência da mesma, o prazo de implementação das Acções desta Macro Acção é de o Médio Prazo.



I) IV- Fichas Individuais das Acções

ACÇÃO 32 - Intervenção na Alta da Cidade			
GRAU DE PRIORIDADE	ESTRUTURANTE		
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="text-align: center;">PRAZO IMPLEMENTAÇÃO</td> <td style="text-align: center; background-color: #90c000; color: white;">MÉDIO PRAZO</td> </tr> </table>		PRAZO IMPLEMENTAÇÃO	MÉDIO PRAZO
PRAZO IMPLEMENTAÇÃO	MÉDIO PRAZO		
<u>Descrição</u>			
<p>Esta acção surge com o intuito de promover uma revitalização da zona alta da cidade. A mudança das instalações da Universidade de Coimbra para os Pólos II e III, mais modernos e com outras capacidades tecnológicas e logísticas, surgiu com o intuito de dotar aquela instituição de Ensino Superior dos meios necessários para se manter como uma instituição competitiva, com uma posição de referência no panorama do Ensino Superior Nacional e Internacional. No entanto este processo liberta uma área considerável de edifícios cuja ocupação deve ser rapidamente repensada de forma a não votar aquela zona ao abandono, transformando-a num pólo de marginalidade e exclusão social.</p> <p>Nesse sentido deverá ser levada a cabo uma intervenção integrada que faseadamente vá reabilitando e dotando aquela zona da cidade dos equipamentos necessários para a exploração turística e criação de novas zonas residenciais e de lazer. Esta intervenção passará pela:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Instalação de residências universitárias, através da recuperação de edifícios devolutos como é o caso do antigo hospital, o que contribuirá para a revitalização daquela zona ao mesmo tempo que tem uma função de inclusão social importante, na medida em que proporciona ao estudantes de Coimbra o acesso a condições de habitação condígnas. Neste ponto em particular cabe à UC e à CMC o papel de criar condições para que os estudantes mais carenciados tenham condições especiais de acesso a estes tipos de equipamentos; • Recuperação de conjuntos imóveis para condomínios de perfil integrado com a envolvente, o que permitirá atrair novos residentes e elevar o estatuto da zona, ao mesmo tempo que contribui para a sua revitalização. A criação destes espaços deverá ser acompanhada pela criação de espaços de lazer, como miradouros, jardins de proximidade e parques infantis; • Criação de espaços de estacionamento subterrâneos que deverão servir os moradores da zona permitindo libertar a superfície do automóvel, o que é consistente com a estratégia de condicionamento do tráfego automóvel; • Licenciamento de espaços de animação nocturna que poderão ser implementados em alguns dos edifícios libertados pela UC. Esta acção contribuirá para combater a desertificação, sobretudo nocturna, de algumas zonas da alta, evitando que se formem pólos de marginalidade e insegurança. • Constituição de equipamentos turísticos como pequenos hotéis de charme e respectivas valências de apoio como bares, esplanadas e restaurantes. Adicionalmente poderão ser criados percursos que aproveitarão pontos de interesse recuperados podendo por exemplo incluir o eixo que vai desde a Praça da República até à Porta Férrea, passando pelas escadas monumentais que deverão ser alvo de uma intervenção de recuperação. Deverá ainda ser criado um percurso que promova uma ligação entre a Alta e a Baixa da Cidade, que deverá incluir pontos de interesse como a Faculdade de Farmácia, Sé Velha, Palácio do Colégio Novo, Torre do Antão, Palácio de Sub-Ripas, escadas do Quebra Costas e Arco de Almedina. Finalmente poderão ser aproveitadas as casas onde viveram Zeca Afonso e Carlos Paredes para a criação de equipamento temáticos tipo casa-museu. <p>Esta é uma acção estruturante na medida em que permite associar a estratégia de cidade dinâmica, urbana e moderna a uma imagem renovada. Dada a complexidade da intervenção na medida em que muitos das zonas alvo de intervenção necessitam de passar por um processo de reestruturação e reabilitação a implementação da medida é apontada para o médio prazo.</p>			
<u>Implicação de não realização</u>			
<p>A não realização desta acção implica uma falha enorme ao nível da reabilitação urbana e coincidentemente ao nível da qualidade de vida, imagem de Marca e captação de turismo, o que é premente para a consecução da estratégia delineada para Coimbra.</p>			
<u>Entidades Envolvidas</u>			
<p>Câmara Municipal de Coimbra, Universidade de Coimbra; IPAR; Promotores Privados; Associação Académica de Coimbra; SRU</p>			

ACÇÃO 33 - Intervenção na Baixa da Cidade

GRAU DE PRIORIDADE

ESTRUTURANTE

PRAZO IMPLEMENTAÇÃO

MÉDIO PRAZO

Descrição

Esta acção é de extrema relevância na medida em que promove a reabilitação do Centro Histórico e dá a Coimbra uma valência importante no âmbito da atractividade turística que se pretende para a cidade. A requalificação é desencadeada pela intervenção originada pela implementação do Metro Ligeiro de Superfície, na medida em que serão necessárias intervenções estruturais originadas pelo desenho do traçado das linhas e estações.

Neste sentido sobressaem as intervenções propostas pela *Coimbra Viva SRU* que consistem em:

- Requalificação da oferta habitacional, conjugando valências comerciais com valências habitacionais, e elevação do perfil médio da oferta habitacional;
- Atracção e incentivo à fixação de novos residentes, nomeadamente famílias jovens e recém-licenciados;
- Dotação do pequeno comércio tradicional de condições para adequar a oferta às necessidades e os padrões de exigência dos novos residentes e da população flutuante (trabalhadores e visitantes) da zona;
- Reforçar a centralidade da Baixa através da manutenção equilibrada de alguns dos serviços ali existentes;
- Valorizar os equipamentos e estruturas de animação cultural, social e urbana;
- Requalificar e valorizar as praças a 8 de Maio e do Comércio através da introdução de mobiliário urbano moderno e adequado às novas utilizações a dar ao espaço;
- Reforçar a actividade e dinâmicas de animação urbana nocturnas através da implementação de equipamentos como esplanadas, bares e zonas de convívio;

Adicionalmente poderão ser consideradas intervenções que contribuam para atrair a população à Baixa e fomentem o Turismo Patrimonial e de *Short Break*:

- Pedonalização da Rua da Sofia e recuperação do conjunto de colégios, atribuindo-se a alguns destes funções hoteleiras e/ou comerciais);

- Criação de um eixo pedonal que reintegre Santa Clara Monumental como elemento constitutivo do Centro Histórico.

Adicionalmente a Câmara deverá introduzir uma reformulação do licenciamento urbano, acelerando os processos que tenham enquadramento nos objectivos acima enunciados, reduzindo os impostos municipais relativamente a situações de habitação jovem e introduzindo incentivos à integração de uma lógica de sustentabilidade (painéis solares, aproveitamento de águas residuais, e estruturas isolantes que preservem a energia, etc).

Esta acção deverá ser efectuada tendo em conta a candidatura do conjunto monumental da UC a Património Mundial da Humanidade.

Toda a intervenção prevista deve ter em conta a preservação das fachadas dos edifícios mantendo a traça original e preservando a imagem num ambiente tradicional com vivificação urbana e qualidade de vida. Esta é uma acção estruturante em todo este processo na medida em que o centro histórico constitui um pólo aglutinador da história, cultura e urbanidade de Coimbra, funcionando como "montra da Cidade". Dado o facto de que uma boa parte da intervenção ser despoletada pela implementação do Metro Ligeiro de Superfície, e de todas as implicações logísticas que uma intervenção deste género acarreta, a implementação desta acção deve ser realizada no médio prazo.

Implicação de não realização

A não realização desta acção inviabilizará claramente revitalização do Centro Histórico pondo em causa a salvaguarda da memória do passado de uma cidade, sem a qual é impossível criar um identidade.

Entidades Envolvidas

CMC; IPAR; Agência Promotora de investimento, Promotores Privados; SRU

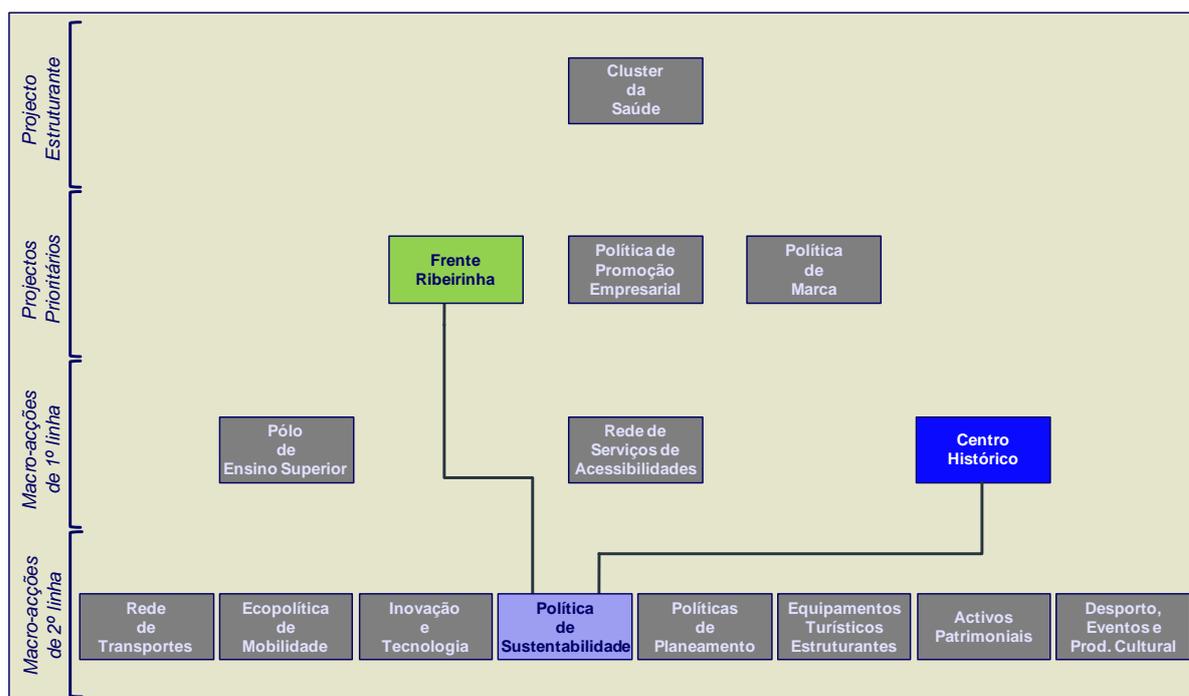
J. POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE

J) I – Descrição

Esta Macro Acção procura introduzir em Coimbra uma dinâmica ecológica e de sustentabilidade em termos de planeamento, em consonância com o definido pela Agenda XXI. Nesse sentido são definidas duas linhas de intervenção são definidas: por um lado a aposta na revitalização da mancha verde da Cidade e por outro a aposta numa política de licenciamento urbano alinhada com preocupações ambientais e de gestão de recursos.

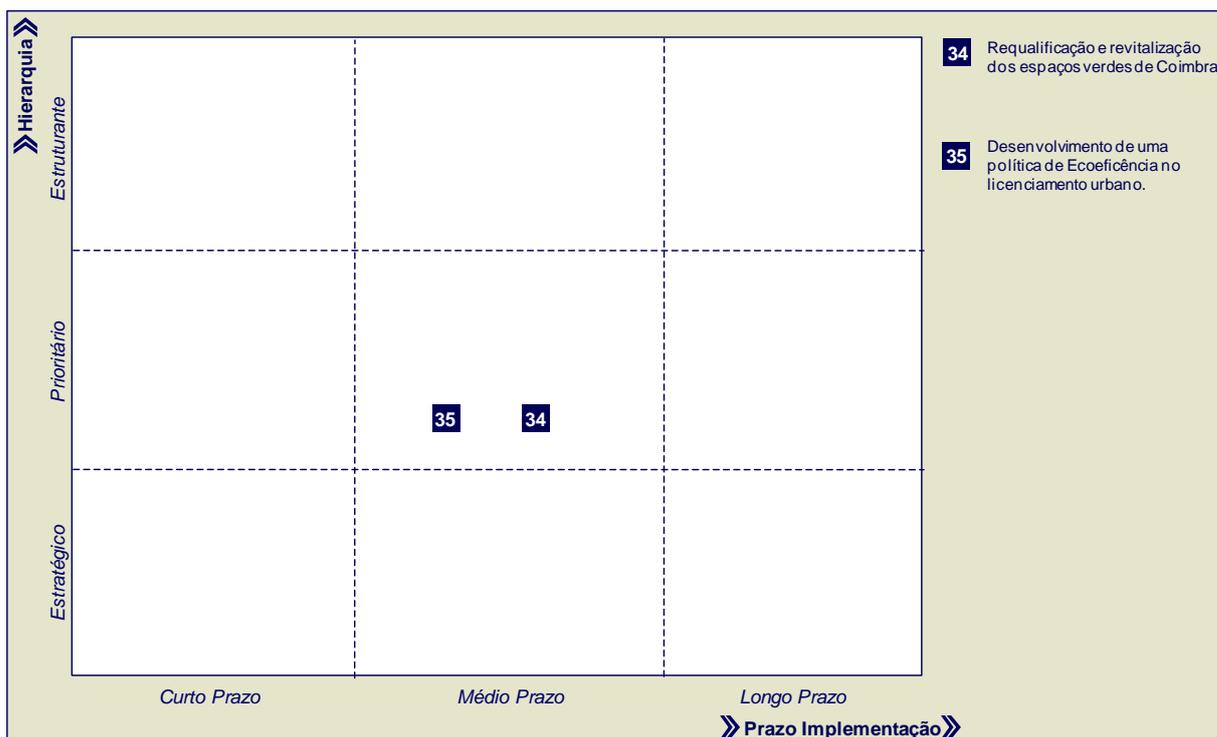
J) II - Posicionamento global da Macro Acção

A Macro Acção Política de Sustentabilidade apresenta relação directa com as Macro Acções Frente Ribeirinha e Centro Histórico. Enquanto relativamente à Frente Ribeirinha a relação é estabelecida por via da promoção do relacionamento entre o cidadão e os espaços verdes da Cidade, relativamente ao Centro Histórico o elo de ligação é estabelecido pela definição de um licenciamento urbano que promove os conceitos de sustentabilidade.



J) III - Posicionamento das Acções integradas na Macro Acção

As Acções integradas na Macro Acção assumem ambas uma natureza prioritária e de aplicabilidade no médio prazo. Isto decorre do facto de ambas as Acções terem um impacto significativo sobre o sucesso global do desenvolvimento de Coimbra, apesar de não se assumirem uma dimensão crítica face ao mesmo e pelo facto de não serem passíveis de uma implementação imediata.



J) IV- Fichas Individuais das Acções

ACÇÃO 34 – Requalificação e revitalização dos espaços verdes de Coimbra	
GRAU DE PRIORIDADE	PRIORITÁRIO
PRAZO IMPLEMENTAÇÃO	
MÉDIO PRAZO	
<u>Descrição</u>	
<p>Esta acção visa educação e aproximação da população aos espaços verdes da cidade num ambiente de usufruto saudável dos elementos naturais. A sua implementação visa uma abordagem sob três vertentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Requalificação e promoção do uso dos Parques. Zonas verdes com uma área considerável e grande densidade vegetativa. Funcionam como pulmão da cidade ou da zona urbana envolvente e o seu usufruto permite uma interacção mais próxima da natureza no seu estado bruto. O Choupal, o Vale de Canas, o Jardim de Santa Cruz (Sereia) e o Jardim Botânico inserem-se nesta tipologia de parques constituindo uma oferta dispersa deste tipo de equipamentos na cidade. <ul style="list-style-type: none"> ▪ O caso do Choupal é paradigmático de um espaço de excelência da cidade que se encontra subaproveitado e votado ao abandono, pois é um espaço com vegetação demasiado densa e fechado sobre si próprio, não constituindo um verdadeira ponto de atracção para a população de Coimbra. Assim aquele espaço deverá ter uma utilização mista, não deixando de ter a função de principal pulmão da cidade, mas podendo ser aproveitado como o espaço de lazer e de usufruto da população para a prática de desporto ou simples contacto com a natureza. ▪ No Parque de Santa Cruz, deverão ser incluídos equipamentos como um Casa de Chá e um parque infantil que permitam dar-lhe vida num ambiente de proximidade, combatendo o clima de insegurança existente naquela zona principalmente à noite. ▪ Em Vale de Canas e Jardim Botânico deverá ser feita uma intervenção de reordenamento, podendo ser criados percursos pedestres que no Jardim Botânico poderão incluir uma vertente didáctica com pontos de informação das espécies ali existentes. • Constituição de um “anel verde” no tecido urbano, com a requalificação do conjunto Penitenciária / Quartel de Santana em espaço com valências de parque urbano (integrando equipamentos culturais), permitindo desta forma um contínuo natural com posto adicionalmente pelo Parque Manuel de Braga, Parque Verde do Mondego, Jardim Botânico, Parque de Santa Cruz e Penedo da Saudade. • Criação de Jardins de Proximidade, este tipo de equipamentos são mais funcionais, inseridos na malha urbana da cidade, com a função de cortar o contínuo urbano e podendo ser utilizados como espaço de lazer ou para actividade desportivas. Estes equipamentos do género do Parque Linear do Vale da Flores, deverão ser criados nos Vales de Coselhas e Eiras e no conjunto ocupado pela Penitenciária e Quartel de Santana, promovendo o “anel verde” da cidade no seu tecido histórico. • Criação de espaços agrícolas urbanos nomeadamente, hortas urbanas que podem ter usos múltiplos como: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Espaços verdes, que permitem descongestionar o ambiente da cidade; ▪ Espaços de alimentação, que permitem obter alimentos de forma simples, rápida e segura; ▪ Espaços de economia, que permitem obter alimentos a preços inferiores a e assim aumentar a o rendimento disponível. <p>Adicionalmente, deve ser iniciada a recuperação e estabilização dos ecossistemas de fauna e flora das áreas periféricas à cidade, dos recurso hídricos e dos solos. Este tipo de medidas tem em vista a difusão de uma consciência ecológica e ambiental que se traduza num desenvolvimento sustentável para Coimbra.</p>	
<u>Implicação de não realização</u>	
A não realização desta acção implica a não consecução de um dos vectores da estratégia definida que se refere às dinâmicas social e ambiental, dificultando desta forma a correcta execução do projecto e inviabilizando o alcance da visão definida.	
<u>Entidades Envolvidas</u>	
CMC; Promotores privados	

ACÇÃO 35 – Desenvolvimento de uma política de Ecoeficiência no licenciamento urbano

GRAU DE PRIORIDADE

PRIORITÁRIO

PRAZO IMPLEMENTAÇÃO

MÉDIO PRAZO

Descrição

A consciência cada vez mais global da necessidade de mudar comportamentos e mentalidades no que diz respeito à sustentabilidade ambiental e ecológica, leva à necessidade de incentivar e fomentar um modo de vida ecoeficiente e amigo do ambiente.

Assim, esta acção visa implementar uma redefinição do licenciamento urbano que fomente a ecoeficiência energética através das seguintes medidas:

- Implementação de incentivos a nível do IMI relativamente a edifícios que apresentem aproveitamento energético;
- Introdução de mecanismos de reutilização de águas, utilização eficiente da energia (ecoeficiência);
- Colocação de sensores de ocupação nos espaços comuns do edifício e no exterior;
- Instalação de painéis solares térmicos para aquecimento de águas sanitárias e painéis fotovoltaicos na cobertura ou na fachada a Sul dos edifícios;
- Uso de equipamentos com melhor rendimento energético, como por exemplo lâmpadas fluorescentes ao invés de incandescentes.

Adicionalmente, a Câmara municipal de Coimbra deverá fomentar o aproveitamento do clima regional para adequação do ambiente de locais que lugares com vento ou grande incidência solar por exemplo podem ter construções que utilizem esses recursos naturais para produção energética.

Caberá também à CMC a responsabilidade de zelar pelo cumprimento das normas estabelecidas no âmbito do Sistema Nacional de Certificação Energética e da qualidade do ar no Interior dos edifícios, através da obrigatoriedade de apresentação do certificado energético dos edifícios, tanto para os novos, como para os que sejam vendidos ou alugados.

Esta é uma acção que devido ao impacto que tem na alteração de consciências e na definição da tipologia urbanística das novas zonas de expansão habitacional, deve ser executada com carácter prioritário.

Implicação de não realização

A não realização desta acção, não pondo em causa, dificulta e atrasa a implementação de uma consciência cívica ecológica por parte do colectivo dos cidadãos.

Entidades Envolvidas

CMC; Promotores Privados; Associações Ambientais.

K. POLÍTICAS DE PLANEAMENTO

K) I – Descrição

O desenvolvimento de uma Política de Ordenamento Territorial para Coimbra é factor crucial para o sucesso de uma estratégia de longo prazo. Desta forma, a implementação de uma série de instrumentos de planeamento revela-se como necessária de forma a assegurar o desenvolvimento policêntrico da cidade, a partir da sua centragem no Rio e com um crescimento ordenado e planeado na periferia urbana. No fundo, pretende-se assegurar um crescimento programado da Cidade, que elimine progressivamente situações de desequilíbrio demográfico onde coexistam zonas sobredensificadas em oposição a vazios urbanos.

Este planeamento urbano deverá apresentar algumas linhas chave de orientação:

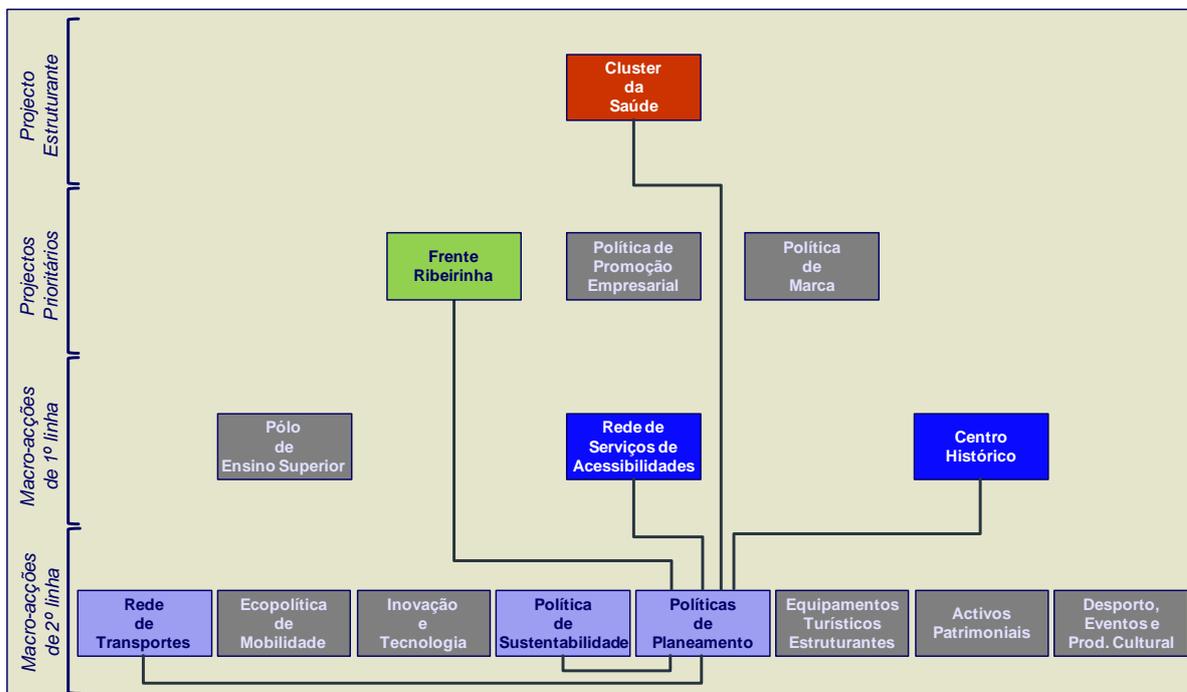
- Definição clara das linhas de expansão futura do tecido urbano;
- Implementação de uma política de solidariedade e coesão social por via da intervenção urbana;
- Configuração de algumas Marcas Territoriais que sirvam a política de Marca definida para Coimbra;
- Desenvolvimento e aplicação de instrumentos de planeamento formais.

K) II - Posicionamento global da Macro Acção

A Macro Acção Políticas de Planeamento apresenta relações directas com um número significativo de outras Macro Acções definidas neste Plano Estratégico, sendo de destacar a ligação com:

- Cluster da Saúde – no âmbito da Macro Acção Cluster da Saúde está configurada a constituição de um Centro de Conhecimento da Saúde, espaço que se pretende que se assuma como Marca Territorial, precisamente um dos aspectos integrantes desta Macro Acção;
- Frente Ribeirinha – sendo a centragem da Cidade em torno do Rio uma dos grandes objectivos do planeamento urbano, a relação entre as duas Macro Acções surge como óbvia;
- Rede de Serviços de Acessibilidades – uma das linhas de expansão urbana mais óbvia regista-se ao longo das principais acessibilidades ao Centro, motivo pelo qual deverá existir

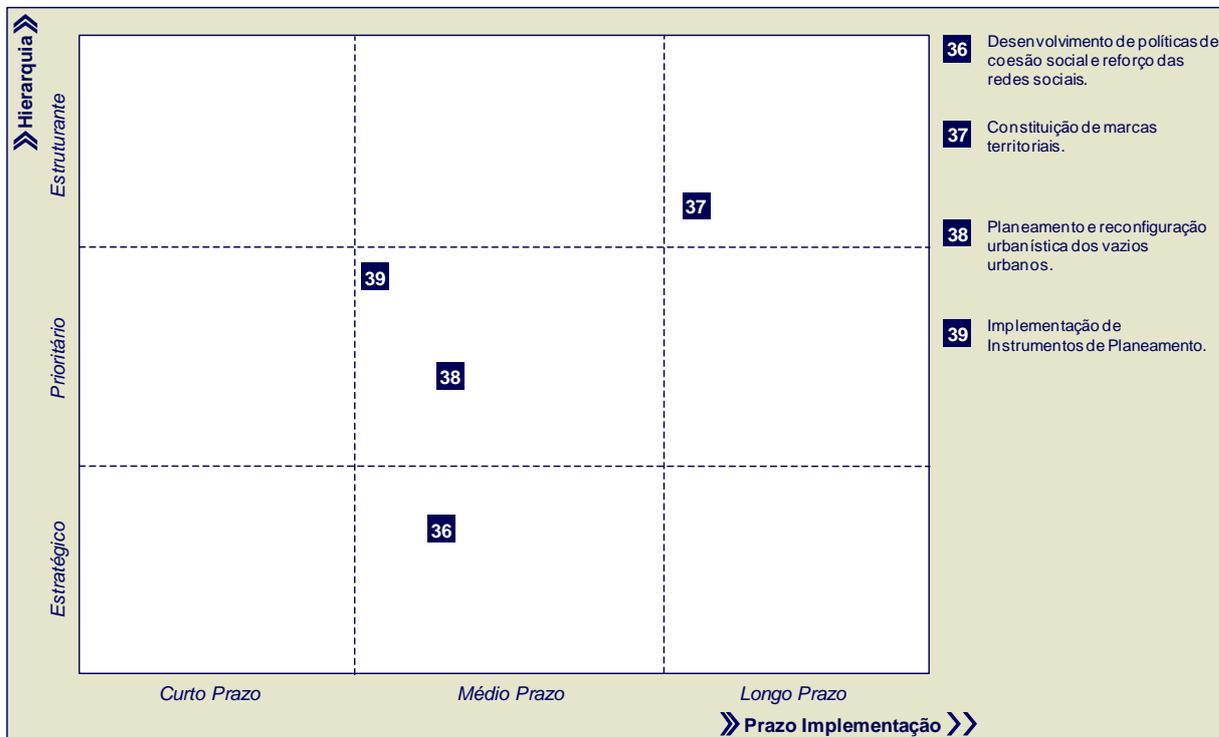
uma profunda reflexão planificadora relativamente ao desenho dos acessos à Cidade tendo em conta o seu crescimento demográfico;



- Centro Histórico – uma das linhas de intervenção no Centro Histórico será a recuperação urbana numa óptica de reforço da coesão social, abordagem igualmente contemplada na Macro Acção Políticas de Planeamento;
- Rede de Transportes – a consolidação urbana ao longo de linhas de metropolitano é um dos processos de densificação demográfica mais comumente observados nos Pólos urbanos que adoptam este meio de transporte, situação que implica a análise prévia do potencial impacte em Coimbra da sua adopção;
- Política de Sustentabilidade – a própria definição das linhas de crescimento da mancha urbana obedece a pressupostos de sustentabilidade no longo prazo e respeito pelos activos ecológicos da Região.

K) III - Posicionamento das Acções integradas na Macro Acção

Pela própria natureza da Macro Acção, de planeamento da Cidade no seu longo prazo, a maioria das Acções que estão consideradas nesta Macro Acção apresentam uma natureza estruturante / prioritária. Dado serem processos que envolvem um nível significativo de reflexão a sua implementação deverá ser projectada para o médio / longo prazo.



K) IV - Fichas Individuais das Acções

ACÇÃO 36 - Desenvolvimento de políticas de coesão social e reforço das redes sociais	
GRAU DE PRIORIDADE	ESTRATÉGICO
PRAZO IMPLEMENTAÇÃO	MÉDIO PRAZO
<p><u>Descrição</u></p> <p>A Câmara Municipal de Coimbra tem vindo a assumir uma filosofia de reforço da coesão social com o contínuo suporte dos instrumentos e organismos de apoio existentes como elementos essenciais para a integração dos diversos sectores da sociedade. Nesse sentido o surgem medidas para promover a coesão social no município seja através de políticas que impliquem o apoio a instituições com um importante papel na sociedade ao nível do apoio às populações, seja com uma intervenção directa de apoio, assumindo particular destaque o desenvolvimento de habitações sociais.</p> <p>O desenvolvimento da habitação social pretende valorizar a qualidade de vida da população mais carenciada do Município. Esta política não se deve encerrar na habitação, esta deve servir de ponto de partida a um processo global de melhoria da qualidade de vida dos municípios numa tipologia evolutiva (e não <i>low cost</i>) e apostando na sua integração em diversos pólos de expansão da cidade (e não na sua concentração nos chamados bairros sociais), fazendo coincidir a melhoria das condições de alojamento, com a melhoria das condições envolventes aos conjuntos habitacionais, por forma a criar nos moradores, através de uma participação activa destes, uma identificação positiva com o conjunto habitacional onde habitam. Assim, a Câmara deve fomentar o desenvolvimento de habitação social, através da criação de habitação a custos controlados para famílias jovens e carenciadas ou através do apoio, em conjunto com a divisão de acção social da Universidade de Coimbra, ao alojamento dos estudantes carenciados em residências universitárias condignas, ao contrário do que acontece actualmente com a oferta disponível na Alta da cidade.</p> <p>Relativamente ao apoio dado a instituições da região salienta-se a importância das seguintes entidades com importância crítica sobretudo na óptica da prevenção / mitigação dos riscos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Corporações de Bombeiros - face à vasta mancha florestal da envolvente ao tecido urbano, são um meio fundamental na prevenção e combate aos incêndios florestais, procurando evitar cenários como o ocorrido no Verão de 2005; • Protecção Civil - face ao potencial de cheias do Mondego ainda que a construção da Barragem da Agueira tenha ajudado a diminuir esse risco, como ficou patente no Inverno de 2001; • Cruz Vermelha – Dado a acção importante da sua área de acção social no apoio a idosos e dependentes, nomeadamente na prestação de cuidados institucionalizados e no domicílio, no empréstimo de ajudas técnicas e na disponibilização de transportes adaptado para pessoas com dificuldades de mobilidade. <p>Esta acção dados os condicionalismos que a sua implementação apresenta deverá ser considerada no médio prazo.</p>	
<p><u>Implicação de não realização</u></p> <p>Esta é uma acção estratégica, o que implica que a sua não realização reduz marginalmente a capacidade de concretizar a Visão proposta para Coimbra.</p>	
<p><u>Entidades Envolvidas</u></p> <p>CMC; UC; Corporações de Bombeiros; Cruz Vermelha, Protecção Civil; Entidades Privada; Instituto de Emprego; Instituto da Segurança Social</p>	

ACÇÃO 37 - Constituição de Marcas Territoriais

GRAU DE PRIORIDADE

ESTRUTURANTE

PRAZO IMPLEMENTAÇÃO

LONGO PRAZO

Descrição

Esta acção incorpora uma visão para o Planeamento Urbano de Coimbra, numa dinâmica de consolidação de Marca da Cidade de Coimbra, através da construção de estruturas chave emblemáticas com imagem arquitectónica distintiva que divulgue uma atitude de dinamismo, modernidade e inovação. A sua realização passa pelas seguintes unidades arquitectónicas:

- **Criação das Portas da Cidade.** A instalar na zonas de entrada da cidade, em Bencanta, Cruz de Morouços, Portela e Casa do Sal. Este tipo de infra-estrutura, à semelhança com o que acontece em Madrid com as Portas de Alcalá, Sol e Toledo, pretende-se que cause um impacto a quem entra em Coimbra na medida em que representa primeiro contacto do visitante com a cidade, muito importante na forma como irá formular a sua percepção. Esta infra-estrutura dará ainda um importante auxílio na medida em que poderá servir der ponto de referência na orientação do visitante na cidade.
- **Edifício Judicial.** A projecção deste equipamento na Baixa da Cidade permitirá que este funcione como o espaço âncora, permitindo fazer renascer toda aquela zona nomeadamente através da sua arquitectura, e da imagem que pretende passar, preservando de uma forma renovada a Coimbra como o *Domus Iustitiae*.
- **Centro de Conhecimento da Saúde.** A construção desta infra-estrutura de carácter lúdico e didáctico irá reforçar a imagem de Coimbra como Cidade de Conhecimento e Inovação ao nível da Saúde, assumindo -se ainda como um foco de atracção turística e um marco arquitectónico de referência para a cidade. Deverá apresentar uma arquitectura arrojada e moderna, idealmente projectada por um arquitecto de renome internacional, que possa por si só atrair a curiosidade de turistas. A estrutura a criar deverá causar um impacto, à escala, do que acontece com o museu *Guggenheim* em Bilbao, *Futuroscope* em Poitiers ou Casa da Música no Porto contribuindo para o processo de formação de imagem e de reestruturação urbanística na zona onde for implementado.

A execução desta acção terá um impacte importante ao nível da formação da identidade de Coimbra, devendo ser tida em conta no âmbito da Política de Marca, e ser consistente com a estratégia definida para a criação de uma Marca de Coimbra. Nesse sentido, a criação de Marcas Territoriais é estruturante para a definição estratégica de Coimbra, contudo dados os condicionamentos logístico inerentes à dificuldade de realização, a sua implementação deve ser considerada no longo prazo.

Implicação de não realização

Dado o impacte que as medidas referentes a esta acção terão para a formação da identidade da cidade de Coimbra, a sua não realização dificultará o alcance da visão estratégica definida.

Entidades Envolvidas

CMC; Ministério da Justiça; Promotores Privados; Estradas de Portugal

ACÇÃO 38 – Planeamento e reconfiguração urbanística dos vazios urbanos

GRAU DE PRIORIDADE

PRIORITÁRIO

PRAZO IMPLEMENTAÇÃO

MÉDIO PRAZO

Descrição

Esta acção visa o aproveitamento de vazios urbanos existentes em Coimbra, áreas urbanas não consolidadas (franjas territoriais do Plano de Urbanização) e vazios urbanos com intervenções urbanas ainda não definidas. Vazios Urbanos são aqui entendidos no seu sentido lato, ou seja, espaços urbanos desprovidos de ocupação territorial ou de uso não só no momento presente mas também com essa natureza latente no curto / médio prazo.

A intervenção passa pela requalificação, promovendo o usufruto desses espaços pela população, criando novos pólos de centralidade através do licenciamento de unidades habitacionais ajustadas ao volume urbanístico da envolvente e implementando um prolongamento geográfico com novas zonas verdes e unidades lúdicas de apoio à população (parques infantis e polidesportivos).

Os locais cuja intervenção é mais premente são:

- **Guarda Inglesa** - dado o processo de intervenção urbana iniciado no quadro do Programa POLIS, a intervenção neste espaço revela -se essencial. Assume aqui particular destaque a definição de usos /requalificação do Estádio Universitário e o condicionamento de tráfego na zona, à luz quer da intervenção na Frente Ribeirinha, quer da construção do IC2 como instrumento de esvaziamento de tráfego da Rua da Guarda Inglesa e da Avenida de Conímbriga. Será também importante uma correcta definição do licenciamento habitacional nesta zona sob o binómio combate da desertificação nocturna / condicionamento de potenciais pólos de sobredensificação;
- **Pontos de Acesso a Coimbra (“Portas” da Cidade)** – os acessos a Coimbra deverão ser objecto de uma cuidada intervenção urbana dado o seu triplo impacto a nível da Acessibilidade, do Urbanismo e da Imagem de Marca;
- **Zona Industrial da Pedrulha** – após o processo de desindustrialização do Município registado nas décadas de '80 e '90, esta zona da Cidade apresenta hoje um número muito significativo de imóveis de natureza industrial devolutos. A intervenção deverá passar pela implementação do projecto “Anel da Pedrulha”, tornando este espaço uma zona habitacional por excelência e promovendo desta forma uma expansão planeada e ordenada do tecido urbano da Cidade.
- **Vale de Coselhas** – face à potencial reconfiguração do acesso Norte a Coimbra e uma consequente intervenção de rearranjo urbano na Casa do Sal, a definição do Vale de Coselhas como parque linear faz tanto mais sentido numa abordagem integrada de todo o conjunto;
- **Vale da Arregaça** – existe a necessidade de implementar o Plano de Pormenor que esta zona já detém, particularmente a articulação deste espaço com o Parque Verde do Mondego (numa perspectiva de criação de um corredor verde natural), o desenvolvimento do parque desportivo do clube União de Coimbra e a integração da linha do Metro Ligeiro de Superfície neste espaço;
- **Conjunto Penitenciária / Quartel de Santana** - relativamente à Penitenciária está já em curso o processo para a sua deslocalização para a Freguesia do Botão. As soluções alternativas para ocupação daquele espaço até agora geradas em discussão pública são a sua transformação em Observatório Cultural, em Biblioteca Universitária ou em espaço para actividades lúdicas sob gestão da AAC. A intervenção sobre a Penitenciária terá obrigatoriamente de ser levada a cabo em conjunto com a intervenção sobre o Quartel de Santana no sentido de ser criado um anel verde no Centro Histórico de Coimbra.

Esta é uma acção com carácter prioritário dado que visa a optimização dos níveis de qualidade de vida, bem -estar e satisfação dos cidadãos de Coimbra. A sua realização deve ser considerada no médio prazo, dadas as condicionantes inerentes à sua implementação.

Implicação de não realização

Sendo importante na medida em permite aproveitar espaços subaproveitados na cidade, a implicação de não realização desta acção terá um efeito negativo na estrutura base do projecto estratégico, nomeadamente a nível da reformulação urbana da Cidade.

Entidades Envolvidas

CMC; AAC; Promotores privados; União de Coimbra; Estradas de Portugal; EMGFA; Ministérios da Justiça, Administração Interna e Defesa

ACÇÃO 39 – Execução dos Instrumentos de Planeamento

GRAU DE PRIORIDADE

PRIORITÁRIO

PRAZO IMPLEMENTAÇÃO

MÉDIO PRAZO

Descrição

A implementação de um processo de intervenção urbana deverá ser feita tendo como suporte e linha de rumo um conjunto de instrumentos de planeamento urbano. O desenvolvimento de uma política de urbanismo desprovida de um conjunto de documentos orientadores relativamente à implementação operacional da mesma coloca seriamente em causa o seu sucesso.

Desta forma e no contexto do conjunto de intervenções urbanas integradas no Plano Estratégico convém destacar a importância dos seguintes instrumentos:

- **Plano Director Municipal** – actualmente em processo de revisão; é por definição o instrumento fundamental de ordenamento do território municipal e do desenvolvimento económico e sócio-cultural de um concelho;
- **Plano de Urbanização** - documento em formulação e que se pretende que esteja em conexão com o Plano Estratégico, é um instrumento de planeamento de nível inferior ao Plano Director Municipal e que tem como principal objectivo definir o Planeamento Urbano de um dado aglomerado urbano;
- **Planos de Pormenor** - documentos que pretendem detalhar o Plano de Urbanização para zonas delimitadas da Cidade (como é exemplo o Plano de Pormenor já elaborado para o Vale da Arregaça);
- **Plano de Deslocações Urbanas** – plano que pretende mapear o conjunto de deslocações registadas em Coimbra, quer numa óptica de entrada e saída no tecido urbano quer numa óptica de deslocações registadas dentro do próprio perímetro urbano, partindo daí para o planeamento de uma mobilidade sustentável do município.

Para além dos instrumentos de natureza essencialmente urbanística, um conjunto de outras ferramentas de planeamento devem estar formuladas e à disposição das entidades operacionalmente responsáveis pela execução da Política de Planeamento. Assim podem-se destacar:

- **Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo** – plano recentemente concluído, giza toda a estratégia referente ao desporto como actividade de lazer e inclusão social, subordinado aos vectores “Planificação”, “Formação”, “Construção” e “Promoção”. Este documento ganha especial relevância em Coimbra face ao investimento muito significativo feito no Município em equipamentos desportivos nos últimos anos (onde se incluem o Estádio Municipal, o Complexo de Piscinas ou o Estádio Sérgio Conceição);
- **Carta Social** – concluído em 2006, procura definir a estratégia de solidariedade e coesão social do município, definindo um conjunto de 8 vectores de diagnóstico e de intervenção;
- **Carta Educativa do Município** - constitui um instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer e tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socio-económico do Município de Coimbra; Salienta-se a necessidade de face à conclusão do Plano Estratégico e Plano de Urbanização do Município, um número adicional de instrumentos de Planeamento serem elaborados;
- **Plano de Actividades do Turismo de Coimbra** – definindo-se os grandes vectores estratégicos de promoção turística de Coimbra, em particular indicando:
 - Segmentos alvo a atingir (a título de exemplo: Turismo MICE, Health Tourism, Turismo Patrimonial, Turismo de Short Break)
 - Entidades chave envolvidas e actuação de cada uma (Empresa Municipal do Turismo, promotores privados ligados à restauração e hotelaria, IPPAR, etc)
 - Plano hierarquizado e temporalmente definido das Acções a levar a cabo
- **Carta Caracterizadora da Marca Coimbra** – a ser implementada após conclusão do estudo de mercado e de marca, devendo estar elencadas as regras específicas para o uso da Marca, quer a nível do próprio do design quer a nível do contexto do uso da Marca. Tão importante quanto a elaboração do conjunto de instrumentos de planificação acima elencados, será a sua efectiva aplicação numa Política integrada de Planeamento, definindo-se claramente os responsáveis operacionais pela execução de cada um e o conjunto de intersecções que os mesmos apresentam naturalmente entre si. Igualmente crítico será as entidades responsáveis encararem este s instrumentos como veículos de auxílio à prossecução dos objectivos que sectorialmente os mesmos se propõe. Os diversos Planos e Cartas nunca deverão ser vistos como fins em si mesmo ou obstáculos processuais ao desenvolvimento do Município e da Região.

A não realização desta acção dificultará significativamente um desenvolvimento planeado da Cidade dada a inexistência de instrumentos alternativos que auxiliem sectorialmente a execução dos Objectivos Estratégicos.

Entidades Envolvidas

CMC;

L. POLÍTICA DE MARCA

L) I – Descrição

A criação de uma marca é uma ferramenta que pode ser usada por Coimbra para definir-se e atrair atenção positiva, através de um processo estratégico para o desenvolvimento da visão a longo prazo que é relevante na persuasão de um *target* chave.

É possível associar facilmente a Cidade de Coimbra a lugares físicos, naturais e patrimoniais interessantes e a uma dimensão cultural e histórica única contudo o seu posicionamento tem uma conotação excessivamente histórica e demasiado dependente da Universidade e da sua ligação à Saúde.

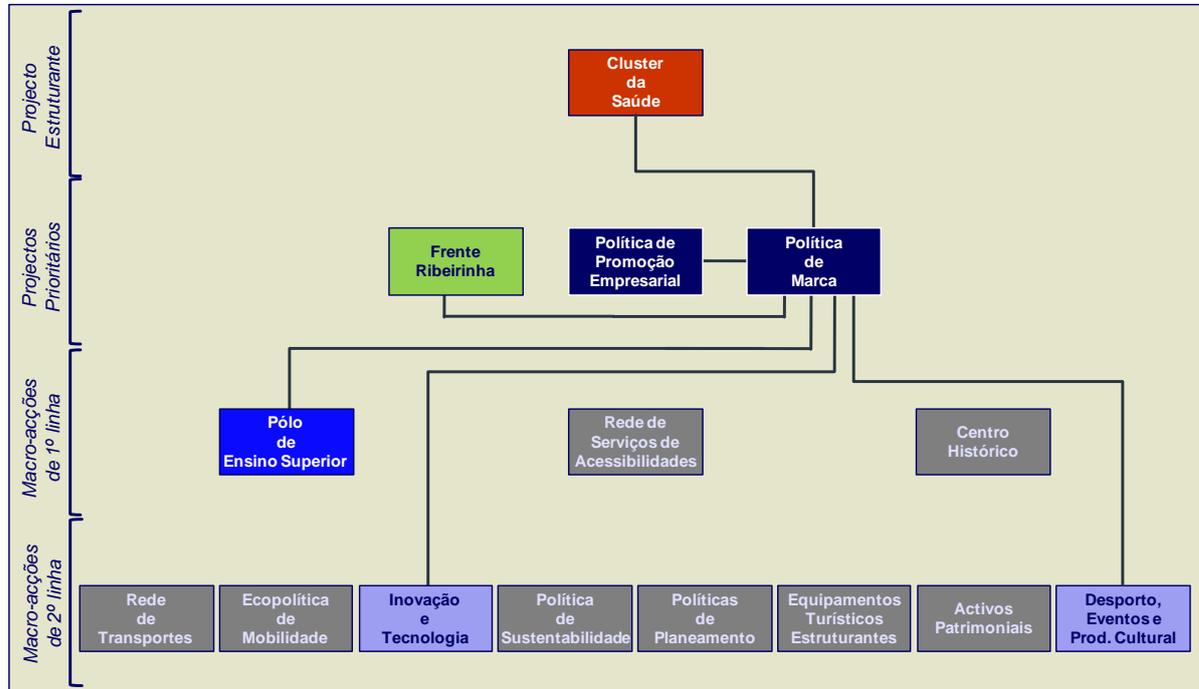
A proposta de intervenção no âmbito desta acção visa essencialmente potenciar a Marca Coimbra, o que passa então pela associação das mais-valias actuais a uma imagem dinâmica que congregue os vectores de Inovação, Conhecimento, Tecnologia, Desporto e Sustentabilidade trazendo estas valências para um contexto de modernidade e cultura urbana contemporânea, aproveitados no âmbito da exploração da actividade turística e da atractividade empresarial.

Efectivamente o processo passa por, preservando e valorizando o importante legado histórico-cultural da cidade, promover uma reformulação urbana da Cidade, assente no posicionamento de símbolos que promovam integração da modernidade e urbanismo com o acervo patrimonial histórico.

A consistência da afirmação da marca Coimbra passará pela eficácia no modo como será feita a comunicação com os agentes corporativos (nacionais e internacionais) bem como com o mercado potencial em geral. Neste sentido, revela-se fundamental a exploração de diferentes canais de comunicação, com especial ênfase no uso da Web como meio privilegiado, dado o seu carácter democrático e aglutinador.

L) II - Posicionamento global da Macro Acção

O desenvolvimento de toda a comunicação do Projecto Estratégico passa pela constituição e definição da Marca, tendo esta um impacte transversal a todas as áreas envolvidas no Plano. Assim, é possível associar a definição da imagem de marca de Coimbra a 6 macro acções que representam características centrais na identidade da cidade.



Um dos distintivos da marca Coimbra surge através da associação da Saúde ao Turismo, duas linhas de força chave na estratégia de desenvolvimento para a região. Estes dois vectores estão associados nomeadamente através do turismo MICE, à realização de eventos e convenções e do turismo “Health & Wellness, através da prestação de cuidados de saúde e bem estar pelas unidades especializadas da região.

Outra dimensão importante na construção da identidade de Coimbra surge com a sua capacidade de atracção e densificação do tecido empresarial da região, através da projecção da marca Coimbra enquanto Cidade líder no investimento nas novas tecnologias e na aposta em inovação e ciência, com uma base de suporte significativa por parte do Pólo de Ensino Superior e apostada em desenvolver e apoiar iniciativas empreendedoras.

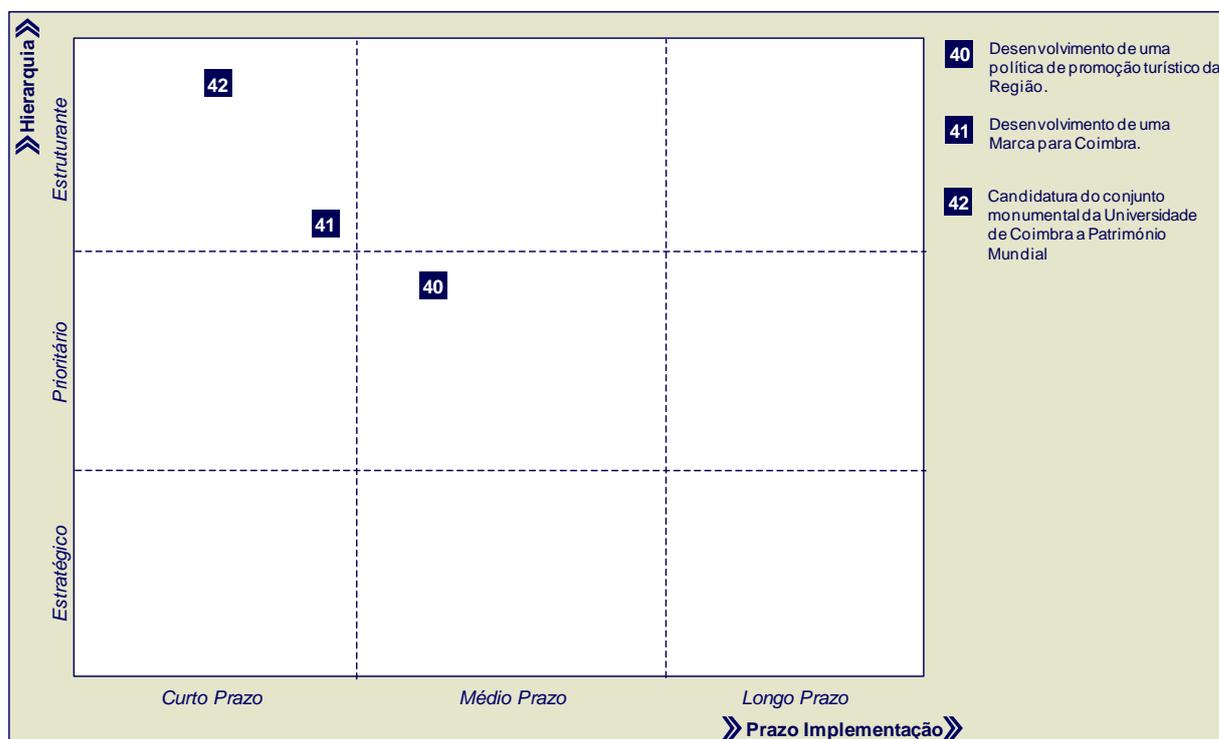
Noutra vertente, a conversão da frente Ribeirinha numa montra privilegiada de uma “nova” Coimbra, através da revitalização daquele local e construção de novos equipamentos estruturais, marcará de forma significativa a capacidade promocional da cidade como elemento nacional para as tipologias de Turismo de “Short Break” e Turismo Histórico, projectando Coimbra como uma região urbana e moderna. Esta dinâmica cultural surge naturalmente associado à realização de um conjunto assinalável de eventos que actualmente tomam lugar ou à potenciação de um conjunto de equipamentos recentemente criados ou projectados para o efeito. Efectivamente, entre a intemporalidade do edifício histórico que marcam a paisagem e a ocupação lúdica dos espaços, em

tempo real, desenvolvem-se dinâmicas que contribuem para a evolução e expressão de uma cidadania moderna. É essencialmente neste último ponto que se centra o âmbito de actuação desta macro acção

L) III - Posicionamento das Acções integradas na Macro Acção

O desenvolvimento da imagem de Marca de Coimbra tem uma importância prioritária e até estruturante ao nível da consecução do projecto estratégico na medida em que a notoriedade externa e interna do nome Coimbra contribui activamente para a consecução da visão gizada para Coimbra nos seus diversos vectores, nomeadamente no que diz respeito à atractividade empresarial, desenvolvimento do Turismo e notoriedade do Cluster da Saúde e Pólo de Ensino Superior.

Por se tratarem de acções de planeamento e não de execução, na generalidade, esta macro acção tem um prazo de implementação relativamente reduzido.



L) IV- Fichas Individuais das Acções

ACÇÃO 40 - Desenvolvimento de uma política de promoção turística da Região	
GRAU DE PRIORIDADE	PRIORITÁRIO
PRAZO IMPLEMENTAÇÃO	MÉDIO PRAZO
<p><i>Descrição</i></p> <p>O posicionamento da Marca Coimbra depende da estratégia definida para o turismo da Região, concretamente na Cidade, pelo que é essencial integrar e promover parcerias entre a Empresa Municipal de Turismo e os diversos <i>players</i> do sector do turismo da região. Este processo passa pela captação de investimento privado com vista ao desenvolvimento de projectos que visem a alavancagem do turismo em Coimbra.</p> <p>A dinamização e apoio à Empresa Municipal de Turismo, tem um carácter estratégico, dado que esta tem por objectivo promover, de forma sustentada, actividades com vista ao aumento da procura turística de Coimbra. As suas funções básicas passam por:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover a realização de convenções, congressos, nacionais e internacionais, em Coimbra; • Gestão de instalações e equipamentos de interesse turístico e patrimonial; • Criação de projectos de animação dos activos de interesse turístico; • Desenvolver projectos de promoção cultural; • Ser parceiro colaborante na definição das políticas do sector; • Adequação das estruturas e serviços à oferta e procura turística e o apoio a iniciativas privadas nesse sector; • Desenvolvimento do portal www.coimbraturismo.pt; • Criação de uma linha de <i>merchandising</i>; <p>Esta é uma acção prioritária na medida em que determina a política de promoção e comunicação do turismo de Coimbra, sendo o elemento necessário para assegurar que as potencialidades de Coimbra são efectivamente aproveitadas na exploração turística</p> <p><i>Implicação de não realização</i></p> <p>A não realização desta acção leva a uma falha na comunicação externa das potencialidades de Coimbra, pondo em causa um dos pólos de geração de receitas para a Cidade, fundamental na consecução do projecto estratégico. Adicionalmente toda a política de desenvolvimento de uma Marca de Coimbra não será alavancada.</p> <p><i>Entidades Envolvidas</i></p> <p>CMC; Empresa Municipal do Turismo; Entidade Autónoma promotora</p>	

ACÇÃO 41 - Desenvolvimento de uma Marca para Coimbra

GRAU DE PRIORIDADE

ESTRUTURANTE

PRAZO IMPLEMENTAÇÃO

CURTO PRAZO

Descrição

A estratégia de *Branding* da cidade de Coimbra deverá passar pela inclusão no processo de empresários, líderes de movimentos cívicos, representantes dos diversos sectores da sociedade, associações de turismo, instituições culturais, universidades, líderes partidários e governantes. A sua implementação deverá envolver os seguintes passos:

- **Definição de objectivos e resultados a alcançar** – O objectivo da criação da marca Coimbra é o de mudar a percepção vigente, atrair visitantes, impulsionar o comércio e actividade empresarial. Nesta fase há que delimitar convenientemente o *scope* da intervenção, demarcando o que deverá ser feito através de um estudo de mercado e de uma análise *benchmark*.
- **Definição do *target*** – Definir o público alvo da marca, qual o tipo de pessoas que se pretende atrair tanto para turismo como ao nível da retenção de novos residentes e de novos investidores. Para isso dever-se-á compreender alguns aspectos que ajudarão a definir o *target* como as necessidades que estas pessoas e empresas procuram suprir numa cidade e perceber se Coimbra pode suprir essas necessidades.
- **Identificar a actual Imagem de Marca da Cidade** – Perceber, através de questionários prospectivos, a forma como Coimbra é percebida pelas pessoas que compõem o *target* definido, para que se possa avaliar o hiato entre o status quo e a visão proposta. Este será o *gap* que o novo posicionamento de Coimbra deverá fechar.
- **Definir a imagem desejada** – Definir o posicionamento da marca, como se pretende atingir, o que deve ser exequível e credível. A imagem desejada deverá estar associada a uma cidade que se desenvolve de forma sustentável à volta do triângulo composto pelos vértices da Saúde, Inovação Tecnológica e Dinâmica Empresarial, preservando a sua história e património cultural integrados numa realidade moderna e urbana.
- **Desenvolver a estratégia** – Nesta fase deverá ser implementado um plano de marketing abordando todos os pontos de contacto entre o *target* e a marca. Estes pontos podem incluir um vasto espectro de elementos tais como a zona ribeirinha, zona histórica, activo patrimonial, zonas pedonais e todas as valências que oferecem mas também brochuras, websites, *merchandising*, eventos culturais e desportivos, *media* e inclusive a atitude dos residentes.
- **Avaliação da implementação** - A estratégia de *Branding* para Coimbra não se encerra na execução do plano uma vez que a implementação deverá ser medida ao longo do tempo através de monitorização e medição das actividades de marketing e de promoção da marca, através de questionários efectuados a elementos chave do *target* percebido, e dos efeitos que a marca tem no desenvolvimento empresarial, através do cruzamento de métricas de implementação da marca com métricas de desempenho económico e desenvolvimento comunitário.

A operacionalização desta estratégia deverá passar pela criação de uma **Entidade Autónoma Promotora** da Marca Coimbra, organismo que será responsável pela realização e acompanhamento da implementação do projecto de Marca de Coimbra sendo responsável pelo seguimento de todo o processo operacional, fazendo a ligação com as entidades e empresas directa ou indirectamente envolvidas no processo. Adicionalmente, a entidade promotora da Marca deverá trabalhar em conjunto com Empresa Municipal do Turismo e a Agência para a Captação de Investimento no sentido de definir necessidades estruturais existentes ao nível do Turismo, elaborar um plano de intervenção para o Turismo e captar fundos de entidades privadas e públicas.

A correcta implementação de uma Marca de Coimbra e a consistência desta para com o plano estratégico a desenvolver em Coimbra, depende da eficiente realização das acções estruturantes de Macro Acções transversais a todos os vectores de implementação. Esta é uma acção prioritária que dada a transversalidade em relação ao projecto deverá ser implementada a curto prazo.

Implicação de não realização

A não realização desta acção põe em causa a estrutura do projecto uma vez que a atractividade da cidade em relação às empresas, turistas e consumidores de serviços de saúde depende muito de uma boa comunicação da marca e identidade da empresa.

Entidades Envolvidas

CMC; Entidade Autónoma Promotora da Marca; Agência de Captação de Investimento; Universidades; Líderes de opinião

ACÇÃO 42 - Candidatura do conjunto monumental da Universidade de Coimbra a Património Mundial da UNESCO

GRAU DE PRIORIDADE

ESTRUTURANTE

PRAZO IMPLEMENTAÇÃO

CURTO PRAZO

Descrição

A candidatura do conjunto monumental da Universidade de Coimbra surge com o intuito de promover a cidade que, apesar de apostar forte na liderança nas áreas de Tecnologia; Saúde e Ciência; preserva e valoriza o seu vasto legado histórico. Esta acção re veste-se de extrema importância no sentido em que poderá ser um elemento importante na definição da imagem de marca e identidade da cidade de Coimbra.

O objectivo da acção passa portanto pela:

- **Projeção de Coimbra enquanto centro difusor da Lusofonia** - A centralidade da Universidade de Coimbra no mundo lusófono deve ser encarada não apenas ao nível do papel que historicamente desempenhou, mas também como eixo central do radar de universidades europeias e brasileira de que hoje é membro;
- **Projeção internacional** não só de um património físico, mas sobretudo de um significativamente mais vasto património intangível (a cultura e Lusofonia) imprimindo uma profunda determinação na mudança das mentalidades e atitudes;
- **Prevenir a agressão patrimonial e a dispersão da memória colectiva**, mobilizando a comunidade coimbrã e proporcionando-lhe o alento necessário à afirmação da velha Aeminium como um centro universitário de excelência com uma dimensão verdadeiramente internacional.

A operacionalização da operação passará pela intervenção na zona da Universidade de Coimbra mas também em zonas que não fazem parte daquela instituição, se podem incorporar no conjunto monumental do complexo cujo ponto de referência é a Universidade de Coimbra na, nomeadamente a Alta da Cidade, e, na Baixa, o complexo de Santa Cruz e da Rua da Sofia, além da envolvente a estas duas áreas.

Esta é uma acção a implementar no curto prazo, na medida em que foi já efectuada a candidatura por parte das entidades responsáveis. Deve assumir um carácter prioritário dada sua importância muito significativa no projecto no desenvolvimento de Coimbra, nomeadamente em termos do turismo, dada a projecção internacional que conferirá à Marca.

Implicação de não realização

Este é um projecto bastante importante na medida em que a sua não realização poderá atrasar as intervenções de recuperação urbanística mencionadas, por via da não atribuição dos apoios comunitários que uma elevação a Património Mundial da Unesco permite. Adicionalmente, estaria posto em causa um dos pilares da projecção internacional de Coimbra como destino Turístico.

Entidades Envolvidas

CMC; Universidade de Coimbra

M. EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS ESTRUTURANTES

M) I – Descrição

No desenvolvimento de uma Política de Turismo para a Região, o desenvolvimento de um número de equipamentos estruturantes de suporte à mesma revela-se condição essencial para o seu sucesso.

A dotação de equipamentos estruturantes decompõe-se em duas tipologias distintas:

- Equipamentos decorrentes da iniciativa privada, nomeadamente ao nível da restauração e da hotelaria. A oferta actual de Coimbra no segmento médio / alto é relativamente reduzida (saliente-se o importante papel que o investimento privado na Quinta das Lágrimas teve na projecção de Coimbra como um destino interessante a nível do segmento de Short Break). Desta forma competirá à Câmara, por via da Empresa Municipal de Turismo e da Agência de Promoção do Investimento, atrair e facilitar o investimento privado neste tipo de equipamentos.
- Equipamentos dependentes da iniciativa pública, em particular investimentos como o Mondegário, o Centro de Congressos do Convento de São Francisco ou o espaço para a realização de Feiras Empresariais são estruturas âncora para o desenvolvimento turístico da Região. Apesar de serem estruturas cuja iniciativa parte de entidades públicas, o seu desenvolvimento operacional (quer na fase de construção quer na fase da exploração) poderá ser assumido em regime de parceria público-privada. Decorrente do nível de sucesso global da Política de Turismo (mensurado quer pelo número de visitantes quer pelo incremento do PIB regional) estas estruturas poderão assumir-se como economicamente auto-suficientes no longo prazo.

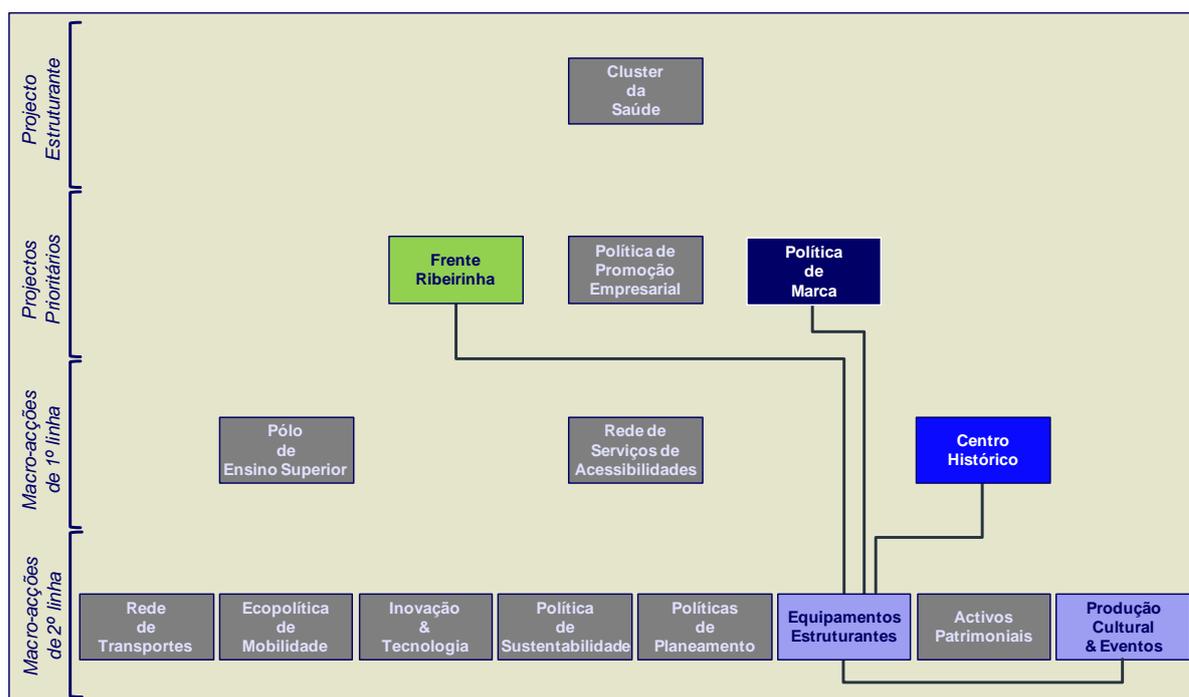
L) II – Posicionamento global da Macro Acção

A não inclusão no médio prazo destes equipamentos na oferta turística da Região limita significativamente qualquer efeito de alavancagem da Política de Marca a nível do Turismo.

Por outro lado, dado o facto de um conjunto destes equipamentos (quer o Convento de São Francisco e o Mondegário, quer um conjunto potencial de novas unidades de hotelaria e restauração) se situarem na margem do Mondego estabelece-se inevitavelmente uma relação com a intervenção em curso no Frente Ribeirinha.

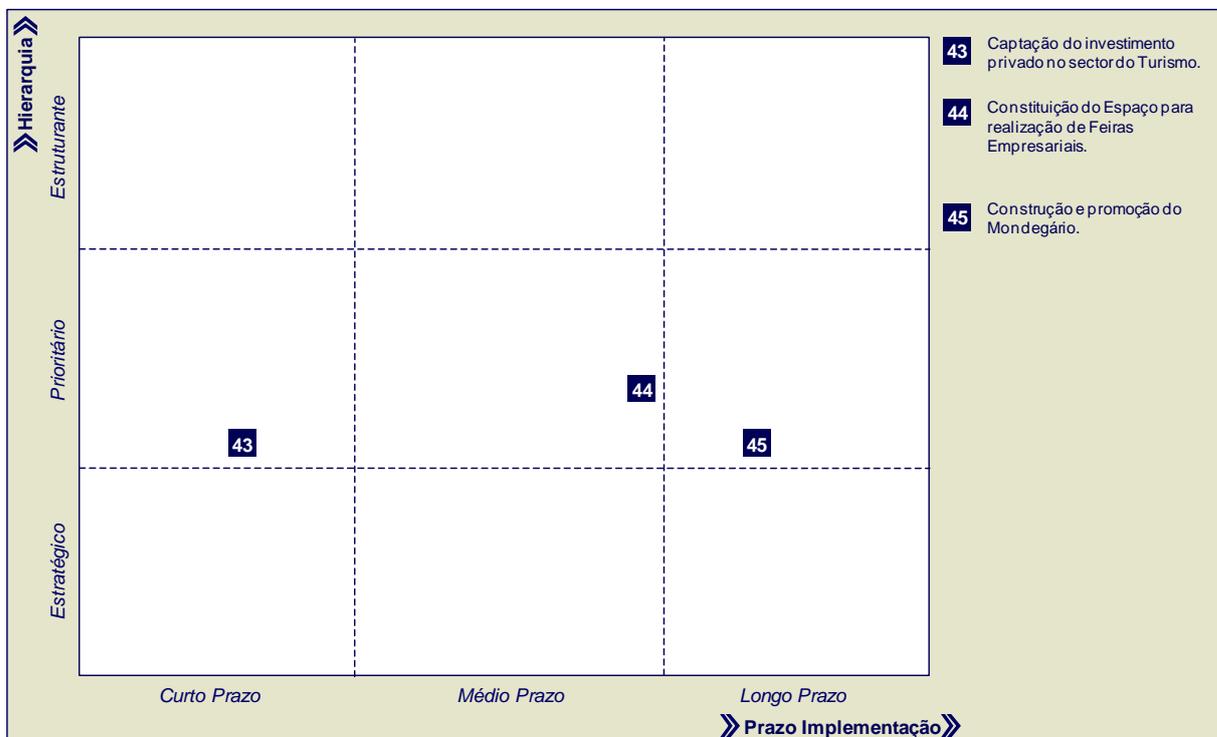
A elevação do perfil de oferta de hotelaria e restauração deverá ser particularmente intensa no Centro Histórico, partindo da reconfiguração urbana actualmente em curso, quer por via do Metro Ligeiro de Superfície, quer por via da candidatura de Coimbra a Património Mundial.

Finalmente, o desenvolvimento de uma linha de Turismo no segmento Short Break implicará necessariamente um alinhamento entre a oferta cultural e o conjunto de estruturas que a suportam.



M) III - Posicionamento das Acções integradas na Macro Acção

O conjunto de Acções integradas na Macro Acção Equipamentos Estruturantes assume uma hierarquia prioritária: apesar de não serem Acções com um impacto multisectorial no contexto do Plano Estratégico (são Acções essencialmente centradas no desenvolvimento turístico da Região, ainda que por essa via possam produzir impactos económicos e sociais transversais), são essenciais para o sucesso de uma das dimensões do Plano Estratégico que mais margem para desenvolvimento e evolução apresenta no médio prazo: o Turismo.



M) IV- Fichas Individuais das Acções

ACÇÃO 43 - Captação do investimento privado no sector do Turismo.	
GRAU DE PRIORIDADE	PRIORITÁRIO
PRAZO IMPLEMENTAÇÃO	CURTO PRAZO
<p><u>Descrição</u></p> <p>Esta acção visa atrair investimento privado para o sector do Turismo através da actuação conjunta da Agência de Promoção do Investimento e a Empresa de Turismo de Coimbra para projectos de hotelaria, restauração e actividades de suporte ao turismo. O intuito da atracção de investimento privado é o de criar uma dinâmica de actividade turística na região, que permita reduzir significativamente no médio / longo prazo o papel que as entidades públicas, e em particular a CMC, têm que assumir. A empresa de Turismo de Coimbra e a Agência de Promoção de Investimento deverão conjuntamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar a apresentação dos projectos de investimento; • Fomentar parcerias entre investidores; • Apoiar a apresentação dos projectos de investimento. <p>Neste sentido na óptica de atracção de investimento, a acção conjunta dos dois organismos deverá passar pela:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Captação de grupos hoteleiros e de restauração de referência; • Apoio a empreendimentos de golfe e de turismo rural; • Criação de estruturas de turismo activo (actividades náuticas, equestre e de touring). <p>Mais do que os incentivos financeiros, é importante garantir um clima e uma dinâmica de investimento que fomente a real concretização de projectos, através de um acompanhamento de proximidade que permita a superação de bloqueios administrativos e favoreça uma resposta célere às solicitações, salvaguardando o rigor e a transparência na atribuição de apoios.</p> <p>Esta é uma acção prioritária que deverá ser considerada no longo prazo dada a precedência que outras acções assumem perante e sta (nomeadamente o desenvolvimento das acessibilidades, a consolidação do conceito de Marca Coimbra ou o conjunto de intervenções de valorização do património monumental de Coimbra).</p>	
<p><u>Implicação de não realização</u></p> <p>A não realização desta acção põe em causa a competitividade da região de Coimbra pelo que a eficiência da implementação da estratégia para Coimbra</p>	
<p><u>Entidades Envolvidas</u></p> <p>CMC; Empresa de Turismo de Coimbra; Agência de Promoção do Investimento</p>	

ACÇÃO 44 – Constituição do Espaço para realização de Feiras Empresariais.

GRAU DE PRIORIDADE

PRIORITÁRIO

PRAZO IMPLEMENTAÇÃO

MÉDIO PRAZO

Descrição

Esta acção visa a construção de um equipamento importante pois permite a viabilidade da realização na Região de mostras e feiras empresariais internacionais.

A existência deste equipamento alarga e diversifica a oferta de soluções para a captação do Turismo MICE, permitindo a conjugação com o Cluster da Saúde, tecido empresarial e Parques tecnológicos especializados, como o iParques, Biocant e Beira Atlântico. O facto de se ter um espaço que oferece condições excepcionais para a organização de feiras e convenções e o seu aproveitamento no turismo MICE, deverão servir para alargar esse *target* a outros segmentos de Turismo (Turismo de Short Break, Turismo de Saúde, Turismo Activo, Turismo Rural, Turismo Cultural) para além do Turismo Patrimonial que hoje constitui o essencial da actividade turística na região.

A constituição de um espaço para a realização de Feiras Empresariais, deverá ser levado a cabo em parceria com a ACIC, devendo ser equacionado em que contexto a oferta actual no Alto da Relvinha permite fazer face à proposta turística que a Região planeia no médio / longo prazo.

Adicionalmente o planeamento e implementação deste equipamento deverá ser feito alinhado com o investimento no Centro de Convenções do Convento de S. Francisco (actualmente em constituição) de forma a sinergias serem geradas entre os dois equipamentos.

Desta forma Coimbra passará a dispor de uma oferta turística diversificada e dinâmica que permite combater a sazonalidade e alterações na procura de determinados nichos.

Esta é uma acção de carácter prioritário que dados os condicionalismos logísticos inerentes à sua realização, deve ser implementada no médio prazo.

Implicação de não realização

A não realização desta acção trará algumas dificuldades à implementação da estratégia para Coimbra, uma vez que este tipo de equipamento é central na exploração do Turismo MICE em Coimbra.

Entidades Envolvidas

CMC; ACIC; Entidades Promotoras Privadas

ACÇÃO 45 – Construção e Promoção do Mondegário

GRAU DE PRIORIDADE

PRIORITÁRIO

PRAZO IMPLEMENTAÇÃO

LONGO PRAZO

Descrição

Este é um equipamento estruturante na medida em que projecta a centralidade do rio Mondego na dimensão de tecnologia e inovação pretendida para a cidade, constituindo um marco e ponto de referência daquela zona.

- Trata-se de um museu vivo do rio Mondego que permitirá ao visitante fazer uma viagem ao longo do maior rio nascido em Portugal. Ao mesmo tempo, tomar conhecimento dos habitats aquáticos e terrestres da sua bacia, a riqueza dos recursos geológicos e hídricos, bem como o seu património histórico e cultural;
- Será constituído por um edifício central, um parque de estacionamento e área verde. A sua localização potencial será na Margem Esquerda, alinhada a sua construção com o processo de intervenção delineado no Programa POLIS;
- Será um dos grandes pólos de atracção de turistas da cidades.
- Adicionalmente a Câmara Municipal deverá contar com parcerias com a Universidade de Coimbra, através do Departamento de Botânica, Zoologia e Arquitectura, bem como o Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, Turismo de Coimbra – Empresa Municipal, Instituto Abel Salazar e Oceanário de Lisboa;
- Conterá ainda com um número significativo de valências como salas temáticas, sala de exposições, sala e conferências, sala do cheiro e som, sala da oficina de artes e um centro de investigação, o que lhe confere uma componente dinâmica de maturidade.

É um projecto prioritário na medida em que rompe com a paisagem existente e ajudará a formar a imagem e identidade que é pretendida para Coimbra no âmbito deste projecto. A sua implementação está prevista para longo prazo, dado o volume de investimento requerido e o conjunto de parcerias que terão de ser desenvolvidas para o projecto.

Implicação de não realização

Esta é uma das acções importantes em termos turísticos e urbanos pelo que a sua não realização dificulta a eficiência da implementação do plano estratégico.

Entidades Envolvidas

CMC; UC; Empresa Municipal de Turismo; Oceanário de Lisboa; Fluviário de Mora; Acuario Fluvial de Zaragoza; ICBAS; Entidades Promotoras

N. ACTIVOS PATRIMONIAIS

N) I – Descrição

No desenvolvimento de uma política de promoção turística de Coimbra a alavancagem do conjunto de Activos Patrimoniais que a Cidade detém (e que compõem o seu Conjunto Monumental) assume-se como factor de extremo relevo na criação de factores atractivos turisticamente.

Nesse sentido a intervenção sobre estes mesmos activos revela-se necessária, devendo ser decomposta em dois tipos de abordagem:

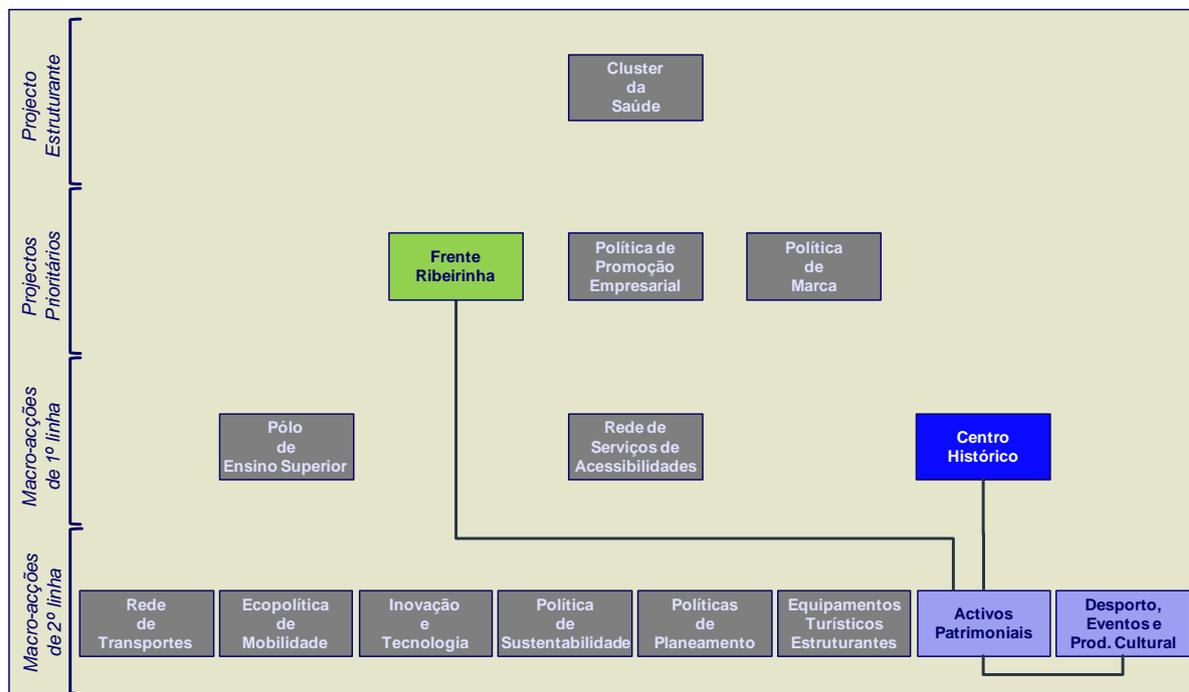
- Deverá ser conduzida uma requalificação generalizada do activo patrimonial no sentido de preservação dos próprios monumentos e na sua promoção turística;
- Para um conjunto limitado de unidades, deverá ser equacionada uma intervenção que possibilite a alteração de uso, permitindo o desenvolvimento de actividades comerciais compatíveis.

Adicionalmente, a promoção turística de todo este Conjunto Patrimonial poderá ser acelerada com a introdução do Coimbra Card, um “free-pass” de acesso a todas as unidades históricas e com vantagens adicionais em termos de transportes públicos, hotelaria e restauração. Uma das maiores virtudes que este mecanismo poderá trazer será o alargamento do tempo médio de permanência do turista em Coimbra.

N) II – Posicionamento global da Macro Acção

Pelo facto do Conjunto Monumental se distribuir essencialmente pelo Centro Histórico e pela Frente Ribeirinha é óbvia a relação que estas duas Macro Acções estabelecem com a Macro Acção Activos Patrimoniais

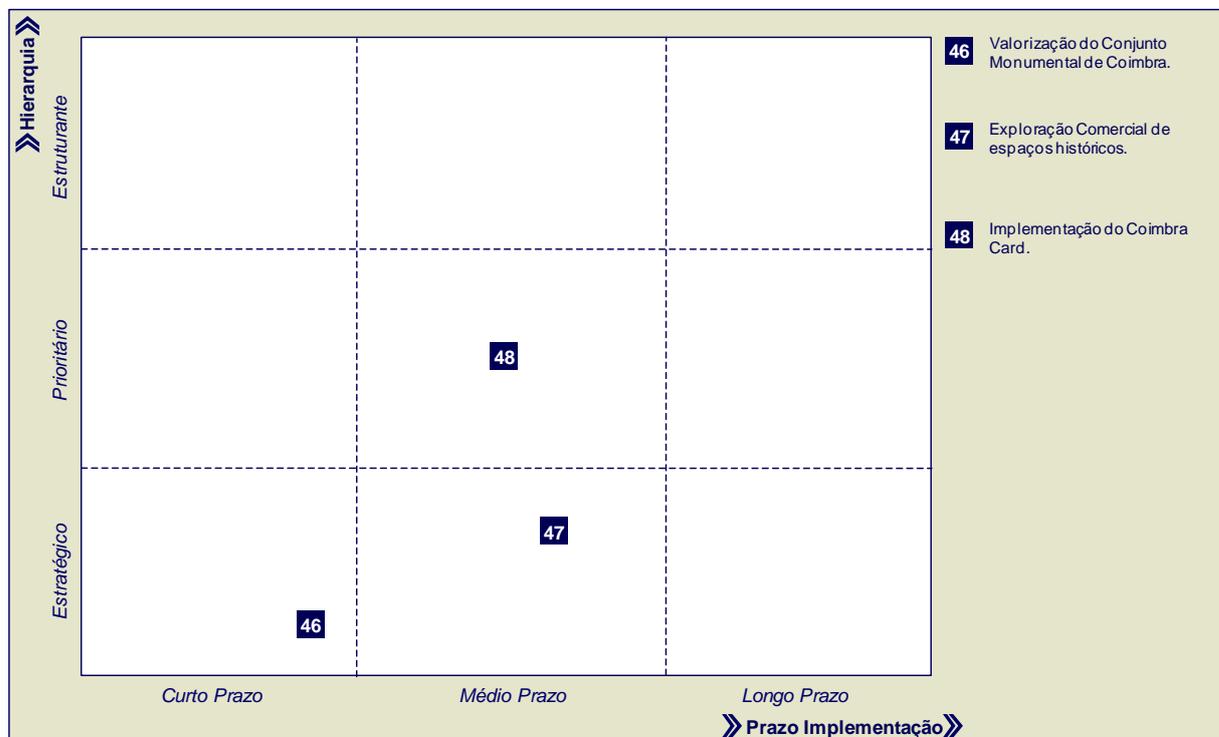
Por outro lado e numa óptica de se efectuar uma reconfiguração de usos de unidades integradas no Conjunto Monumental, uma das possibilidades de atribuição de novas funcionalidades será precisamente o aproveitamento destes espaços para a realização de eventos e de actividades de carácter cultural e lúdico, estabelecendo-se desta forma um relacionamento com a Macro Acção Produção Cultural & Eventos.



N) III – Posicionamento das Acções integradas na Macro Acção

O conjunto de Acções preconizadas no contexto desta Macro Acção, apesar de importantes numa óptica de preservação, valorização e promoção do património histórico de Coimbra, não se assumem como cruciais para o sucesso da Estratégia definida no âmbito do actual Plano.

Adicionalmente, perspectiva-se que sejam um conjunto de Acções passíveis de serem operacionalizadas no médio prazo, sendo o principal obstáculo à sua rápida aplicação o conjunto de procedimentos burocráticos que envolvem sempre qualquer intervenção sobre o Património Histórico.



M) IV- Fichas Individuais das Acções

ACÇÃO 46 - Valorização do Conjunto Monumental de Coimbra	
GRAU DE PRIORIDADE	ESTRATÉGICO
PRAZO IMPLEMENTAÇÃO	CURTO PRAZO
<p><u>Descrição</u></p> <p>Esta acção envolve um conjunto de medidas com o intuito de dar um papel de destaque ao Conjunto Monumental de Coimbra, no âmbito da sua inserção na malha edificada na cidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Planificação global do conjunto de activos da Cidade cujas necessidades de intervenção devem ser claramente diagnosticadas, priorizadas para que seja efectuada a sua revalorização através da recuperação de fachadas, iluminação e instalação de câmaras de vídeo vigilância. Um exemplo de intervenção próximo do que é desejado é a que foi levada a cabo com a intervenção no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha. Importante será ser igualmente adoptada uma lógica de promoção em rede do Conjunto Monumental, apresentando cada unidade deste material promocional das restantes unidades. Esta lógica promocional deverá igualmente estender-se às unidades de restauração e de hotelaria da Região; • Definição de um conjunto de roteiros turísticos conceptuais da cidade. "Coimbra Gótica", "Coimbra, Cidade de Escritores", "Coimbra. De Pedro e Inês" são exemplos do tipo de percursos temáticos que se podem desenhar percorrendo o conjunto monumental da Cidade. A definição destes roteiros deve ser promovida através de uma adequada implementação de sinalização turística bem como pontos de interesse com informação em diversas línguas (particularmente em inglês e espanhol). Particular atenção deverá ser dada aos horários de abertura das unidades integrantes do Conjunto Monumental (abertura aos Domingos e Feriados, horário alargado no Verão); • Promoção do acervo museológico da cidade, através do aproveitamento do número significativo de museus que existem em Coimbra, com o museu Machado Castro como unidade-âncora de todo o conjunto. Esta medida deve envolver um conjunto de entidades para além da Câmara Municipal, como a Fundação Bissaya Barreto e a Universidade de Coimbra. <p>Esta é uma acção estratégica que tem em vista a desbloquear processos de valorização do Património de Coimbra, pelo que deve ser implementada no curto prazo.</p> <p><u>Implicação de não realização</u></p> <p>Esta é uma acção de apoio à implementação do projecto estratégico para Coimbra, pelo que a sua não realização não assume um carácter estrutural para o plano.</p> <p><u>Entidades Envolvidas</u></p> <p>CMC; Fundação Bissaya Barreto; UC; Entidades Privadas, Centro Municipal da Cultura.</p>	

ACÇÃO 47 - Exploração comercial de espaços históricos

GRAU DE PRIORIDADE

ESTRATÉGICO

PRAZO IMPLEMENTAÇÃO

MÉDIO PRAZO

Descrição

Esta acção visa a aprovação da exploração comercial de unidades históricas. A intervenção a implementar em Coimbra prevê reverter ou aproveitar algum do património histórico de Coimbra para funções de turismo ou restauração, aproximando a população e os turistas desses activos.

A adaptação e a alavancagem comercial desses espaços históricos permite uma interacção salutar na medida em que garante correcta e frequente manutenção e conservação do activo ao mesmo tempo que permite à população ou aos turistas interagir com a cultura e história de Coimbra. Exemplos do tipo de intervenções que poderão ser levadas a cabo são:

- Autorização para adaptar o Palácio do Colégio Novo ou o edifício da actual Faculdade de Farmácia ou ainda o Edifício de Justiça e Paz, transformando-os em hotéis de charme.
- Autorização para utilizar as Igrejas de Santa Cruz, Carmo, Sé Velha, Sé Nova e Igreja das Universidades para concertos de música erudita;
- Autorização para criação de ateliers de exposição, cafés de charme ou unidades de restauração de perfil elevado em espaços como a Torre de Almedina, Igreja de São Salvador, Torre de Anto, Casa da Nau ou a Igreja de São Tiago.

À Câmara Municipal de Coimbra cabe o papel de tomar as devidas diligências junto do IPAR e do Ministério da Cultura para que este tipo de intervenções seja passível de ser levado a cabo em algumas unidades integrantes do Conjunto Monumental de Coimbra.

Esta acção é estratégica e de médio prazo na medida em que os processos que despoletam são morosos, pelo que se devem implementar medidas para os desburocratizar o quanto antes.

Implicação de não realização

Esta é uma acção importante já que fomenta uma relação de proximidade com o acervo patrimonial. Assim, a não realização desta acção poderá dificultar bastante a consecução da estratégia turística para Coimbra.

Entidades Envolvidas

CMC; IPPAR; Diocese de Coimbra; Promotores Privados.

ACÇÃO 48 – Implementação do Coimbra Card

GRAU DE PRIORIDADE

PRIORITÁRIO

PRAZO IMPLEMENTAÇÃO

MÉDIO PRAZO

Descrição

Esta é uma iniciativa que visa imprimir dinamismo ao nível do turismo nomeadamente no que diz respeito às estadias e usufruto do acervo cultural e museológico da cidade, uma vez que visa promover o consumo e prolongar a estadia dos turistas que visitam Coimbra. O Coimbra Card é um cartão que ao ser adquirido permitirá o acesso gratuito a todos os museus e pontos de interesse cultural da cidade, bem como aos transportes público que circulem dentro do perímetro urbano, possibilitando ainda a obtenção de descontos na estadia em hotéis que tenham aderido ao programa.

O impacto que a sua utilização poderá ter para Coimbra, nomeadamente para o sector do turismo é o seguinte:

- **Promoção de visitas a monumentos historicamente com menor adesão**, na medida em que ao ter acesso gratuito a todos os equipamentos definidos, o turista terá um incentivo a visitar espaços que não visitaria se tivesse que comprar um bilhete iso lado.
- **Prolongamento da estadia dos turistas** na medida em que o incentivo a visitar todo o acervo cultural e museológico levará ao prolongamento da estadia. Adicionalmente, a aquisição do *Coimbra Card* poderá garantir descontos em unidades hoteleiras a partir de um certo número de dias de estadia o que também incentivará a aumentar o período de permanência do visitante.

Para consolidar o objectivo desta iniciativa, deverão envolver-se entidades privadas, nomeadamente da área de hotelaria e restauração. Trata-se de uma acção inovadores e prioritária que devem ser implementada a médio prazo.

Implicação de não realização

A não realização desta acção poderá dificultar a materialização da visão definida no plano estratégico, sem no entanto colocá-la estruturalmente em causa.

Entidades Envolvidas

CMC; Promotores Privados; Entidades ligadas à hotelaria e restauração; SMTUC; Metro Mondego

O. DESPORTO, EVENTOS E PRODUÇÃO CULTURAL

O) I – Descrição

A implementação de uma política cultural sólida em Coimbra assume-se como factor crítico assente essencialmente em três vertentes distintas:

- Alavancagem da presença de um importante Pólo de Ensino Superior no Município, capaz de uma produção cultural assinalável. Esta alavancagem deverá ser feita por via da criação de uma Faculdade de Belas Artes e pelo suporte à actividade cultural regular dos vários núcleos culturais da AAC;
- Desenvolvimento de uma Política de Desporto, assente num duplo sentido de Desporto enquanto elemento promotor de uma vida saudável dos Cidadãos de Coimbra e de Desporto enquanto conceito associado à realização de grandes eventos de carácter competitivo, tirando partido do conjunto de estruturas do Município;
- Promoção de uma agenda cultural regular e à semelhança da Política do Desporto, baseada numa óptica de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos do Município e numa óptica de promoção exterior de Coimbra através de eventos com visibilidade nacional e internacional.

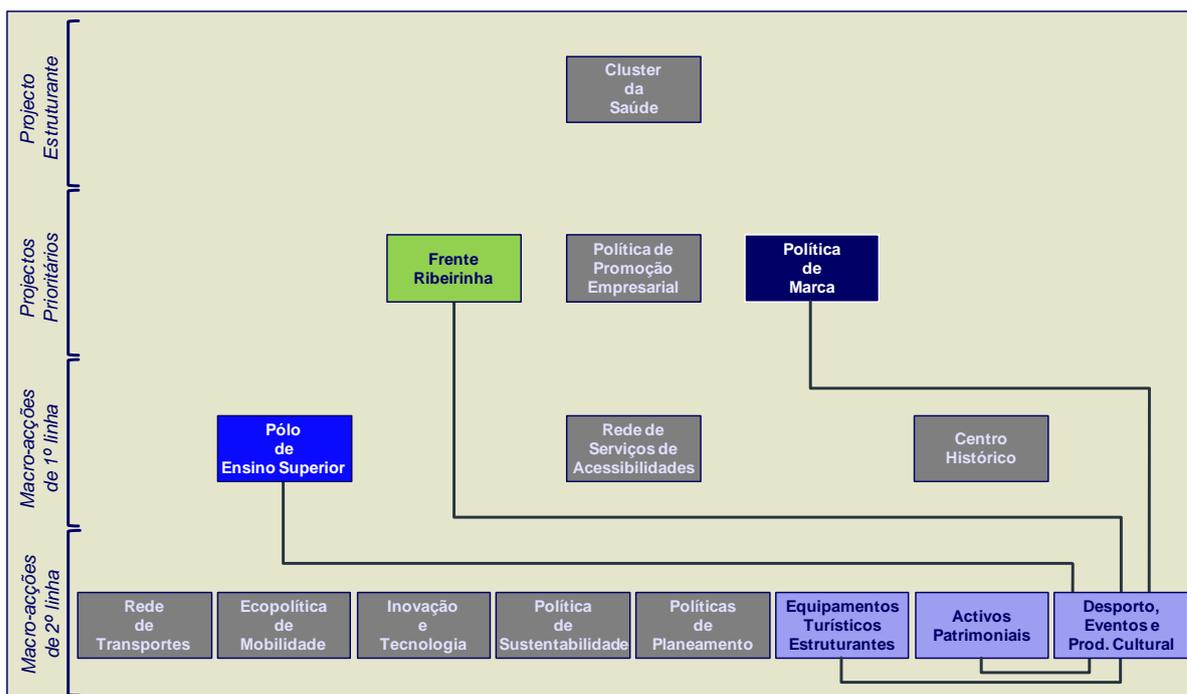
Sendo a cidade berço da Portugalidade e com uma candidatura a Património Mundial da Humanidade o desenvolvimento de uma dinâmica de Cultura (integrando aqui o vector Desporto) e Eventos não se reduz a uma vertente de simples estratégia promocional e optimização de recursos mas assume uma quase inevitabilidade histórica de uma Cidade que sempre se assumiu como um Centro Cultural por excelência.

O) II – Posicionamento global da Macro Acção

A Macro Acção Desporto, Eventos e Produção Cultural está directamente relacionada a outras três Macro Acções, apesar de que um número adicional de relações indirectas pudesse ser estabelecido:

- A Produção Cultural está relacionada com o conjunto de Equipamentos Estruturantes do Município, em particular com o Convento de São Francisco, na medida em que estes se assumem como factores de suporte essenciais à criação de condições para o desenvolvimento de eventos e realizações ligadas à Cultura e ao Desporto;

- Está igualmente relacionada com a Política de Marca, dado que a dinâmica cultural gerada irá consubstanciar um dos vectores integrantes da Marca Coimbra: Coimbra como Centro Cultural;
- A relação estabelecida entre os Activos Patrimoniais e a Produção Cultural decorre da aposta em usos alternativos em algumas unidades do Conjunto Monumental de Coimbra, nomeadamente como espaços para a realização de eventos culturais.
- A proposta para a constituição da Faculdade de Belas Artes estabelece a ligação mais óbvia entre o Pólo de Ensino Superior e esta Macro Acção.
- A Frente Ribeirinha constitui actualmente palco privilegiado para os eventos que tomam lugar em Coimbra, vendo esse papel reforçado com a implementação de um conjunto de valências adicionais, como sejam o Centro de Convenções e Espaços Culturais ou a estrutura de desportos aquáticos.



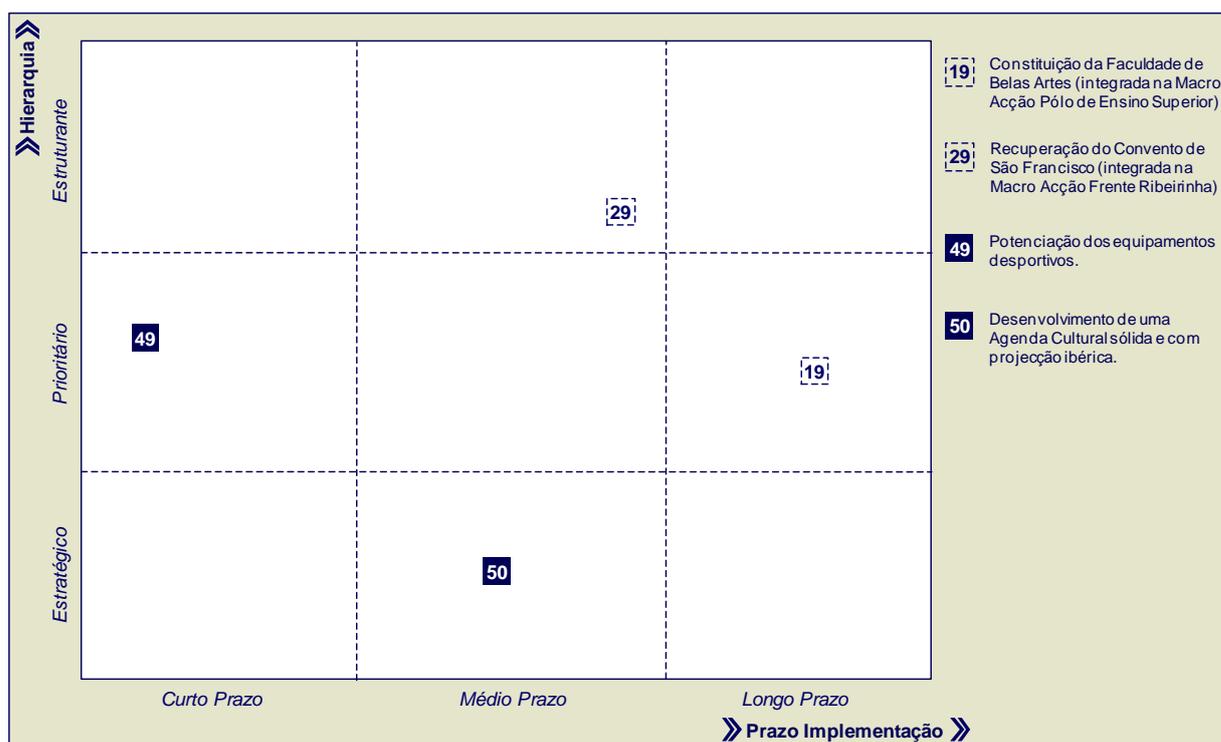
O) III – Posicionamento das Acções integradas na Macro Acção

A implementação operacional do conjunto de Acções que compõem a Macro Acção Produção Cultural & Eventos tem um horizonte temporal de desenvolvimento diferenciado:

- A alavancagem dos equipamentos desportivos, pelo facto de os mesmos serem, na sua maioria já existentes, deverá ser feita desde logo num horizonte de curto prazo;

- O desenvolvimento de uma agenda cultural, pelo conjunto de entidades e agentes envolvidos no processo, deverá resultar numa agenda sólida e de continuidade consiste num processo que deverá assumir uma óptica de médio prazo;
- Finalmente, a criação de uma Faculdade de Belas Artes, pela complexidade administrativa e pelo alinhamento de interesses entre a ARCA e a Universidade de Coimbra que obrigatoriamente envolve, implica um processo negocial cujo horizonte de conclusão deverá ser projectado para o longo prazo.

Apesar de nenhuma das Acções se assumir como Estruturante para os Objectivos do Plano Estratégico, deverão necessariamente ser vistas como importantes na dupla óptica de promoção da qualidade de vida dos cidadãos e de promoção da Cidade como Centro Cultural e competitiva no Desporto.



O) IV - Fichas Individuais das Acções

ACÇÃO 49 – Potenciação dos equipamentos desportivos	
GRAU DE PRIORIDADE	PRIORITÁRIO
PRAZO IMPLEMENTAÇÃO	CURTO PRAZO
<u>Descrição</u>	
<p>Esta é uma acção que visa reforçar a imagem de Coimbra como um espaço líder na saúde com espaço, em que a actividade física é uma prática disseminada entre a população e em que um conjunto regular de eventos internacionais (tirando partido do conjunto de equipamentos de que hoje a Cidade está dotada) assum e-se como a face mais visível num investimento claro no Desporto. Pretende-se a potenciação do investimento significativo realizado nos últimos anos em equipamentos desportivos no Município, se ndo de destacar a existência actualmente das seguintes valências:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estádio Cidade de Coimbra com 30.000 lugares sentados, permite a organização de eventos de grandes escala não só de futebol, como de atletismo, graças à pista de tartan que integra; • Complexo desportivo composto por pavilhão <i>indoor</i> multiusos e duas piscinas cobertas (de 25 e 50 metros), preparado para receber eventos desportivos de dimensão internacional, nomeadamente a nível da natação, ginástica e judo; • Estádio Municipal Sérgio Conceição em Taveiro com capacidade para 3.000 espectadores. Este equipamento obedece aos mais exigentes requisitos técnicos da UEFA e da Liga Portuguesa de Futebol Profissional e está preparado para transmissões televisivas; • Dois complexos de piscinas na Pedrulha e em São Martinho. <p>Está ainda prevista a constituição de três equipamentos adicionais, essenciais para consolidar a malha de equipamentos desportivos ao serviço da população e do desporto de alto rendimento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Centro de estágio de Bencanta que está a ser transformado num centro de alto rendimentos com valências para diversas modalidades desportivas; • Ciclovía Pólis e Ciclovía Mondego permitindo desta forma constituir-se espaços para o cicloturismo quer dentro do tecido urbano quer ao longo do Baixo Mondego. • Espaço para a prática de desportos aquáticos no Mondego, que funcionarão como complemento à estrutura de canoagem de alta competição desenvolvida em Montemor-o-Velho, usando toda a linha urbana como centro de treinos. <p>Aliado a estas infra-estruturas, o Estádio Universitário surge como um equipamento importante para a organização de modalidades de desportos-nicho como provas de radiomodelismo e rugby. O facto de não haver nenhuma zona urbana que sirva como centro de desportos radicais, poderá ser uma linha de investimento no futuro, despoletada pela atracção para a cidade de um evento de carácter internacional como os X-Games e o <i>down town</i>.</p> <p>Estes equipamentos são essenciais para o desenvolvimento de uma política desportiva para o município na dupla vertente de pro moção da qualidade de vida dos cidadãos (e nesse sentido aliada à vertente da Saúde) e de promoção da imagem de Coimbra (e neste aspecto por via da realização de eventos desportivos de dimensão nacional / internacional). Assim este é um projecto prioritário e que deverá ser implementado no curto prazo.</p>	
<u>Implicação de não realização</u>	
A não realização desta acção põe em cause a correcta implementação da estratégia para Coimbra dado ser fundamental aproveitar os equipamentos que a cidade disponibiliza.	
<u>Entidades Envolvidas</u>	
CMC; Clubes da região, Federações nacionais das modalidades desportivas; Instituto do Desporto	

ACÇÃO 50 - Desenvolvimento de uma Agenda Cultural sólida e com projecção Ibérica

GRAU DE PRIORIDADE

ESTRATÉGICO

PRAZO IMPLEMENTAÇÃO

MÉDIO PRAZO

Descrição

A dimensão de urbanidade pretendida para Coimbra não se reflecte apenas na vertente urbanística e arquitectónica, reflecte-se também na capacidade que a cidade tem em oferecer programas culturais ricos e diversos, o que é também um factor comparativo entre residir numa ou outra cidade.

Para além do investimento na cultura numa óptica de oferta cultural para os cidadãos da Região, este investimento deverá igualmente ser visto sob a óptica de mecanismo promocional da Cidade e factor chave para a criação de uma dinâmica de Turismo Cultural e Turismo de Short Break.

Nesse sentido cabe à Câmara Municipal, em conjunto com promotores privados e associações culturais da Cidade (sendo de destacar a relevância que o mecenato empresarial poderá ter no apoio às iniciativas culturais), promover a realização de uma agenda cultural que conjugue por um lado uma dinâmica cultural regular aliada à forte presença universitária em Coimbra e por outro seja capaz de integrar eventos com uma dimensão nacional e ibérica:

- Relançamento de eventos que no passado tiveram reconhecido sucesso:
 - Encontros de Fotografia
 - Festival de Cinema de Coimbra
 - Noites de Magia
 - Noites de Verão no Parque da Canção
 - Criação do Festival da Lusofonia, onde a Universidade de Coimbra com berço da Portugalidade assume particular destaque;
 - Realização da Bienal de Artes de Coimbra, evento que terá tanto mais importância com o projecto de criação da Faculdade de Belas Artes;
 - Realização anual da Maratona Internacional Coimbra – Figueira da Foz, criando uma mostra anual privilegiada do Baixo Mondego;
 - Manutenção do apoio dado aos diversos grupos teatrais da Cidade e celebração de contratos programa onde estes possam actuar como animadores do Conjunto Monumental de Coimbra;
 - Promoção de espectáculos internacionais que tirem partido do Estádio Municipal (onde o concerto dos Rolling Stones em 2003 provou existirem condições e procura por parte do público para este tipo de realizações) e do futuro Centro de Convenções de São Francisco (como por exemplo espectáculos de dança e bailado e exposições de arte que façam o circuito CCB – Serralves);
 - Manutenção do apoio dado a eventos temáticos que são já históricos na Cidade (como por exemplo a Feira Medieval e a Feira dos Lázaros);
 - Promoção de uma dinâmica de realização de cafés concerto, onde o Teatro Académico Gil Vicente assumirá papel central.
- Esta é uma acção que pretende elevar Coimbra a uma dimensão cultural de excelência, com uma oferta diversificada e rica, factor importante para o desenvolvimento global de uma cidade moderna e inovadora. Trata-se pois de uma acção estratégica com um prazo de implementação de médio prazo.

Implicação de não realização

Esta é uma acção que apesar de não decisiva no sucesso / insucesso dos Objectivos Estratégicos definidos, contribui significativamente para o incremento da qualidade de vida dos cidadãos de Coimbra e para a projecção nacional / internacional da Cidade, implicando que a sua não execução condicionará negativamente estas duas componentes no âmbito do Plano Estratégico.

Entidades Envolvidas

CMC; AAC; Teatro Académico Gil Vicente; Ministério da Cultura; associações culturais do município; Universidade de Coimbra

4. SISTEMAS DE INCENTIVOS PÚBLICOS / COMUNITÁRIOS

Um dos aspectos críticos da implementação de um Plano Estratégico prende-se com o financiamento do conjunto de Acções nele contempladas². De uma panóplia de regimes de incentivos que o Estado Central e os Fundos Comunitários colocam hoje ao serviço das Regiões, dois regimes / programas assumem particular relevância, quer pela dimensão de fundos que movimentam quer pela aderência que apresentam relativamente ao conjunto de Acções elencadas no quadro do presente Plano Estratégico. Assim destacam-se:

- **Programa Operacional de Valorização do Território (POVT)**
- **Programa Operacional Regional do Centro (“Mais Centro”)**

O Programa Operacional de Valorização do Território apresenta os seguintes objectivos estratégicos:

- Atenuar a situação periférica do país no contexto global, por via da melhoria da conectividade internacional e da integração das redes nacionais nas redes transeuropeias de transportes;
- Consolidar as redes e infra-estruturas que estruturam o território nacional, ao serviço da competitividade e da coesão;
- Promover o desenvolvimento urbano policêntrico, reforçando a articulação das cidades com as respectivas áreas envolventes e a qualificação dos espaços urbanos;
- Preservar e valorizar os recursos naturais, a biodiversidade e o património natural;
- Qualificar os serviços ambientais, garantindo a sua universalidade e sustentabilidade;
- Prevenir, gerir e monitorizar os riscos naturais e tecnológicos;
- Promover a coesão social, assegurando a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos.

Estes Objectivos são operacionalizados e organizados em dez Eixos de Intervenção distintos:

- Eixo I - Redes e Equipamentos Estruturantes Nacionais de Transportes;
- Eixo II - Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento;
- Eixo III - Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos Naturais e Tecnológicos;
- Eixo IV - Redes e Equipamentos Estruturantes da Região Autónoma dos Açores;
- Eixo V - Redes e Equipamentos Estruturantes da Região Autónoma da Madeira;
- Eixo VI - Investimentos Estruturantes do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva;

² Sendo neste contexto que se torna tanto mais relevante o debate relativo às “necessidades ilimitadas” face a “recursos escassos” e portanto as escolhas e prioritizações das Acções a levar a cabo assumem-se críticas.

- Eixo VII - Infra-estruturas para a Conectividade Territorial;
- Eixo VIII - Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos;
- Eixo IX - Desenvolvimento do Sistema Urbano Nacional;
- Eixo X - Assistência Técnica.

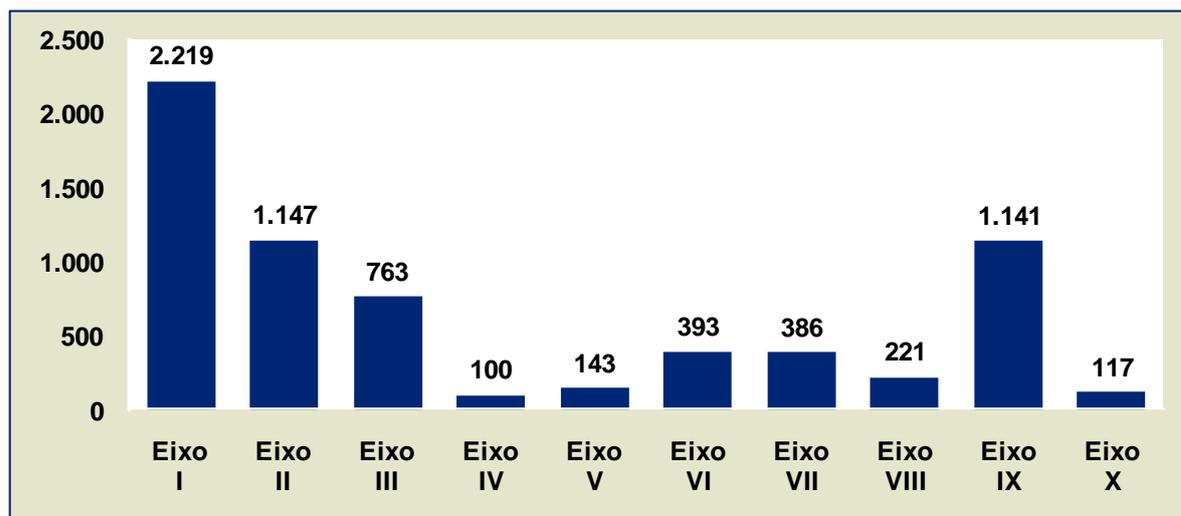


Gráfico 1: Decomposição do Programa Financeiro do Programa Operacional Valorização do Território 2007-2013 por Eixo de Intervenção (total de 6.630 milhões €'s)

O Quadro de Referência Estratégico Nacional, e por inerência o Programa Operacional Regional do Centro, apresenta os seguintes objectivos:

- Promover a qualificação da população, desenvolvendo e estimulando o conhecimento, a ciência, a tecnologia, a inovação, a educação e a cultura como principal garantia do desenvolvimento do País e do aumento da sua competitividade;
- Promover o crescimento sustentado através, especialmente, dos objectivos do aumento da competitividade dos territórios e das empresas, da redução dos custos públicos de contexto, incluindo os da administração da justiça, da qualificação do emprego e da melhoria da produtividade e da atracção e estímulo ao investimento empresarial qualificante;
- Garantir a coesão social actuando, em particular, nos objectivos do aumento do emprego e do reforço da empregabilidade e do empreendedorismo, da melhoria da qualificação escolar e profissional, do estímulo às dinâmicas culturais, e assegurando a inclusão social, nomeadamente desenvolvendo o carácter inclusivo do mercado de trabalho, promovendo a igualdade de oportunidades para todos e a igualdade de género, bem como práticas de cidadania inclusiva, reabilitação e reinserção social, conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e a valorização da saúde como factor de produtividade e medida de inclusão social;

- Assegurar a qualificação do território e das cidades traduzida, em especial, nos objectivos de assegurar ganhos ambientais, promover um melhor ordenamento do território, estimular a descentralização regional da actividade científica e tecnológica, prevenir riscos naturais e tecnológicos e, ainda, melhorar a conectividade do território e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento;
- Aumentar a eficiência da governação privilegiando, através de intervenções transversais nos Programas Operacionais relevantes, os objectivos de modernizar as instituições públicas e a eficiência e qualidade dos grandes sistemas sociais e colectivos, com reforço da sociedade civil e melhoria da regulação.

Por seu turno estes Objectivos são operacionalizados e organizados em seis Eixos de Intervenção distintos:

- Eixo I - Competitividade, Inovação e Conhecimento
- Eixo II - Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos
- Eixo III - Quantificação e Qualificação dos Espaços Sub-regionais
- Eixo IV - Protecção e Valorização Ambiental
- Eixo V - Governação e Capacitação Institucional
- Eixo VI - Assistência Técnica

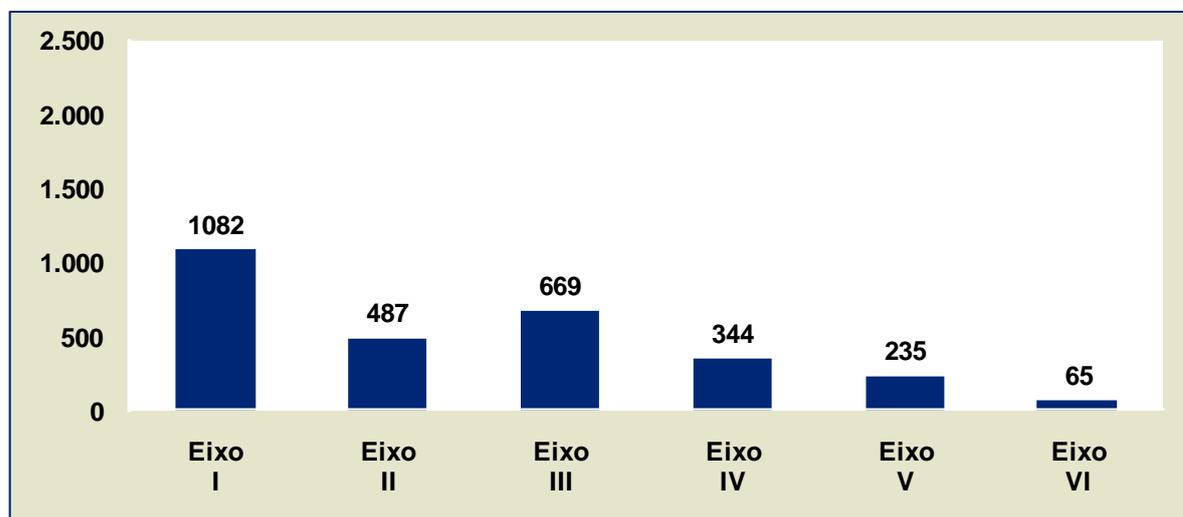


Gráfico 2: Decomposição do Programa Financeiro do Programa Operacional Regional do Centro 2007-2013 por Eixo de Intervenção (total de 2.881 milhões €'s)

A este nível, embora o POVT disponha de uma dotação orçamental superior ao do Programa Operacional Regional do Centro, atento o enquadramento legal de operacionalização do Quadro de Referência Estratégico Nacional ("QREN"), importa garantir que as operações anteriormente apresentadas não são, de facto, enquadráveis nas tipologias previstas noutros Regulamentos específicos dos Programas Operacionais Temáticos e dos Programas Operacionais Regionais.

Assim, ao nível das eventuais candidaturas a apoios a co-financiamento público aos Programas apresentados, em particular, e ao nível de qualquer outro sistema de incentivos público / comunitário, em geral, revela-se necessário, para cada iniciativa de investimento, concretizar uma análise detalhada das especificidades do mesmo que permita definir o eventual enquadramento e respectiva elegibilidade em sede de co-financiamento comunitário, nomeadamente a definição do respectivo Programa Operacional aplicável.

Em face do exposto, da análise das eventuais possibilidades de co-financiamento público dos Projectos contidos nas Macro Acções do Plano Estratégico para Coimbra exclusivamente através dos Programas Operacionais do QREN, não obstante a definição do Programa Operacional anteriormente referida, resulta a seguinte matriz de oportunidades³:

Vector de Intervenção	Macro Acção	Eixos do "Mais Centro"						Eixos do POVT										
		I	II	III	IV	V	VI	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	
Mobilidade Transportes e Acessibilidades	Rede de Acessibilidades		■	■				■	■		■	■	■	■	■	■		
	Rede de Transportes		■	■				■	■		■	■	■	■	■	■		
	Ecopolítica de Mobilidade		■	■					■		■	■	■	■	■	■		
Empreendedorismo e Inovação	Política de Promoção Empresarial	■							■		■	■	■	■	■	■		
	Pólo de Ensino Superior		■	■					■		■	■	■	■	■	■		
	Inovação e Tecnologia	■	■						■		■	■	■	■	■	■		
Saúde	Cluster da Saúde	■	■						■	■	■	■	■	■	■	■	■	
Dinâmicas Urbanas Sociais e Ambiente	Frente Ribeirinha		■	■	■				■		■	■	■	■	■	■	■	
	Centro Histórico		■	■	■				■		■	■	■	■	■	■	■	
	Política de Sustentabilidade		■		■				■		■	■	■	■	■	■	■	
	Políticas de Planeamento		■			■			■		■	■	■	■	■	■	■	
Marca Turismo Cultura Património e Desporto	Política de Marca					■			■		■	■	■	■	■	■		
	Equipamentos Estruturantes	■	■			■			■		■	■	■	■	■	■		
	Activos Patrimoniais			■					■		■	■	■	■	■	■		
	Desporto, Eventos e Produção Cultural			■					■		■	■	■	■	■	■		

Diagrama 6: Matriz de oportunidades de co-financiamento através dos Programas Operacionais do Quadro de Referência Estratégico Nacional (a verde os eixos potencialmente aplicáveis aos Projectos e a laranja os eixos com aplicabilidade reduzida / muito reduzida aos Projectos).

³ Não obstante, a União Europeia disponibiliza outras alternativas de financiamento temático, ou seja, com objectivos específicos, como o Ambiente, a Educação ou a Investigação, que possibilitam oportunidades adicionais de co-financiamento dos Projectos apresentados.

5. STEERING COMMITTEE

A aprovação do Documento Complementar do Plano Estratégico marcará o fim da fase formal do Planeamento Estratégico⁴. Neste contexto, um dos maiores bloqueios à efectiva implementação do Plano Estratégico é de alguma forma o vazio processual que ocorre no dia seguinte à equipa responsável pela elaboração do Plano Estratégico dar a sua intervenção por concluída.

De forma a superar esta barreira surge a necessidade de se criar um *Steering Committee* (Comité de Acompanhamento Estratégico).

Noção e uso no Plano Estratégico de Coimbra

O *Steering Committee* consiste numa estrutura organizativa, composta por um grupo de indivíduos, responsáveis pela orientação da implementação operacionalização de um Projecto Estratégico previamente delineado, como é o caso do de Coimbra.

O grupo é normalmente constituído como o responsável pela coordenação interina da operacionalização do Plano, sendo que as decisões finais poderão ter de passar, ou não, por uma comissão executiva que no caso de Coimbra será a própria Câmara Municipal.

Competirá então a este colectivo o acompanhamento dos objectivos previamente delineados, assim como o estabelecimento das suas prioridades. Este processo deverá ser dinâmico, sendo que caberá a esta entidade definir respostas para um conjunto de aspectos operacionais críticos durante o processo de implementação estratégico, tais como:

- Elaboração de um calendário de implementação do Plano Estratégico, com a definição do conjunto de precedências e de períodos de execução operacional para cada Acção contemplada no documento;
- Estimativa dos recursos necessários para dada Acção ser implementada;
- Atribuição da responsabilidade operacional pela execução de cada Acção à entidade ou entidades definidas;
- Criação de responsabilidades e metodologias de mensuração do nível de execução de cada Acção.

⁴ No entanto, como referido no Documento Base, o Planeamento Estratégico é um processo sempre em evolução, com contínuas adaptações e ajustamentos de uma visão de longo prazo aos fenómenos de curto prazo, aspecto tanto mais significativo face a uma realidade económico-social com mutações em crescendo.

Estas questões vão ter de ser respondidas e é com estes objectivos específicos que um Comité de Acompanhamento Estratégico é criado, para dar resposta antecipada a situações que cada sub-grupo, encarregue dos seus projectos, não anteciparia.

As decisões provenientes do comité passam por sistema de votação, sendo que estes requerem normalmente unanimidade para certas decisões, normalmente consideradas mais importantes, e mais de 50% para outras menos importantes.

Vantagens da criação de um *Steering Committee* para o Plano Estratégico de Coimbra

As vantagens prendem-se com a melhoria da coordenação entre as áreas ligadas ao projecto, sendo que estas passam a responder a um órgão cuja especificidade permite ter uma visão geral, e cuja concentração de responsabilidade poderá desbloquear situações que poderiam não ter solução caso fosse criada uma estrutura responsável por cada vector de Intervenção. Tratando-se de um projecto em concreto, cuja maturidade se encontra previamente definida, a estrutura especificamente criada para o acompanhar consegue um seguimento mais próximo do que seria dado pela Câmara Municipal de Coimbra, promovendo a descentralização e a responsabilização. Outra das suas vantagens prende-se com a especialização do grupo de trabalho que o comité deverá conseguir, (este ponto é desenvolvido em sequência).

A constituição do *Steering Committee*

i) A selecção dos elementos

A constituição deste colectivo deverá ser feita em função dos objectivos propostos. No caso de um projecto de desenvolvimento regional, como o de Coimbra, faz sentido que esse grupo seja constituído por pessoas que individualmente, disponham de competências e conhecimentos relativos a cada Macro Acção pré-definida. Deste modo, não só não é necessária, como também não deverá ocorrer, uma presença exclusiva de funcionários da Câmara neste grupo. É normal que a Câmara, enquanto organizadora, obtenha controlo do progresso do projecto, mas o comité deverá ter também pessoas ou instituições independentes, que disponham de competências diversas, dentro do âmbito daquilo que constituem as Macro Acções. A título de exemplo, empresários ou associações de empresas, que conheçam as reais necessidades e motivações dos vários segmentos do tecido empresarial da região, poderiam dar um sério contributo ao vector de Empreendedorismo e Inovação. Pessoas ligadas a meios de organizações ambientais poderiam ajudar que os procedimentos que garantem a sustentabilidade ecológica dos investimentos se mantivessem, assim como pessoas ligadas ao turismo e cultura poderiam assegurar que o património histórico da cidade

e a requalificação da zona ribeirinha estivessem a decorrer em função dos objectivos. Esta diversidade é sem dúvida uma das maiores vantagens da constituição de um grupo heterogéneo, sendo que o conjunto de pessoas deverá ser tanto mais diversificado quanto mais áreas o Vector de Intervenção em causa abarcar. Apesar da necessidade de diversidade esta equipa não deverá ser excessivamente numerosa, sob pena de atrasar os processos de decisão sem justificação. Ainda assim, não existe um número pré-definido, sendo que o este deverá estar adaptado ao tipo e dimensão dos projectos em causa.

ii) Atribuição de Responsabilidades

Outro dos pontos a referir é a definição de responsabilidades dentro do grupo. Esta deverá ser clara e transparente de modo a que as responsabilidades se complementem sem que existam conflitos de interesse. Especificamente, deverá haver:

- Um director do *Steering Committee* que preside as reuniões.
- Um conjunto de pessoas responsáveis por determinadas áreas do plano estratégico;
- Um grupo que seja responsável por tarefas de índole de aconselhamento e que normalmente estão ligadas a instituições que operam em diferentes áreas sobre as quais o Plano Estratégico procura intervir.

Alguns elementos, especialmente aqueles que não têm uma função objectiva atribuída, e que são seleccionados para aconselhamento sobre o projecto poderão ter, ou não, poder de voto.

iii) (Re) Definição de objectivos

Antes da criação do *Steering Committee* os objectivos têm de estar muito bem delineados de modo a que se diminua o espaço para erro em termos da atribuição de tarefas às estruturas mais operacionais. Assim é necessário garantir que os elementos da equipa saibam todo o tipo de ligações que existem entre as Macro Acções e consequentemente os objectivos finais de cada uma.

De referir que relativamente á implementação da parte operacional, abaixo deste comité deverão estar os subgrupos, cada um ligado à sua actividade específica, sob as linhas orientadoras do *Steering Committee*.

Existirá a possibilidade de serem revistos os objectivos durante a implementação do processo caso o decorrer das operações assim o determine. Esta revisão deverá ser feita pelo *Steering Committee* já que é a este que compete o estabelecimento de prazos e consequentemente o estabelecimento de prioridades.

Revendo, separa-se o conceito de gestão e de orientação. O *Steering Committee*, em relação ao Plano Estratégico de Coimbra, irá formar-se de modo a estabelecer e rever as linhas orientadoras do processo. A gestão e execução das tarefas ficarão então, de acordo com as linhas orientadoras, sob condução da Câmara Municipal.

6. NOTA FINAL

Este documento marca a conclusão do processo de elaboração do Plano Estratégico de Coimbra. Foi um trajecto de 4 anos de análise, discussão, formulação e reformulação de um conjunto de documentos que se pretende que aponte linhas de planeamento e intervenção em Coimbra para a próxima década.

No fim, resulta o retrato de uma Região com um potencial estratégico elevadíssimo, no contexto nacional e ibérico, e começa hoje a apresentar os primeiros sinais de libertação de uma certa imobilidade que a marcou nas décadas de '80 e '90. Com efeito a Coimbra de hoje é um espaço pleno de reformulação e inovação:

- É a Coimbra que volta a abraçar o Mondego e a redefinir o seu urbanismo a partir do Rio;
- É a Coimbra da Universidade, dos seus 700 anos de berço da Lusofonia e futuro Património Mundial da Humanidade;
- É a Coimbra que recupera e valoriza o seu passado e acervo cultural, como podem constatar os visitantes de Santa-Clara-a-Velha e do Museu Machado de Castro;
- É a Coimbra que aspira ao Metro Ligeiro de Superfície, à Plataforma Intermodal Coimbra / Mealhada e à conclusão da rede de acessibilidades regional;
- É a Coimbra líder na Oftalmologia, na Cardiologia, na Imagiologia, na Biotecnologia Molecular e na Informática Médica;
- É a Coimbra do iParque, do IPN e do Pólo III;
- É a Coimbra da AIBILI, da Crioestaminal e da Critical Software.

Coimbra é uma Região que progressivamente tem vindo a recuperar uma centralidade que vai para lá daquela que lhe é conferida pela Geografia. É também um espaço com características cada vez mais de Região Metropolitana, *hub* de movimentos pendulares, de serviços e equipamentos cujo investimento a Administração Central tem obrigatoriamente de apoiar e reforçar, sob pena de rapidamente ter um País marcado por uma bicefalia que desertifica tudo o resto.

Três aspectos assumem-se como críticos para Coimbra poder alavancar todo o conjunto de activos estratégicos que detém:

- Desenvolver a sua capacidade para atrair investimento privado à Região, num processo de densificação empresarial;
- Definir e desenvolver uma Marca de Coimbra, que sirva simultaneamente de elemento agregador da sua população e veículo de identificação e promoção face ao exterior;

- Estabelecer uma dinâmica de cooperação e comunicação entre os agentes centrais da Região, com a criação de efeitos sinérgicos e ciclos virtuosos.

O retrato está feito, a análise e reflexão foram vertidas num Plano Estratégico, os agentes da Região foram envolvidos e comprometidos no mesmo, é agora o momento para se iniciar a intervenção operacional.

Nesse sentido o presente documento apresenta 50 Acções, 50 vias para Coimbra implementar a Visão que definiu para si. Espera-se que sejam os primeiros passos na direcção de um futuro maior para a Cidade, para o Município e para a Região.